UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

DANIEL STELLA CASTRO

Os agricultores de Buri (SP) percebidos no seu olhar sobre a vegetação nativa

(versão corrigida)

São Paulo
2016

Daniel Stella Castro

Os agricultores de Buri (SP) percebidos no seu olhar sobre a vegetação nativa

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Geografia Física

Orientador: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

De acordo com a versão corrigida: _____

Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ca Castro, Daniel Stella Castro
Os agricultores de Buri (SP) percebidos no seu
olhar sobre a vegetação nativa / Daniel Stella
Castro Castro ; orientador Adilson Avansi de Abreu
Abreu. - São Paulo, 2016.
200 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Física.

1. paisagem. 2. vegetação nativa. 3. percepção. 4.
percebido. 5. agricultor. I. Abreu, Adilson Avansi
de Abreu, orient. II. Título.

CASTRO, D. S.

Os agricultores de Buri (SP) percebidos no seu olhar sobre a vegetação nativa

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu
(presidente)

Instituição: FFLHC – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. José Bueno Conti

Instituição: FFLCH - USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Manoel Cabral de Castro

Instituição: EACH – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

Instituição: FFLCH – USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Lívia de Oliveira

Instituição: Unesp

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus pais.

À minha esposa, Isadora Soares Galvanese.

À Pituna e ao Peruca.

Agradecimentos

Ao professor doutor Adilson Avansi de Abreu, pela atenção, cuidado, paciência e confiança depositadas em sua orientação para a realização dessa pesquisa.

À professora doutora Neli Aparecida de Mello-Théry, pela orientação na fase inicial do doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, e colaboração na transição ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física

À professora Sueli Ângelo Furlan, pelas sugestões de aprofundamentos no entendimento de determinadas noções e conceitos, e indicações de obras importantes ao desenvolvimento da pesquisa.

Ao Professor Andreas Attila de Wolinsk Miklós, pela atenção e cuidado na leitura do trabalho, colaborando com sugestões importantes acerca da percepção.

A todos os agricultores de Buri, que me receberam e concederam a entrevista.

Destacadamente devo agradecer a colaboração, paciência e respeito do Engenheiro Agrônomo José Carlos Pezzoni e ao Veterinário Luis, funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura. Também devo agradecer ao veterinário Thiago Braga Izidoro funcionário da Secretaria Estadual da Agricultura. Sem eles, o desenvolvimento do estudo de caso seria muito difícil.

Ao Valdeir Soares Cavalcante Gonçalves, pela amizade e por seu auxílio sobre a manipulação de dados no ArcGis.

Ao CNPq, pelos incentivos financeiros à realização do doutoramento.

À Capes, por meio da verba Proap, pelos auxílios financeiros na concretização dos trabalhos de campo.

Ao Program de Pós-Graduação em Geografia Física, do departamento de Geografia,
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São
Paulo.

RESUMO

CASTRO, D. S. **Os agricultores de Buri (SP) percebidos no seu olhar sobre a vegetação nativa.** 2016. 200 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Esta pesquisa busca analisar os agricultores de Buri (SP) percebidos a partir de elementos que revelem sua relação com a vegetação nativa. Assim, com o enfoque dado à investigação do percebido e não da percepção, os objetivos da presente pesquisa são: coletar informações que sustentem a análise do percebido pelo pesquisador acerca do olhar do agricultor sobre vegetação nativa; testar a metodologia proposta nesse trabalho, no sentido de investigar o percebido e; a partir do percebido pelo pesquisador em sua relação com o agricultor, sobretudo no momento da entrevista, deduzir uma possível percepção do agricultor sobre a vegetação nativa. Para tanto, foi elaborado uma metodologia a partir de elementos visuais (fotografias de paisagens agrícolas, de área de florestas e cerrados, de espécies nativas da região de Buri, para ser relacionada com determinados termos, como floresta, mata, cerrado, área de produção agrícola, entre outros, escolhidos pelos agricultores; tabuleiros com a representação de uma área recoberta por vegetação nativa de porte arbóreo) e entrevista semiestruturada acerca dos seguintes temas: Código Florestal, paisagem, natural, Natureza, ecologia. Ambas estão embasadas na paisagem como categoria de análise sintetizante e integradora das relações do homem com o meio ambiente, e também na utilização dos conceitos de enunciado e discurso como categoria de análise auxiliar às possíveis limitações da análise da paisagem. Dentre outras questões, com isso espera-se verificar a seguinte pergunta: A verificação de um padrão encontrado nas respostas dos agricultores ao pesquisador refletiria a existência de um padrão nas percepções dos agricultores sobre a vegetação nativa, em suas áreas de produção? Deduzir dos elementos encontrados nas repostas dos agricultores uma possível percepção seria um movimento inseguro e inconclusivo. Entretanto, as respostas encontradas nas análises das informações coletadas, a partir da metodologia apresentada na presente pesquisa, apontam para a existência de um padrão de determinadas respostas dos

agricultores ao descreverem as paisagens das fotografias e ao representarem seus desenhos de área de produção agrícola sobre os tabuleiros.

Palavras-chave: paisagem; vegetação nativa; percepção; percebido; agricultor.

ABSTRACT

CASTRO, D. S. **The agricultural producers from Buri (SP) perceived in their view over the native vegetation.** 2016. 200 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This study expects to set an analysis about the agricultural producers from Buri (SP) perceived from elements which can reveal their relation with native vegetation. Thus, focusing this study in the things perceived instead the perception, the objects of this research are: to collect information which can sustain the perceived analysis of the researcher in relation to the producer view over the native vegetation; to test the methodology set to this study; to deduce a possible producer perception of the native vegetation from the researcher perceived analysis. Therefore, a methodology was developed based on scientific works which used visual elements (as photographs of agriculture landscapes, forests areas, savana areas, and photos of native vegetation, in order to relate them with specific descriptive informations chosen by the agricultural producers, such as “forest”, “bush”, “savanna”, “agricultural lands areas”, etc; and boards with images of a natural forest) and open interviews considering these themes: Brazilian Forest Code; landscape; natural; Nature; ecology. Both are based on the landscape analysis, embedded in a conception of man and environmental relation categorie of analysis, and on the conception of discourse and enunciation. Within other questions, it is expected to verify a pattern among the elements found in the producer’s answers related to their perception of native vegetation. This approximation is possible if a deduction is made from the elements perceived by the reseacher related to the producer’s answers. However, this movement would be inconclusive. Nevertheless, the answer achieved from the methodology proposal in this study demonstrate some patterns among the producers in the way which they relate the landscapes photographs with the descriptive informations and also in their design of the agriculture areas made over the boards.

Keywords: Landscape, Perception; Perceveid; Agricultural producer.

Lista de Figuras

Figura 1 - Nove municípios selecionados no limite territorial do Estado de São Paulo	21
Figura 2 - Buri e os municípios vizinhos no estado de São Paulo.....	22
Figura 3 - Ilusão de Zöllner.....	41
Figura 4 - Lugares e formas de análise das paisagens	57
Figura 5 - O Sentido do Enunciado. Quadro de P. Charaudeau, extraído de Maingueneau.....	61
Figura 6 - Unidades morfoesculturais e os tipos de solo no município de Buri	91
Figura 7 - Vegetação e higrgrafia no município de Buri	92
Figura 8 - Unidades da paisagem no município de Buri para organização das esolhas das propriedades entrevistadas	95
Figura 9 - Tabuleiro com a representação de um terreno sem curso d'água.	99
Figura 10 - Tabuleiro com a representação de curso d'água cortando aproximadamente no centro de terreno	99
Figura 11 - Tabuleiro com a representação de curso d'água deslocado para a lateral do terreno	100
Figura 12 - Conjunto de fotografias de paisagens referentes ao primeiro, terceiro e quarto álbuns.....	104
Figura 13 - Conjunto de fotografias de espécies referente ao segundo álbum	108
Figura 14 - Fragmento florestal, Araucária e mata ciliar.....	118
Figura 15 - Uso e ocupação da terra no município de Buri	119
Figura 16 - APP e área de plantação de trigo no bairro Enxovia.....	121
Figura 17 - Vegetação nativa em APP na transição para a área de plantação de trigo	122
Figura 18 - Propriedades rurais delimitadas e visitadas no município de Buri	126
Figura 19 - Fotografias 1, 2 e 3 do álbum descrição de paisagem e gráficos dos grupos oeste, centro e centro sul sobre as descrições das fotografias de paisagens.....	133
Figura 20 - Fotografia nº 4 do álbum de descrição de paisagem	135

Figura 21 - Fotografia nº 5 do álbum de descrição de paisagem	135
Figura 22 - Gráficos dos grupos oeste, centro e centro sul sobre as descrições das fotografias de paisagens nº 4 e 5 do álbum de vinte e quatro fotografias	136
Figura 23 - Fotografia nº 6 do álbum de descrição de paisagem	146
Figura 24 - Fotografia nº 14 do álbum de descrição de paisagem.	146
Figura 25 - Fotografia nº 6 do álbum de vinte e quatro fotografias.....	153
Figura 26 - Fotografia nº 7 do álbum de vinte e quatro fotografias.....	160
Figura 27 - Fotografia nº 5 do álbum de paisagens.....	163
Figura 28 - Fotografia nº 23 do álbum de paisagens.....	164
Figura 29 - Fotografia nº 24 do álbum de paisagens.....	164
Figura 30 - Tabuleiro com a representação de curso d'água deslocado para a lateral do terreno.....	172
Figura 31 - Desenho simples de uma área de produção com vegetação nativa ao redor da casa.....	175
Figura 32 - Desenho simples de uma área de produção sem vegetação nativa ao redor da moradia	175

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Área plantada em Buri com culturas anuais e perenes.	93
Tabela 2 - Compilação das escolhas de cartas mata e floresta pelos agricultores do grupo centro sul em relação às cinco primeiras fotografias do álbum referente às fotografias de paisagens..	140
Tabela 3 - Compilação das escolhas de cartas mata e floresta pelos agricultores do grupo centro em relação às cinco primeiras fotografias do álbum referente às fotografias de paisagens.	141
Tabela 4 - Compilação das escolhas de cartas mata e floresta pelos agricultores do grupo oeste em relação às cinco primeiras fotografias do álbum referente às fotografias de paisagens.	142
Tabela 5 - Dados desagregados por produtor do bairro Aracaçu.....	151

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Propriedades de Buri e atividades agrícolas.	93
Gráfico 2 - A idade dos agricultores entrevistados em cinco faixas de idades: 18 a 30 anos; 31 a 45 anos; 46 a 59 anos; 60 a 74 anos; 75 anos ou mais.	127
Gráfico 3 - Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados em função da distribuição de suas idades	128
Gráfico 4 - Número de propriedades visitadas em que se realizou a entrevista em função da frequência das atividades agrícolas desenvolvidas nelas	128
Gráfico 5 - Tamanho das propriedades agrícolas em função do número de propriedades visitadas em que se realizou a entrevista	129
Gráfico 6 - evolução do uso dos termos floresta e mata entre as fotos 1,2, 3 e 4, 5 no grupo centro	137
Gráfico 7 - Evolução do uso dos termos floresta e mata entre as fotos 1,2, 3 e 4, 5 no grupo centro sul.....	138
Gráfico 8 - Evolução do uso dos termos floresta e mata entre as fotos 1,2, 3 e 4, 5 no grupo oeste.	138
Gráfico 9 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo centro	144
Gráfico 10 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo centro sul	144
Gráfico 11 - evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo oeste	145
Gráfico 12 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo oeste, sem os dados sobre a fotografia 6 e 14	147
Gráfico 13 - Descrição de paisagens das fotografias 1, 2 e 3 pelos agricultores entrevistados no bairro Chapeuzinho	149
Gráfico 14 - Descrição de paisagens das fotografias 4 e 5 pelos agricultores entrevistados no bairro Chapeuzinho	149
Gráfico 15 - Descrição de paisagens das fotografias 1, 2 e 3 pelos agricultores entrevistados no bairro Aracaçu	150

Gráfico 16 - Descrição de paisagens das fotografias 4, e 5 pelos agricultores entrevistados no bairro Aracaçu.....	150
Gráfico 17 - Descrição de paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados no bairro Aracaçu	152
Gráfico 18 - Descrição de paisagens das fotografias 1, 2 e 3 pelos agricultores entrevistados no grupo leste	154
Gráfico 19 - Descrição de paisagens das fotografias 4 e 5 pelos agricultores entrevistados no grupo leste	154
Gráfico 20 - Descrição de paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados no grupo leste	155
Gráfico 21 - Descrição de paisagens das fotografias 6, 7 e 8 pelos agricultores entrevistados no grupo leste	157
Gráfico 22 - Descrição de paisagens das fotografias 6, 7 e 8 pelos agricultores entrevistados no grupo centro sul	157
Gráfico 23 - Descrição de paisagens das fotografias 19, 20 e 21 pelos agricultores entrevistados no grupo leste	158
Gráfico 24 - Descrição de paisagens das fotografias 19, 20 e 21 pelos agricultores entrevistados no grupo centro sul	158
Gráfico 25 - Relação campo, cerrado e pasto na descrição das paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados do grupo leste	159
Gráfico 26 - Relação campo, cerrado e pasto na descrição das paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados do grupo leste	159
Gráfico 27 - Uso da carta "cerrado" na foto 7 nos seis grupos.....	161
Gráfico 28 - Uso da carta "pasto" na foto 7 nos seis grupos.	161
Gráfico 29 -Uso da carta "campo" na foto 7, por bairro.....	162
Gráfico 30 - Uso da carta "campo" na foto 7, por bairro	162

Sumário

1 - Introdução.....	15
1.1- Objetivos.....	18
1.1.1 – Objetivo geral	18
1.1.2 – Objetivos específicos.....	19
1.2 – Área de estudo	19
1.3 – A estrutura da Tese	22
1.4 – Justificativa.....	23
2 – Referencial Teórico	28
2.1 – Alguns apontamentos sobre a fenomenologia na Geografia.....	28
2.2 – A percepção e o percebido.....	33
2.2.1 – A percepção do objeto, de outrem, o outro que percebe, o percebido, a consciência perceptiva	42
2.3 – Paisagem e sua polissemia	48
2.3.1 – Apontamentos sobre a origem do termo paisagem	52
2.3.2 – A paisagem percebida	55
2.3.3 – Espaço e paisagem	58
2.4 – O enunciado.....	60
2.5 – A Natureza.....	67
2.5.1 - A ideia de Natureza mágica.....	70
2.5.2 – A ideia finalista de Natureza.....	71
2.5.3 – A ideia de Natureza como exterioridade - os Atomistas.....	73
2.5.4 – A ideia de Natureza como sistema de princípios e de leis ou Natureza máquina.....	75
2.5.5 - A concepção humanista de Natureza.....	77

2.5.6 – O natural percebido: tentativa de retorno do natural à ideia de Natureza	82
3 – Metodologia	89
3.1 – O município de Buri	89
3.2 – Escolha dos agricultores a serem entrevistados	94
3.3 - Compilação dos dados	97
4 – O município de Buri e seus agricultores.....	112
4.1 – Antecedentes históricos do município de Buri	112
4.2 – As paisagens rurais do município de Buri.....	116
5 – Os agricultores de Buri entrevistados acerca do seu olhar sobre a vegetação nativa.....	124
5.1 – O perfil econômico e sociodemográfico dos agricultores entrevistados de Buri	127
5.2 – Os diferentes padrões de respostas dadas pelos agricultores entrevistados acerca de seu olhar sobre a vegetação nativa e não nativa.....	131
6 - Conclusão.....	178
7 – Referências Bibliográficas	184
Anexo I	195
Anexo II	197
Anexo III	198
Anexo IV	200

1 – Introdução

Por que perceber o agricultor na sua relação com a vegetação nativa?

Assume-se que não é suficiente afirmar que o Estado brasileiro, por ação direta ou por meio das leis, tenha sido o grande agente a influenciar o agricultor a desmatar ilegalmente extensas áreas com vegetação nativa, até o fim da década de 1980. Com isso quer se chamar atenção para uma discussão acerca do desmatamento ilegal, para o fato de que muitos agricultores não seguiram as regras (e suas alterações no decorrer dos anos) do Código Florestal, seja de 1934 ou 1965. Nesse sentido, é salutar buscar a resposta na origem do fenômeno, portanto entender como o agricultor se relaciona com a vegetação nativa.

Assim, um primeiro passo foi dado na realização do mestrado, no sentido de investigar tal relação com os agricultores responsáveis pela formação de suas áreas de produção agrícola. O estudo foi realizado com agricultores do município de Sorriso (MT) que retiraram a vegetação nativa de suas propriedades e que ainda permaneciam nessa mesma área. Na época desse estudo, a região centro-oeste brasileira, especificamente no estado de Mato Grosso em sua porção centro-norte, ainda era possível encontrar tal situação.

Referente ao estudo de caso desenvolvido na pesquisa durante o mestrado, foi verificado que o Estado brasileiro não foi o grande agente a influenciar o agricultor a desmatar ilegalmente extensas áreas com vegetação nativa, até o fim da década de 1980. Contudo, no decorrer do mestrado, algumas questões não respondidas provocaram inquietações ainda maiores, na época não investigadas em função do não enfoque dado ao estudo sobre as questões relativas ao fenômeno perceptivo, tanto do agricultor na relação com seu meio, quanto do pesquisador em seu momento de pesquisa e entrevista com os agricultores. Nesse contexto, ensejou-se o desenvolvimento da presente pesquisa.

Deve-se esclarecer que o objetivo inicial dessa pesquisa era investigar a percepção ambiental do agricultor em sua prática agrícola, tendo a paisagem como categoria de análise. No entanto, houve um deslocamento desse objetivo para o estudo da percepção do agricultor sobre apenas um elemento da paisagem agrícola,

no caso a vegetação nativa¹, após a leitura e revisões bibliográficas, feitas antes da qualificação, de alguns autores da Geografia com pesquisas que abordam a fenomenologia, bem como discutem técnicas de investigação da percepção ambiental, como David Lowenthal (1967, 1972), Yu-Fu Tuan (1972, 1980), Anne V. T. Whyte (1977), Lucy M. C. Philadelpho Machado (1988), Maria T. D. P. Luchiari (2001), entre outros.

No exame de qualificação, alguns outros autores foram sugeridos, por exemplo, para revisão de metodologias de tratamento de dados, mas também no sentido de uma aproximação e aprofundamento de uma discussão acerca das diversas noções de Natureza, como Sueli A. Furlan (2000) e, sobretudo, Robert Lenoble (2002 [1968]). Decorrentes dessa aproximação, acerca do debate das diversas noções de Natureza, e pela influência da leitura da obra “Fenomenologia da Percepção”, de Maurice Merleau Ponty (2011 [1945]), referente à uma discussão sobre as noções e conceitos de percepção, foram consultadas também as obras “A Natureza” de Merleau-Ponty (2006 [1995]), e “*The concepts of Nature*”, de Alfred N. Whitehead (1930).

Neste sentido, de maneira geral, o tema do presente trabalho situa-se nos estudos da relação do homem com seu ambiente, cujo arcabouço teórico na Geografia localiza-se em sistemas lógicos conceituais da paisagem, da ecologia e da percepção (BECK, 1967; ENGLISH e MAYFIELD, 1972). A própria polaridade estabelecida entre homem e Natureza, seja pela influência de uma ideologia religiosa, ou por uma crítica a ela mesma, além da revisitação de antigas teorias, influenciou nos desdobramentos das ciências na tentativa de adequarem-se à divisão entre as ciências da Natureza, na sua visão física e matemática, e a do homem (WHITEHEAD, 1930; LENOBLE, 2002 [1968]; MERLEAU-PONTY, 2011 [1945]; MOREIRA, 2011).

Contudo, acredita-se que no contexto do campo disciplinar da Geografia, os trabalhos de investigação da percepção, mesmo que apropriando-se de algumas técnicas do campo disciplinar da Psicologia, ainda sim apresentam uma grande complexidade do ponto de vista operacional e interpretativo da coleta de informação, por exemplo, como concebidas por Peirce (1977), Santaella (1993), Del Rio (1996) em que o processo perceptivo é composto por diversos elementos, e também como

¹ Deve-se lembrar também que as espécies vegetais nativas, geralmente indicam o grau de conservação ou degradação do ambiente, relativos ao aspecto climático, do solo, da água, interação com a fauna, entre outras características, inclusive relacionadas a hábitos culturais da prática agrícola, como espécies indicadoras de fertilidade do solo.

ressaltado em Merleau-Ponty (2011 [1945]), considerando-se a dificuldade inserida ao mesmo tempo nas complexidades presentes nos processos investigativos da percepção de um sujeito e da própria percepção do pesquisador nesse ato de investigação de tal processo nesse sujeito. Tal complexidade e dificuldade investigativa da percepção ou processo perceptivo no campo disciplinar da Geografia é demonstrado no item 1.4 deste capítulo (Justificativa).

Sendo assim, avaliou-se que o objetivo do presente trabalho abarcaria a dedução de uma possível percepção do agricultor sobre a vegetação nativa, a partir de elementos percebidos pelo pesquisador em seu processo de investigação da relação do agricultor (em seu meio) com a vegetação nativa.

Deste modo, pautando-se, sobretudo, na crítica proferida por Whitehead (1930) ao entendimento do curso da Natureza muitas vezes como sendo meramente os fortuitos da matéria na sua aventura através do espaço, em que coloca em suspensão as certezas acerca das teorias do espaço e tempo, e em certa medida, as teorias relativas de espaço e tempo, e na maneira como Merleau-Ponty (2011 [1945]) aborda o conceito de percepção, além de discutir a maneira como algumas correntes científicas depositaram seus esforços no desenvolvimento de teorias e técnicas para a investigação da percepção, no presente trabalho não se assume como questão principal se a noção de espaço teria ou não relação direta com sua percepção correspondente, como proposto em Oliveira (1996).

Portanto, nesta pesquisa, houve um movimento do enfoque da percepção ao percebido, colocando maior ênfase no percebido, respaldado em grande parte pela obra “Fenomenologia da Percepção”, de Merleau-Ponty (2001 [1945]), tomando-se cuidado com os dados que poderiam ser coletados e analisados de fato num estudo sobre percepção. Também deve ser ressaltado que se considerou a importante discussão presente nos estudos de percepção sobre a relação entre o signo/significado, assumindo que na realidade da palavra existe essencialmente uma função de signo (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929]). Assim, as leituras sobre as teorias da enunciação/enunciado ligadas ao círculo de Bakhtin auxiliaram a sustentação da forma de tratamento e análise dos dados revelados a partir das entrevistas realizadas com os agricultores.

Quatro obras principais pautaram a estruturação da metodologia da presente pesquisa. São elas: “A Serra do mar paulista: um estudo de paisagem valorizada”, de Lucy M. C. P. Machado (1988); “*Guidelines for fields studeis in environmental*

perception”, de Anne V. T. Whyte (1977); “*Spatial meaning, and the properties of the environment*”, de Robert Beck (1967) e; *Environmental perception and adaptation level in the arctic*”, de Joseph Sonnenfeld (1967).

Conforme evidenciado no parágrafo anterior, ou mesmo quando justificado anteriormente o principal objetivo deste trabalho, houve a necessidade de delimitar uma área de estudo para desenvolvimento da investigação em questão. Portanto, a realização de estudo de caso foi motivada em grande parte pelos seguintes questionamentos:

As informações coletadas durante as entrevistas com os agricultores refletem o percebido pelo pesquisador sobre os entrevistados?

A verificação de um padrão encontrado nas respostas dos agricultores ao pesquisador refletiria a existência de um padrão nas percepções dos agricultores sobre a vegetação nativa, em suas áreas de produção?

É possível deduzir a percepção do outro a partir do percebido sobre ele?

A maneira como o indivíduo incorpora determinada noção de Natureza no seu mundo vivido, teria relação direta com a maneira como ele a percebe, e desdobra suas ações no ambiente?

Em face a tais questionamentos, apresentam-se os objetivos da presente pesquisa.

1.1 - Objetivos

1.1.1 – Objetivo geral

O objetivo principal nesse trabalho é apontar elementos que sirvam para uma reflexão do pesquisador acerca do agricultor percebido em seu olhar sobre a vegetação nativa.

1.1.2 – Objetivos específicos

Coletar informações que sustentem a análise do percebido pelo pesquisador acerca dos olhares dos agricultores sobre a vegetação nativa.

Testar a metodologia proposta nesse trabalho, no sentido de investigar o percebido.

A partir do percebido pelo pesquisador em sua relação com o agricultor, sobretudo no momento da entrevista, deduzir uma possível percepção do agricultor sobre a vegetação nativa.

1.2 – Área de estudo

A partir da leitura de alguns trabalhos da Geografia que abordam a fenomenologia, do estudo de técnicas de entrevista, como a entrevista semiestruturada e a partir da familiaridade do pesquisador com determinadas culturas agrícolas, tomou-se a decisão de escolher uma área de estudo em que houvesse, além de tais familiaridades, outras que envolvessem o conhecimento das características físicas locais, como topografia, tipos de solo, clima etc. Assumiu-se tal pré-requisito devido à possibilidade de facilitar a relação estabelecida no momento da entrevista, entre o pesquisador e o agricultor.

Uma vez que o conhecimento teórico e prático do pesquisador, em agricultura, foi construído na região de Piracicaba, onde graduou-se em Engenharia Agrônoma, justificaria-se a escolha de uma área, no estado de São Paulo, que tivesse como referência as subacias entre o médio e início do baixo Tietê.

Como o elemento principal da paisagem agrícola no presente estudo é a vegetação nativa, inicialmente a questão da familiaridade do pesquisador com a área de estudo foi colocado em segundo plano, pois, inicialmente, deveria se encontrar uma área que atendesse às seguintes características: a agricultura como principal atividade econômica; grande parte da área passível de realização da prática agrícola

mecanizada e; que reservasse extensas áreas com vegetação nativa, de caráter não público.

Pela facilidade de verificação de dados secundários, seja no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade) e outras instituições estaduais, sobre os três pré-requisitos citados anteriormente, a escala municipal se apresentou adequada para escolha da área de estudo.

Ficará evidente, logo em seguida, que o município de Buri (SP) se enquadrava nos três requisitos citados acima (agricultura, prática mecanizada e vegetação nativa), e que, apesar de situar-se na sub-bacia do Paranapanema, não havia como escolher outros municípios, por exemplo, da região citada anteriormente, de maior familiaridade do pesquisador. De qualquer maneira, nem tanto o clima, mas sim características do solo, a topografia, a vegetação e as práticas agrícolas, entre outras questões culturais de Buri, adequavam-se ao que se imaginava inicialmente acerca da familiaridade do pesquisador com a área de estudo a ser escolhida.

Para caracterizar a atividade de identificação dos municípios paulistas, a figura 1 apresenta nove municípios que, assim como Buri, também atendiam aos três pré-requisitos mencionados acima.

Figura 1 - Nove municípios selecionados no estado de São Paulo no processo de escolha da área de estudo.

Fonte: Fundação Seade (2010). Malha digital municipal (IBGE, 2010a).

Dentre os nove municípios selecionados, Buri foi o que apresentou a maior área com vegetação nativa, aproximadamente 5.550 ha, segundo o Atlas dos municípios da Mata Atlântica (INPE, 2013). Sendo assim, considerando também os aspectos de maior familiaridade com a porção sul do estado, comparados aos municípios da porção central e setentrional, conforme a figura 1, optou-se pela realização do estudo de caso no município de Buri, localizado na porção sudoeste no estado de São Paulo. Na sequência segue a figura 2, com Buri e os municípios vizinhos.

Figura 2 - Buri e os município vizinhos no estado de São Paulo.
Fonte: Malha Municipal Digital (IBGE, 2010a).

Um maior detalhamento sobre o município de Buri, considerando sua economia, demografia, aspectos físicos, entre outros assuntos, são apresentados no item 3.1 do capítulo Metodologia do presente trabalho.

1.3 – A estrutura da Tese

A presente pesquisa está organizada em seis capítulos, sendo que o primeiro corresponde à Introdução.

O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica e referencial teórico que buscam dar sustentação conceitual, sobretudo, à metodologia proposta para coleta de informações e análise do estudo de caso. Nesse sentido, são apresentados noções e conceitos sobre a percepção e o percebido; a paisagem e sua polissemia; e Natureza. Também são apresentados alguns conceitos sobre a enunciação/enunciado e o discurso, na lógica da análise do discurso.

O terceiro capítulo descreve a metodologia empregada e que será testada para realização do estudo de caso, destacando a paisagem como categoria de análise integradora e sintetizante das relações do homem no meio ambiente. Apresenta-se também a utilização dos conceitos de enunciado e discurso como categoria de análise auxiliar às possíveis limitações da análise da paisagem.

No quarto capítulo são apresentados dados referentes aos aspectos históricos, econômicos e da paisagem rural de Buri.

O teste da metodologia, no estudo de caso em que foram analisadas as entrevistas de noventa agricultores do município de Buri, estado de São Paulo, encontra-se no quinto capítulo.

Por último são apresentadas as considerações finais acerca da presente pesquisa, além de ressaltar a solução teórico conceitual de se estudar o percebido e não a percepção, em função dos problemas teórico conceituais e práticos em estudos da percepção.

1.4 – Justificativa

Alguns estudos revisados, acerca da percepção do agricultor sobre áreas de conservação da vegetação nativa na propriedade agrícola, não apresentam considerações teórica/metodológicas sobre questões da percepção e do percebido, ou uma discussão que trate das dificuldades teóricas sobre o distanciamento do Eu pensante, do Eu pensado, do Tu pensado etc. Também não abordam o tema acerca das proximidades e distanciamentos que envolvem a memória e a percepção dos entrevistados, das enunciações/enunciados proporcionados pela realização das entrevistas, sobretudo, da importância do interlocutor, do discurso direto, indireto,

velado, e das “vozes do outro” nas respostas, ou enunciados do entrevistado (HALBWACHS, 1990 [1950]; BAKHTIN, 1997 [1963]); BOSI, 1998 [1973]; BERGSON, 1999 [1896]; BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929]; MERLEAU-PONTY 2011 [1945]). De maneira geral, vão direto aos seus objetivos tecendo afirmações que o agricultor percebe, considera, olha, valoriza etc.

A noção de Natureza, em muitos deles, é tomada como pronta e já definida nos sistemas lógicos e conceituais de pensamento e valorização das paisagens, seja do agricultor ou do próprio entrevistador, pesquisador e cientista. Nesse sentido, não se coloca o devido cuidado em uma discussão prévia acerca da noção de Natureza que cada indivíduo pode apresentar, ou, ainda, que ele não tenha uma noção clara sobre o tema, considerando a polissemia do uso do termo. Sendo assim, geralmente costuma-se assumir que a maneira como o indivíduo percebe o meio ambiente tem influência direta nas suas ações sobre esse meio, porém não é levado em consideração, pelo menos de maneira explícita, que existe a possibilidade de que sua ideia de Natureza possa também ter influência direta nas suas ações sobre o meio (WHITEHEAD, 1930; LENOBLE, 2002 [1968]; MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]; MERLEAU-PONTY, 2011 [1945]).

Tais questões apresentadas nos dois parágrafos anteriores podem ser evidenciadas, por exemplo, nos trabalhos dos autores citados nos parágrafos subsequentes.

Ferrareze (2011), por meio do estudo de caso em uma comunidade de pequenos agricultores do norte do Rio Grande do Sul, em Constantina, conclui que os agricultores são favoráveis à proteção da APP, mas em relação à RL são desfavoráveis. Entretanto, isso não seria o percebido por ela sobre a opinião dos agricultores, após ter desenvolvido sua pesquisa?

Carvalho e Nodari (2007) investigaram as representações que os agricultores fazem da floresta e como se apropriam dela, com o objetivo de entender pela perspectiva deles a evolução do desmatamento no contexto das colonizações dirigidas ocorridas no município de Engenheiro Beltrão, Paraná, entre 1948 e 1970. Os autores afirmam que a floresta era percebida pelos “pioneiros” como um ambiente inóspito, sem conforto e que precisava ser “limpo”. Para os autores, a floresta entendida como sertão no imaginário e nas atitudes dos agricultores representa uma redução, uma diminuição da importância da floresta.

Américo, Gonzaga, Carvalho et al. (2011), após terem aplicado questionários em trinta propriedades do município de Dobrada, no estado de São Paulo, afirmam que do grupo de agricultores entrevistados, 70% relacionam a proteção da mata ciliar com a percepção de preservação de cursos d'água e, 23,3% justificam pela manutenção de habitats de animais silvestres. Em relação às outras áreas de vegetação natural, 56,7% entendem a função de tais áreas como espaços de abrigo para animais silvestres, 33,3% estabeleceu algum tipo de relação com a qualidade do ar e 16,7% às mudanças microclimáticas.

Guimarães e Paula (2013) ao apresentarem uma proposta de estudo da percepção ambiental dos agricultores do assentamento Amaralina, em Vitória da Conquista, Bahia, fornecem dados acerca das atitudes dos agricultores, apontando para práticas que colaboraram como a poluição dos cursos d'água e com a retirada da vegetação natural.

Zillmer-Oliveira e Manfrinato (2011), estudando uma comunidade de seringueiros localizada no município de Querência, Mato Grosso, observaram que os agricultores desta comunidade não associam o meio ambiente ou questões sobre a educação ambiental com suas práticas cotidianas.

Lucena e Freire (2011), ao investigarem a relação de uma comunidade rural com uma Reserva Privada de Patrimônio Natural (RPPN) em Jucurutu, Rio Grande do Norte, no que tange à percepção quanto a sua função e importância, as autoras afirmam que 48% dos entrevistados entendem a função de preservação que tal unidade expressa, 46% apontam que a reserva não significa nada, e apenas 6% dos moradores afirmam que seria melhor se não houvesse. Curiosamente, deste mesmo universo de entrevistados (90 moradores), 66% não sabem o que significa uma RPPN e quando foram questionados se existia alguma RPPN em sua região, 63% desconheciam a existência.

Nos locais de fronteira agrária na Transamazônica e na porção oriental amazônica em Marabá, Oliveira e Almeida (2008) estudaram a percepção de agricultores sobre o meio ambiente. Observaram que os pequenos agricultores têm uma relação com o meio calcada em uma lógica antropocêntrica.

O trabalho de Alves, Silva e Vasconcelos (2009) revela que a população rural de Juazeirinho, na Paraíba, concebe o meio ambiente como: natureza, lugar para viver, tudo que os rodeiam e, sensação de bem-estar, mas que os mananciais do

município não possuem mata ciliar e ainda recebem esgotos in natura produzidos pela própria população.

Silva, Lui e Molina (2008), em Joanópolis, SP, evidenciam um distanciamento na percepção do meio pelos agricultores, envolta por suas memórias e práticas agrícolas e a determinação externa (econômica) de alteração em sua prática agrícola.

Ballée (2010), partindo do princípio do conhecimento tradicional dos índios Ka'apor sobre os nomes de árvores, utiliza o método da saliência psicológica nos resultados da aplicação da técnica da listagem livre (freelisting) sobre os nomes das árvores nativas. Assim, considera que os primeiros nomes listados pelos entrevistados são os nomes que possuem maior relevância na comunidade entrevistada. Considera alguns problemas nas repostas (do ponto de vista dele), mas utiliza técnicas para eliminar redundâncias e outras repetições no sentido de eliminar possíveis distorções nos dados coletados. Assim, toda a coleta de dados, análise e tratamento é amparada em aspectos técnico/científicos, desde a coleta inicial da informação até o fim dela, com as conclusões enunciadas pelo autor, com isso promovendo um risco de extrema artificialização da informação. Mas, não se buscava o enunciado do índio?

Na obra “Fenomenologia da Percepção”, de Merleau-Ponty (2011 [1945]), a todo o momento demonstra-se, às vezes de maneira indireta no texto, a questão colocada pelo autor acerca do Eu pensado que pode confundir-se com o Eu pensante. O mesmo raciocínio vale a outrem, ou seja, o embaralhamento em uma análise da percepção que abarca o Eu pensante, o Eu pensado, o Tu pensado. Nesse contexto coloca-se a importância da discussão acerca do percebido.

O destaque de tal questionamento na obra “Fenomenologia da Percepção” de Merleau-Ponty, ora explicitamente, ora de maneira indireta, foi o motivo de escolha dessa obra como principal fonte de consulta para auxiliar na construção de uma noção de percepção que se adequasse às demandas da presente pesquisa, no caso o entendimento da importância da noção do percebido, não simplesmente como um momento da forma passiva e final de um determinado ato perceptivo.

Deve-se considerar que, no processo de percepção, estão envolvidos também os elementos naturais e os elementos culturais, ou seja, percebemos um mundo natural, mas também um mundo cultural ou um mundo humano. Não há como o pesquisador, o cientista, o filósofo se descolar desses mundos. Não se vive somente num mundo físico, mas também cultural. Existe-se através do corpo neles.

Assim, nesse trabalho, a construção da noção de percepção e do percebido que auxilia no desenvolvimento e análise do estudo de caso, baliza-se, sobretudo, nos pensamentos de Merleau-Ponty (2011 [1945]) sobre o tema.

2 – Referencial Teórico

2.1 – Alguns apontamentos sobre a fenomenologia na Geografia

Entre os interesses dos estudos geográficos podem ser encontrados três diferentes áreas gerais do conhecimento, são elas: (i) estudo físico do meio ambiente; (ii) o que sentimos e pensamos do meio ambiente e; (iii) como nos comportamos e alteramos o meio ambiente. Independente de um maior ou menor enfoque em uma ou outra área, a realidade sempre é subordinada ao mundo vivido, percebido. Respondemos ao meio ambiente e o afetamos não diretamente, mas através da mediação de uma apreensão pessoal do meio. Este meio difere para cada indivíduo de acordo com a história pessoal de cada um, que, por sua vez, varia também com o humor, propósitos e um estado de atenção (LOWENTAHL, 1967). Assim, o que vemos, estudamos e o modo como moldamos e construímos a paisagem passa por uma seleção e estruturação em cada um de nós, segundo nossos costumes, cultura, desejo, fé etc. (LOWENTAHL, 1967; TUAN, 1980).

As decisões e ações realizadas individualmente ou como reflexos de parte de um determinado grupo são pautadas em fatores objetivos e subjetivos (LOWENTAHL, 1967; LOWENTAHL e PRINCE, 1972; TUAN, 1972; ENGLISH e MAYFIELD, 1972; WHYTE, 1977). Assim, nas relações do homem com o seu ambiente, é imprescindível realizar estudos acerca dos fenômenos perceptivos (WHITEHEAD, 1930; BECK, 1967; WHYTE, 1977, MERLEAU-PONTY, 2011 [1945]).

Lowenthal (1967) afirma que forças culturais dominantes exercem uma grande influência na maneira como entendemos e atuamos no meio ambiente.

Para Whyte (1977), tanto um agricultor decidindo que tipo de planta cultivará ou qual área será desmatada, quanto o secretário estadual dos recursos hídricos ou dos recursos florestais, ambos podem ser pensados como administradores de recursos naturais. Neste sentido, acerca dos valores, costumes, aderência às regras formais e informais, a autora assevera que a diferença entre um agricultor e um oficial do Estado se relaciona à escala do impacto no ambiente da sua decisão individual e também à escala do grupo social. Deve-se salientar que a valorização dos elementos

da paisagem que um agricultor desenvolve dentro de sua área de produção e no ambiente agrícola em que vive é diferente da que permeia o oficial do Estado ou de qualquer outro profissional que não está diretamente convivendo no mesmo ambiente (BECK, 1967). Hellpach (1967, p. 237), em sua obra “Geopsique”, afirma que o lavrador “[...] não vê o seu campo, que ara, como paisagem [...]”.

Tuan (1967) afirma que em alguns grupos sociais não letrados do continente africano, o reconhecimento da Natureza geralmente se dá pelo reconhecimento de objetos locais, como animais individuais, plantas e cumes de formação rochosa. Por outro lado, o céu, a lua, a terra, a água, a luz e escuridão, são percebidos como fenômenos gerais. Obviamente, em ambientes de excessivos contrastes, a diferenciação pode não se dar por aspectos individuais da natureza, no sentido de elementos que se destacam no espaço em função da presença de outros, muitas vezes contíguos. Assim sendo, outros grupos sociais não letrados do continente africano são conscientes das distinções entre florestas e campos abertos.

Nessa perspectiva, além da possibilidade de uma percepção individualizada e diferente, já que ela pode ser uma experiência única, somente quando, num primeiro momento, procuramos a Natureza sem intenções estritamente utilitárias, deixando-a que aja sobre nós como uma impressão, a natureza torna-se para nós paisagem, permitindo que a percebamos como experiência sensível concretamente vivida (HELLPACH, 1967; WHYTE, 1977).

Assim, na fenomenologia, é importante entender que retornar “às coisas mesmas é retornar a este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala, e em relação ao qual toda determinação científica é abstrata, significativa, dependente, como a geografia em relação à paisagem [...]” (MERLEAU-PONTY, 2011, [1945], p. 4).

Nesse sentido, acerca investigação da valorização da paisagem por moradores locais, Machado (1988) definiu seu universo de entrevistados em três distintos grupos que tinham relação com seu local de estudo, os bairro-cotas do trecho da serra de Cubatão ao longo da via Anchieta. Assim, entrevistou pessoas que moravam ou trabalhavam no local: cientistas, pesquisadores, jornalistas; e pessoas das esferas municipal, estadual e federal responsáveis pelas regras formais desse local. Para avaliar os valores e as atitudes como os entrevistados viam esse trecho da Serra do mar, buscou técnicas de coleta e análise de dados nos trabalhos organizados por Whyte (1977). Ressalta-se que grande parte do referencial teórico utilizado por

Machado (1988) que se relaciona aos aspectos da percepção da paisagem baseia-se em teóricos da Geografia que trabalham com a fenomenologia como método, entre eles, Yi-Fu Tuan (1972; 1980), David Lowenthal (1967; 1972), Edward C. Relph (1979), entre outros.

Em *Guidelines for fields studies in environmental perception* (WHYTE, 1977), vários pesquisadores e cientistas, dentre eles geógrafos, de alguns países como Estados Unidos da América, Brasil, Inglaterra, entre outros, aplicaram ou aprimoraram metodologias de coletas de dados, algumas pautadas na Avaliação rápida rural (CHAMBERS, 1992), da qual desdobrou-se a técnica da avaliação rural participativa, por exemplo. Em comum, pode-se dizer que nas duas avaliações (rápida ou participativa) a entrevista semiestruturada está presente.

Segundo Whyte (1977, p. 14), o papel da pesquisa em percepção ambiental nas relações do homem com o meio ambiente pode ser sintetizado em cinco objetivos:

1. *contributing to the more rational use of biosphere resources by harmonizing local (inside) knowledge and that available from outside;*
2. *increasing understanding on all sides of the rational bases for different perceptions of the environment;*
3. *encouraging local involvement in development and planning as the basis for more effective implementation of more appropriate change;*
4. *helping to preserve or record the rich environmental perceptions and systems of knowledge that are rapidly being lost in many rural areas;*
5. *acting as an educational tool and agent of change as well as providing a training opportunity for those involved in the research.*

Apesar destes objetivos pertencerem ao contexto do programa intergovernamental da Unesco sobre as relações do homem e da biosfera (Man and Biosphere – MAB) lançado na década de 1970, mesmo que genéricas, pois trata-se de um texto guia para aplicação em diversos países, assume-se que tais assertivas continuam latentes pelo menos para a agricultura brasileira.

Antes da última revolução agrícola (motomecanização da agricultura) tornar-se o padrão predominante da prática agrícola, as paisagens agrícolas eram diversas, sobretudo na sua forma. Com a motomecanização da agricultura e a intensificação do monocultivo, paulatinamente houve uma homogeneização das paisagens nas áreas de produção agrícola (MAZOYER e ROUDART, 2001; ROMEIRO, 2007).

Whyte (1997) afirma que independentemente do local em que as pessoas vivem e de que forma apropriam-se dos recursos naturais desse lugar, os estudos científicos das percepções delas são primordiais para qualquer avaliação ambiental com intuito de corrigir e ou melhorar o uso racional dos recursos naturais. O estudo

da percepção local do meio ambiente proporciona uma estrutura temporal de análise, para determinadas situações cotidianas, através de chaves de respostas localizadas no passado do local em investigação. Acredita-se que por meio da coleta de informações através desse tipo de pesquisa seja viabilizado a redução das diferenças ideológicas e distâncias culturais, no que tange à conservação ambiental e aplicação de conceitos da Ecologia, entre o mundo do pesquisador e o do agricultor brasileiro, por exemplo, para que se proporcione os devidos ajustes e melhorias percebidos pelos pesquisadores em seus processos investigativos.

Assim, na presente pesquisa, a composição do material e da metodologia em muito pautou-se nas técnicas de fazer perguntas ou aplicar questionário, escutar/registrar, e codificar as respostas, como apresentado na compilação organizada por Whyte (1977), acerca de estudos da percepção ambiental. Portanto, a identificação de pessoas-chave, a preparação de questionários abertos e fechados por meio de visitas ao local de estudo e testes prévios dos questionários, foram essenciais para o desenvolvimento do material e metodologia aplicada neste trabalho. Vale ressaltar que alguns materiais utilizados durante a entrevista com os agricultores, como fotografias de paisagens agrícolas, de paisagens de rio e floresta, e o uso de tabuleiros, que têm em uma de suas faces a representação gráfica de uma área recoberta de vegetação nativa com espécies de porte arbóreo, foram inspirados nos trabalhos de Sonnenfeld (1967) e Beck (1967).

Em um dos seus testes no trabalho “*Environmental perception and adaptation level in the arctic*”, Sonnenfeld (1967) avaliou a preferência da população de esquimós e não esquimós por determinadas paisagens apresentadas, em fotografias, a tais grupos. Esse teste foi aplicado apresentando sempre pares de fotografias aos entrevistados, por exemplo, um par de fotografias de paisagens de praia e de montanhas recobertas por neve, outro par de fotografias de paisagem agrícola e urbana. Resumidamente, em sua pesquisa, Sonnenfeld (1967) parte das premissas que indivíduos e populações tendem a diferenciar suas respostas quando expostas a qualquer tipo de ambiente. Algumas são mais responsivas outras não, algumas adaptam-se mais fácil e outras não. Segundo Sonnenfeld (1967), apesar da inestimável importância do conceito de nível de adaptação, proveniente da teoria de mesmo nome, o ajustamento (do corpo) a um determinado ambiente não é somente fisiológico, mas questões ligadas às variedades sociais, culturais e fatores psicológicos também influenciam na adaptação das pessoas às condições ambientais

do ártico no Alasca (EUA). Assim, uma de suas hipóteses é que uma significativa fonte de diferenças perceptivas está nas diferentes variações de sensibilidade do homem ao meio ambiente, e que estudá-las considerando também as variáveis não fisiológicas pode agregar importantes informações aos estudos de percepção.

A escolha do uso de um tabuleiro teve influência do trabalho “Spatial meaning, and the properties of the environment”. Nele, Beck (1967) aplicou um teste de símbolos de referências e orientações espaciais a 611 sujeitos, de diferentes idades e profissões, para verificar as preferências mais fortes por uma determinada forma ou posição do símbolo que está impresso em uma folha de papel. Nessa pesquisa o autor buscou avaliar, dentre outras coisas, as afirmações de que a diferenciação do campo espacial tem relação com uma aparente experiência prévia em tais campos, e se a investigação da percepção do meio ambiente de um indivíduo pode ser deduzida do estudo dos sistemas pessoais de significados espaciais. Ele afirma que o campo espacial é diferentemente carregado de significados, variando de indivíduo a indivíduo. Assim, parte do princípio que os indivíduos adquirem estilos espaciais, derivados da aquisição e integração de determinados eixos e orientações espaciais. Beck (1967) diz que o estilo espacial é análogo às características conceituais, expressivas e outros estilos pessoais, construídos pelo uso de determinados termos e pelas ações no decorrer do tempo. Portanto, sua principal hipótese centra-se na afirmação de que, conforme o estilo espacial se torna cada vez mais parte da estrutura de personalidade do indivíduo, o espaço é vagarosamente repartido em determinadas zonas e direções com significados intuitivos, e praticamente representando expressões de identidades.

Assim, abrangendo a técnica da entrevista semiestruturada e o uso de materiais visuais (tabuleiros e fotografias de paisagens), foram elaborados o material e a metodologia de coleta de dados para realização de um estudo de caso referente aos agricultores percebidos em seus olhares sobre a vegetação nativa. A descrição detalhada de cada material e da metodologia empregados no presente trabalho é apresentada no terceiro capítulo, Metodologia.

Vale ressaltar que assim como os trabalhos apresentados no item 1.4 (Justificativa), nos trabalhos dos quatro autores destacados nos parágrafos anteriores (BECK, 1967; SONNENFELD, 1967; WHYTE, 1977. MACHADO, 1988), não estão colocadas uma discussão sobre a complexidade e dificuldade da investigação e coletada de dados acerca da percepção e do percebido, ou que busque elucidar uma

diferenciação conceitual entre eles, influenciando na instrumentalização e viabilização do processo investigativo.

Assume-se que o reconhecimento de tal complexidade é salutar ao desenvolvimento dos estudos da percepção, sobretudo, desenvolvidos no campo disciplinar da Geografia. Nesse sentido, a sequência dos itens apresentados nesse capítulo teórico tem o intuito de apresentar um esforço teórico de ao menos apontar no nível semântico a complexidade do termo percepção e percebido, e doravante a possibilidade de colocar em reflexão a viabilização da investigação de tais processos.

2.2 – A percepção e o percebido

O que é percepção?

Merleau-Ponty (2011 [1945], p 377) afirma que uma definição clássica para a percepção é “o conhecimento das relações de algo que se percebe que um sujeito interessado pode adquirir”.

Em Descartes (1983a [1641]; 1983b [1649]), a percepção é definida segundo a lógica do estímulo externo, a partir de órgãos sensoriais, é estímulo-impressão-percepção. Assim, ele separa percepções dos objetos, percepções do corpo (também inclusas a fome, a sede, a dor, o calor etc.) e percepções da alma (a alegria, a cólera, etc.).

Para Locke (1983 [1690]), a percepção é a entrada de todos os materiais do conhecimento, no sentido que ela é o primeiro passo e grau na direção do conhecimento.

Uma definição clássica de percepção seria que ela é um conhecimento espontâneo, anterior à Ciência, da natureza dos objetos e dos seres, dos fenômenos que se passam na Natureza. A percepção seria uma maneira de juízo da natureza dos seres e dos objetos aos quais a sensação se relaciona e que aparentemente é determinada por tais seres ou objetos (LAGNEAU, 1950).

A percepção é um ato pelo qual o pensado relaciona suas sensações aos objetos, determina as dimensões e a posição desses objetos e, doravante, avalia a intensidade precisa e a qualidade das sensações. Perceber um objeto, não é conhecer

sua natureza, mas simplesmente se representar uma base do entendido dele como uma base sobre a qual se apoia um grupo de nossas sensações (LAGNEAU, 1950). Portanto, para Lagneau a percepção é uma representação.

A noção de Whitehead (1930) da percepção se dá a partir da importância do evento percipiente, que significa o relevante estado do corpo do sujeito que percebe em um presente observacional. O presente observacional é a duração. Whitehead (1930) define a duração como o todo da Natureza apreendida em nossa observação imediata. Acrescenta que a duração não é instantânea, ela é tudo que existe na Natureza em um certo limite temporal.

Na fenomenologia, Husserl (2006 [1913]) entende o termo percepção como a experiência original que se tem de algo dado no mundo, vivido no mundo. Assim a percepção é um fluxo na consciência de uma experiência original. Para ele, a percepção externa seria uma experiência originária das coisas físicas. A recordação e a expectativa antecipatória não seriam percepção originária. A percepção interna seria a experiência originária que temos de nós mesmos, de nossos estados de consciência.

Merleau-Ponty (2011 [1945]), ao não diferenciar a experiência natural, pura, original, da não pura, para classificar o que seria percepção, considera a rememoração como um fenômeno perceptivo. Ele também não separa conceitualmente a percepção externa da interna, pois tal estrutura torna-se desnecessária ao entendimento dele acerca do fenômeno perceptivo, que está sempre inacabado. Aqui poder-se-ia afirmar que há uma aproximação entre Merleau-Ponty (2011 [1945]) e Bergson (1999 [1896]), pois para este a percepção não se trata de um conhecimento puro das coisas e Merleau-Ponty, apesar de não a tratar como um ato de conhecimento, também afirma que ela pode ser uma experiência de algo puro e não puro.

Em Bergson (1999 [1896]) a percepção é tratada como a apreensão de imagens de algo que existe em si mesmo e que pode ter uma ação determinada no corpo de quem a apreende. Para Bergson (1999 [1896], p. 5) a percepção pode se manifestar ora mais perto, “[...] ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa atenção à vida.” Assim, brevemente, Bergson (1999 [1896]) afirma que no processo de percepção do indivíduo há influência da memória hábito (fruto do cotidiano) e da memória livre, que são “lembranças independentes de quaisquer hábitos” (BOSI, 1998 [1973], p. 48). Halbwachs (1990 [1950]), acerca da memória individual e coletiva,

atesta que entre essas duas direções podem ser desenvolvidas diversas formas de memória, que podem assumir diversas formas em função dos objetivos implicados nelas. “A memória coletiva [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que recolocadas num conjunto que não é mais consciência pessoal” (HALBWACHS, 1990 [1950], p. 53 e 54). Nesse sentido, a noção de depoimento ou testemunho, por exemplo, dado por um indivíduo sobre seu mundo vivido durante a infância, reconstrói suas lembranças, conservando e reencontrando a imagem de seu passado. Contudo, não necessariamente essa lembrança é genuína. Ela pode ser fruto de depoimentos e racionalizações de outras pessoas, influenciando na construção dessa lembrança individual, além de que, não necessariamente o passado permaneceria inteiramente na memória, mesmo que esse indivíduo tenha vivido a experiência que busca rememorar (HALBWACHS, 1990 [1950]).

De qualquer maneira, nessa relação entre um eu que experimenta uma dada realidade e o outro que a testemunha, há um problema teórico metodológico que antecederia tal discussão, e que, portanto, se coloca na questão acerca de perceber o outro, e da dificuldade (alguns diriam impossibilidade) de entender como o outro percebe as coisas, apontadas por Husserl (2006 [1913]) e Merleau-Ponty (2011 [1945]), sobretudo nesse último. Vale ressaltar que Husserl justifica tal fato afirmando que a observação da exteriorização corporal do outro não é uma experiência originalmente dada. Merleau-Ponty não faz tal distinção entre original e não original no fenômeno perceptivo, apesar de afirmar que cada experiência é única. De qualquer maneira, para ele a análise da percepção de outrem não pode ser pautada numa lógica do ser-em-si ou do ser-para-si, mas sim compreendida na relação estabelecida entre os sujeitos.

Merleau-Ponty (2001 [1945]) aponta que a percepção envolve a nossa inerência às coisas. Ele afirma que perceber é envolver de um só golpe todo um futuro de experiências em um presente que a rigor nunca o garante, é crer em um mundo. Seria “[...] o ato de transcendência pelo qual o sujeito se abre [...] [ao mundo que] arrebatase a si mesmo” e encontra-se na presença desse mundo (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 213).

Abaixo seguem cinco extratos da obra “Fenomenologia da Percepção” de Merleau-Ponty com intuito de introduzir o seguinte questionamento: É possível fazer uma análise da percepção?

[Em] um campo visual normal, a segregação dos planos e dos contornos é irresistível e, por exemplo, quando passeio em uma avenida, não chego a ver os intervalos entre as árvores como coisas e as próprias árvores como fundo. Sou eu quem tem a experiência na paisagem, mas tenho consciência, nessa experiência, de assumir uma situação de fato, de reunir um sentido esparso por todos os fenômenos e de dizer aquilo que eles querem dizer de si mesmos (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 355).

Na percepção normal [...] o sentido do percebido me aparece como instituído nele e não como constituído por mim, e o olhar como uma espécie de máquina de conhecer, que apreende as coisas por onde elas devem ser apreendidas para se tornarem espetáculo, ou que as recorta segundo suas articulações naturais. [...].

Toda fixação é sempre fixação de algo que se oferece como a ser fixado. Quando fixo a face ABCD do cubo, isso não quer dizer apenas que a faço passar ao estado de visão nítida, mas também que a faço valer como figura e como mais próxima de mim do que a outra face; em uma palavra, que organizo o cubo, e o olhar é este gênio perceptivo abaixo do sujeito pensante, que sabe dar às coisas a devida resposta que elas esperam para existirem diante de nós. Enfim, o que é ver um cubo? É, diz o empirismo, associar ao aspecto efetivo do desenho uma série de outras aparências, aquelas que ele ofereceria visto de mais perto, visto de perfil, visto de diferentes ângulos. Mas, quando vejo um cubo, não encontro em mim nenhuma destas imagens, elas são o troco de uma percepção da profundidade que as torna possíveis e que não resulta delas. Qual é então este ato único pelo qual apreendo a possibilidade de todas as aparências? É, diz o intelectualista, o pensamento do cubo enquanto sólido formado por seis faces iguais e doze arestas iguais que se cruzam em ângulo reto – e a profundidade é apenas a coexistência das faces e das arestas iguais. Mas ainda aqui nos apresentam como definição da profundidade aquilo que é apenas uma consequência dela. As seis faces e as doze arestas iguais não fazem todo o sentido da profundidade e, ao contrário, essa definição não tem nenhum sentido sem a profundidade. As seis faces e as doze arestas só podem coexistir e ao mesmo tempo permanecer iguais para mim se elas se dispõem em profundidade. O ato que corrige as aparências, que dá aos ângulos agudos ou obtusos valor de ângulos retos, aos lados deformados valor de quadrado, não é o pensamento das relações geométricas de igualdade e do ser geométrico ao qual elas pertencem, é o investimento do objeto por meu olhar que o penetra, o anima, e faz as faces laterais valerem imediatamente como quadrados vistos de viés, a ponto de que nós nem mesmo os vemos sob seu aspecto perspectivo de losango (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 355, 356 e 357).

Por exemplo, o filósofo empirista considera um sujeito X prestes a perceber e procura descrever aquilo que se passa: existem sensações que são estados ou maneiras de ser do sujeito e que, a esse título, são verdadeiras coisas mentais. O sujeito perceptivo é o lugar dessas coisas, e o filósofo descreve as sensações e seu substrato como se descreve a fauna de um país distante – sem perceber que ele mesmo percebe, que

ele é sujeito perceptivo e que a percepção, tal como ele a vive, desmente tudo o que ele diz da percepção em geral. Pois, vista do interior, a percepção não deve nada àquilo que nós sabemos de outro modo sobre o mundo, sobre os estímulos tais como a física os descreve e sobre os órgãos dos sentidos tais como a biologia os descreve. Em primeiro lugar, ela não se apresenta como um acontecimento no mundo ao qual se possa aplicar, por exemplo, a categoria de causalidade, mas a cada momento como uma re-criação ou uma re-constituição do mundo. [...] Todo saber se instala nos horizontes abertos pela percepção. Não se pode tratar de descrever a própria percepção como um dos fatos que se produzem no mundo, já que a percepção é a “falha” deste “grande diamante” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 280).

A coisa nunca pode ser separada de alguém que a percebe, nunca pode ser efetivamente em si, porque suas articulações são as mesmas de nossa existência, e porque ela se põe na extremidade de um olhar ou ao termo de uma investigação sensorial que a investe de humanidade. Nessa medida, toda percepção é uma comunicação ou uma comunhão, a retomada ou o acabamento, por nós, de uma intenção alheia ou, inversamente, a realização, no exterior, de nossas potências perceptivas e como um acasalamento de nosso corpo com as coisas (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 429).

O percebido não é necessariamente um objeto presente diante de mim como termo a conhecer, ele pode ser uma “unidade de valor” que só me está presente praticamente. Se retirarem um quadro de um cômodo que habitamos, podemos perceber uma mudança sem saber qual. É percebido tudo aquilo que faz parte de meu ambiente, e meu ambiente compreende tudo aquilo cuja existência ou inexistência, cuja natureza ou alteração contam para mim praticamente [...] (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 430).

Devemos considerar que as coisas, as paisagens, o mundo em que vivemos estão ali, diante de nós, ou não, antes que qualquer análise, reflexão, ou entendimento científico possa ser feito. A percepção é um fenômeno pré-pessoal (HUSSERL, 2006 [1913]; MERLEAU-PONTY, 2011 [1945]). Nesse sentido, ela não deve ser entendida como uma assimilação de algo relativo às ordens de juízo, de atos ou de discursos.

Considerando, portanto, que a percepção é um fenômeno pré-pessoal, há um limite em que ela se espalha, num horizonte de coisas vistas e não vistas. Assim, há um certo campo para a sensação.

A noção clássica de sensação era algo que se referia ao produto tardio do pensamento voltado aos objetos. Assim, se o visível é algo que se apreende com os olhos, Merleau-Ponty (2011 [1945]) considera que o sensível é aquilo que se apreende com os sentidos e não pelos sentidos. À ideia do aparelho sensorial como condutor das relações dadas nas periferias do sistema para as regiões centrais adiciona-se a noção que mesmo na periferia suas relações encontram-se também envolvidas na área central. Assim, a sensação pode se dar a partir da qualidade do objeto, do que é

sensível. Nós tomamos a sensação na própria experiência que a revela podendo ser tão obscura e opaca quanto o objeto ou mesmo a percepção.

A noção de sensação não é a percepção, ou seja, perceber algo não é somente sentir algo, se considerarmos que toda a percepção é uma relação. “O ‘algo’ perceptivo está sempre no meio de outra coisa, ele sempre faz parte de um ‘campo’. [...]. Um dado perceptivo isolado é inconcebível, se ao menos fazemos a experiência mental de percebê-lo” (MERLEAU-PONTY 2011 [1945], p 24). “Aquilo que chamamos de sensação é apenas a mais simples das percepções e, enquanto modalidade de existência, ela não pode, assim como nenhuma percepção, separar-se de um fundo que, enfim, é o mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p 324).

De fato, nos fenômenos perceptivos, pensar o corpo na sua relação com o mundo vivido é de suma importância, pois nós somos no mundo pelo corpo. Bergson (1999 [1896]) considera o objeto como uma imagem dele mesmo, mas que existe em si, e a percepção seria a ação possível de uma certa imagem desse objeto determinada no corpo.

“Na relação do corpo no processo perceptivo, olhar um objeto é entranhar-se nele. [...]. O horizonte interior de um objeto não pode se tornar objeto sem que os objetos circundantes se tornem horizonte, e a visão é um ato com duas faces” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p 104). A associação e o sentido de relação, por exemplo, da observação na percepção são essenciais ao seu acontecimento. Um objeto observado de vários ângulos, sobretudo em uma percepção analítica, contribui à formação de uma consciência perceptiva dele. Seria o exemplo de uma casa vista de vários ângulos e que na consciência perceptiva poderá apresentar uma só visão da casa, a casa vista de todos os lugares. Isso então seria o objeto acabado. No mundo vivido não há como segregar a percepção em percepção visual, sonora, tátil, olfativa, etc. Elas estão sempre integradas em um fenômeno perceptivo.

Os objetos perceptivos são os resultados do hábito da experiência. Sendo assim, o mundo cultural exerce influência direta na maneira como percebemos as coisas. Segundo Whitehead (1930), qualquer coisa que gere conflito com os hábitos pode atrapalhar, confundir, obscurecer o senso de consciência de um dado objeto. Não há percepção de objetos físicos sem a percepção da sensação dos objetos, porém o contrário pode ser verdadeiro.

Portanto, o que percebemos é um objeto e não meramente a sensação que apreendemos desse o objeto. A percepção natural é a percepção pura, antes de uma

reflexão. Já a percepção analítica é “a concentração do sujeito em um ponto do campo visual” (MERLEAU-PONTY 2011 [1945], p 29). De qualquer forma, tal separação é extremamente cinzenta quando se considera o movimento do Eu que percebe algo, colocar-se a perceber-se ou a ter consciência perceptiva de si mesmo no momento em que percebe.

Afinal, como seria possível o sujeito que percebe distanciar-se de si mesmo durante a percepção para entender como ele percebe, no sentido de entender que antes não tinha consciência de algo? Ação impossível seria essa, assim, a percepção não é uma maneira particular em que a consciência perceptiva constitui um objeto. Ainda que exista uma predominante noção em afirmar que percebemos com nossos órgãos sensoriais, até então o que se pode afirmar sem nenhum deslize conceitual é que o indivíduo percebe com seu corpo. É debruçado nessa afirmação que Merleau-Ponty desdobra toda sua crítica à noção clássica de percepção, dada pelos filósofos, psicólogos e inclusive à própria noção construída na fenomenologia, por exemplo, quando critica algumas asserções feitas por Husserl.

Embora afirme-se que a consciência que se tem do mundo se dá por meio do corpo, não devemos entender nosso corpo como uma coisa entre as coisas e ausência de coisas, ou como um objeto, muito menos como reunião de órgãos justapostos. Assim, acerca da espacialidade do corpo, existe uma grande diferença com a espacialidade do objeto. Em relação ao objeto há uma espacialidade de posição. Ao corpo, há uma espacialidade de situação, portanto depende da referência que está em questão, e é no movimento do corpo que se evidencia melhor sua realização, bem como sua ocupação no tempo.

A mesma lógica espacial aplicada ao corpo, citada anteriormente, estende-se também à perspectiva temporal, ou seja, na consciência perceptiva um objeto seria visto de todos os tempos. Todavia, “[...] a síntese dos horizontes é apenas uma síntese presuntiva, ela só opera com certeza e com precisão na circunvizinhança imediata do objeto” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p 107). Portanto, deve-se considerar que a recordação de um objeto, o percebido, talvez não mantenha as mesmas características de sua forma no passado e, além do mais, as relações estabelecidas no processo perceptivo atual não sejam mais as mesmas do passado. Alguma coisa pode ter mudado, como o conhecimento, a acuidade visual, o envelhecimento do aparelho sensorial etc.

A rememoração de algo percebido ao desdobrar-se no momento presente revelar-se-ia como um novo processo perceptivo, uma outra percepção. Isso não quer dizer que a percepção necessariamente seja alimentada, composta por recordações e sensações, mas a consciência perceptiva sim. O mesmo poderíamos estender ao futuro, quando posso não mais reconhecer o que vejo agora.

Perceber não é recordar-se, mas a recordação envolve a percepção. A recordação de algo implicará na percepção dele em um momento presente, portanto não há referência a uma percepção feita no passado de tal objeto e que foi conservada na memória. “Antes de qualquer contribuição da memória [à percepção], aquilo que é visto deve presentemente organizar-se de modo a oferecer-me um quadro em que eu possa reconhecer minhas experiências anteriores” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p 44). Primeiramente, o que é visto precisa adquirir forma e sentido, para depois surgir uma determinada recordação, e não outra, referente à visão presente. Nesse sentido vale ressaltar que a percepção “da coisa não presentifica um não-presente, como se fosse uma recordação ou uma imaginação; ela apresenta, apreende um algo ele mesmo em sua presença em carne e osso” (HUSSERL, 2006 [1913], p 103).

“Perceber [...] é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p 47). Já Bergson (1999 [1896] p, 213), que parte do princípio da matéria na percepção como um conjunto de imagens, afirma que a percepção da matéria deriva em grande parte da memória. “[...] toda percepção concreta, por mais breve que a suponhamos, já é síntese, pela memória, de uma infinidade de percepções puras que se sucedem [...]”.

Vale apontar que a percepção não deve ser entendida no molde empirista. Isso quer dizer que um sujeito no seu cotidiano não está diante do mundo como um cientista, pois este no exercício de seu ofício esforça-se para tornar seu mundo objetivo, conseqüentemente há uma deformação do mundo natural, do mundo cultural.

O sujeito não cientista não se coloca diante do mundo da mesma forma que o cientista e isso não quer dizer que a sua verdade deva subordinar-se à verdade do cientista, mesmo porque, há de se considerar a impossibilidade de apreensão da Natureza como objeto primeiro em nossa percepção. Assim, o empirismo em sua lógica objetiva considera a percepção como a relação dos estímulos em suas propriedades físicas e químicas vindas do mundo físico que podem agir no aparelho

sensorial dos seres. Mas, a percepção, na fenomenologia proposta por Merleau-Ponty (2011 [1945]), vai além dessas relações, não reduzindo os objetos – ou por exemplo, os odores, sons, gestos, comportamentos, paisagens, arquiteturas de uma cidade – somente aos estímulos físicos e químicos em nossos aparelhos sensoriais.

Outro elemento importante nas teorias sobre percepção é o juízo. De maneira geral, a relação do juízo nos estudos da percepção é dada como um elemento que falta à sensação para possibilitar a percepção, ou para preencher as lacunas da explicação fisiológica dada à percepção. Para Merleau-Ponty (2011 [1945]), o juízo está ligado ao objeto no processo perceptivo tomado do interior por uma reflexão genuína do indivíduo e não como uma atividade lógica de conclusão. Mas, isso não quer dizer que perceber seja julgar, muito menos uma tomada de posição em relação aos elementos sensíveis dados no fenômeno perceptivo.

Portanto, o juízo é constituinte da própria percepção. Antes há a percepção de algo, sem distinção de verdadeiro ou falso, como no exercício da ilusão de Zöllner, sobre a ilusão da perda do paralelismo de duas retas, quando inseridas em conjunto de linhas auxiliares, conforme mostra a figura 3.

Figura 3- Ilusão de Zöllner.

Ao prestar atenção em duas linhas verticais grossas forma-se uma nova figura onde então se percebe o paralelismo. Assim, o juízo seria como um resultado, uma constatação final na percepção, contribuindo à criação da forma do percebido.

Merleau-Ponty (2011 [1945], p 40) afirma que a função essencial da percepção “é a de fundar ou de inaugurar um conhecimento”. Porém, aponta que nem sempre ela seja um conhecimento originário, e que não seria prudente querer decompô-la em etapas no sentido de entender como se dá o processo perceptivo ou quais seriam as

condições que a torna possível. Contudo, pode-se afirmar que ela é um fenômeno original.

2.2.1 – A percepção do objeto, de outrem, o outro que percebe, o percebido, a consciência perceptiva²

Na percepção não ocorre uma tradução do mundo do percebido em movimento, através de significações expressas da linguagem, mas sim uma penetração no objeto, assimilando sua estrutura, que através de seu corpo o objeto regula diretamente seus movimentos. “Esse diálogo do sujeito com o objeto, essa retomada pelo sujeito do sentido esparso no objeto e pelo objeto das intenções do sujeito que é a percepção fisionômica, dispõe em torno do sujeito um mundo que lhe fala de si mesmo e instala no mundo seus próprios pensamentos” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 185).

Há uma significação primordial que se obtém pela coexistência no mundo que é retomada em quem observa, mesmo que sejam dois sujeitos se observando. Esse fato é de extrema relevância, mas como resolver a questão da distância necessária para realização da análise de percepção, entre o Eu que observa algo, e o Eu que analisa a própria percepção?

Enquanto se definir a consciência de um sujeito sobre algo pela representação que esse sujeito faz da coisa, o máximo que pode ser concluído é a consciência da representação que esse sujeito tem de uma determinada representação. O mesmo vale para as outras consciências, por exemplo, motoras. Entre entender tal movimento - da representação de algo na consciência - à execução dela pelo corpo, Merleau-Ponty (2011 [1945], p. 631) afirma que é prudente deixar de distinguir “o corpo enquanto mecanismo em si e a consciência enquanto ser para si.”

[...] a consciência projeta-se em um mundo físico e tem um corpo, assim como ela se projeta em um mundo cultural e tem hábitos: porque ela só pode ser consciência jogando com significações dadas no passado absoluto da natureza ou em seu passado pessoal, e porque toda a forma

² Primeiramente, há de se fazer uma colocação para evitar confusões. A percepção do outro se refere à percepção que um sujeito tem de outrem. Isto é diferente da percepção que esse outro tem num fenômeno perceptivo, chamado aqui como o outro que percebe.

vivida tende para uma certa generalização, seja a de nossos hábitos, seja a de nossas “funções corporais”.

[...] Originariamente a consciência não é um “eu penso que”, mas um “eu posso”. [...] A visão e o movimento são maneiras específicas de nos relacionarmos a objetos, e, se através de todas essas experiências exprime-se uma função única, trata-se do movimento de existência [...] O movimento não é o pensamento de um movimento, e o espaço corporal não é um espaço pensado ou representado. (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 191 e 192).

Sinteticamente, pode-se dizer que a consciência é o ser para a coisa através do corpo e que a motricidade não é uma serva da consciência, pois para que se possa representar um objeto na consciência, antes se faz necessário que esse objeto exista para o corpo. Sendo assim, tal raciocínio só é inteligível se não considerarmos o corpo como algo em si. Doravante, o corpo não está no espaço e no tempo, mas ele habita ambos. “Eu sou no espaço e no tempo” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 195).

Das asserções anteriores percebe-se claramente que a noção de hábito é algo muito importante na percepção. A aquisição do hábito se dá através da compreensão do corpo de algo. Compreensão no sentido de “experimentar o acordo entre aquilo que visamos e aquilo que é dado, entre a intenção e a efetuação – e o corpo é nosso ancoradouro em um mundo” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 200). Nesse sentido, o corpo é um lugar fundamentalmente de expressão. Pode-se dizer então que todo hábito é ao mesmo tempo motor e perceptivo, no sentido de aquisição do mundo.

A percepção de um objeto deve ser entendida pela maneira como introduzimos o objeto em nossa vida, na experiência que se dá em contato com ele. O significado de uma fala ou de uma enunciação não se dá somente pelas palavras, mas também pelo sotaque, pelo tom, pelos gestos, pela fisionomia.

Para Merleau-Ponty (2011 [1945]), em qualquer análise do fenômeno perceptivo, o signo e a significação não devem ser separados um do outro, pois há sempre uma relação orgânica entre o sujeito e o mundo, ou seja, um movimento que se lança em uma coisa e num mundo através de seus órgãos e de seus instrumentos. Nesse sentido, a apreensão de uma significação se faz com o corpo. Entretanto, a fala não é o signo do pensamento, mas sim a imbricação mútua. “[O] sentido está enraizado na fala, e a fala é a existência exterior do sentido” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 247). A fala, a palavra, então se torna a presença de um pensamento no mundo sensível. Assim, a palavra e, conseqüentemente, a fala têm uma potência de expressão, como na música, na pintura, na atuação do ator, ou seja, nas artes. Posto isso, assume-se a fala como um gesto linguístico, pois uma vez formada a

linguagem, como uma espécie de gesto ela pode dar significado sobre um fundo mental comum, como se ele buscasse por meio da fala dar sentido a uma paisagem mental ao outro, ao referente.

Deve-se considerar que a fala, a enunciação, como um gesto linguístico, não é a roupagem dada ao pensamento, pois sempre há um certo distanciamento. No entanto, sem a comunicação a experiência vivida por um não é dada ao outro. Nesse sentido, o que é dado é minha presença com outrem, e é essa relação que está embutida na percepção de outrem.

Toda “percepção exterior é imediatamente sinônima de uma certa percepção de meu corpo, assim como toda percepção de meu corpo se explicita na linguagem da percepção exterior” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 268). Disso resulta que, o sujeito da percepção não pode ser esquecido. Dessa constatação instala-se o seguinte paradoxo: Em estudos da percepção de outrem, enquanto o pesquisador baliza-se em referências metodológicas para investigar a percepção do outro, ao mesmo tempo deve considerar as mesmas estruturas lógicas metodológicas para estudar o seu ato investigativo, pois ele também estará envolvido em um fenômeno perceptivo.

Todo o cuidado deve ser tomado nos estudos de percepção no sentido de não colocar a percepção no percebido, ou seja, acredita-se que se estuda a percepção, quando, na verdade, é o percebido que está em investigação. Deve ser lembrado que pensar e perceber não são as mesmas coisas. Assumindo que a sensação faz parte da percepção, o sujeito que sente algo não faz isso porque colocou o sensível desse algo como objeto nessa relação, mas porque simpatiza com ele, ele o faz seu.

A sensação se dá no corpo do sujeito por meio de uma relação de harmonização, sincronização entre o sujeito que sente e o sensível. Cada sensação é única e exclusiva, ela começa e acaba sendo que o sujeito tem uma experiência que se inicia e se acaba com ele, ou seja, cada experiência também é única e exclusiva. Nesse sentido, aproxima-se que cada percepção é um fenômeno original.

Quando observa objetivamente um elemento destacado na paisagem, por escolha própria, curiosidade, ou eleito por uma necessidade ocasional, deixa-se de viver a experiência da visão ligada ao fenômeno geral para ater-se a uma observação de uma qualidade. Nesse sentido, há uma sensorialidade separada, dando maior peso para uma observação atenta, ou seja, uma percepção analítica e não mais natural. Deve-se ressaltar que na percepção natural, não se define a visão somente pela

qualidade visual, o som pela qualidade sonora etc. Disso conclui-se que na percepção natural, por meio da experiência, há uma percepção sinestésica.

Como perceber significa abarcar em um ato total as experiências do agora e as subsequentes em um momento presente, mas que nunca há garantia de ser isso mesmo, conclui-se que o fenômeno perceptivo envolve aquilo que acreditamos no mundo vivido. Sendo assim, a ilusão e a percepção a toda hora estão em relação, onde a percepção real barra a ilusória. Nessa perspectiva, há de se cuidar na busca da verdade revelada, seja na justificativa de uma percepção, de uma sensação, de um sentimento ou de uma tomada de consciência.

De qualquer maneira, não se deve refutar a ideia de que uma coisa tem suas características e propriedades particulares estáveis. Todavia, pode-se entender essa constante perceptiva como se o percebido pudesse variar em função das distâncias presentes? Por exemplo, no caso do cubo, ele é sempre percebido da mesma maneira, independente se um lado dele se assemelha mais a um losango do que um quadrado, e isso porque se usa como referência uma forma já estabelecida para assumir a sua observação. Mas porque existe tal introdução de um mundo objetivo nesse ato perceptivo? A resposta dada por Merleau-Ponty 2011 [1945] é que a realidade se encarrega disso.

A mudança da grandeza e da forma do objeto conforme a variação da distância do sujeito que percebe se dá porque já se percebe o objeto com tais características dadas na realidade, conseqüentemente qualquer variação de posição acarretará correlativamente uma mudança de grandeza e forma e não o contrário.

Se sei que uma árvore no horizonte permanece aquilo que é percebido de perto, conserva sua forma e sua grandeza reais, é apenas enquanto este horizonte é horizonte de minha circunvizinhança imediata, enquanto pouco a pouco a posse perceptiva das coisas que ele encerre me é garantida; em outros termos, as experiências se encadeiam, se motivam e se implicam umas às outras, a percepção do mundo é apenas uma dilatação de meu campo de presença, ela não transcende suas estruturas essenciais, aqui o corpo permanece sempre agente e nunca se torna objeto (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p 408).

Em uma analogia pode-se dizer que o movimento do corpo é para a percepção tátil aquilo que a iluminação é para a visão. De qualquer forma, todo objeto dado a um sentido, correlativamente é posto em ação de maneira integrada aos outros sentidos, e para ser considerado um fenômeno passível de percepção, independente do sentido a que ele se revela, ele necessita na experiência vivida no corpo, ser dado aos outros sentidos também.

Vale ressaltar que antes da percepção sempre há a realidade, pois sem ela não tem como perceber nada no mundo, já que ela é o que instala o ser humano no mundo vivido. Assim, deve-se fixar e entender que o “[...] percebido é e permanece [...] alguém da dúvida e da demonstração. [...] Não poderia haver erro ali onde ainda não há verdade, mas realidade, onde ainda não há necessidade, mas facticidade” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 460). A realidade se dá pela apreensão na percepção do indivíduo de um sistema de fenômenos não somente privado e único, mas também como o único possível para ele e para o outro, como algo que é comum aos indivíduos de uma sociedade.

A análise das ações de um indivíduo (humano) feita por outro indivíduo sempre passa pelo corpo daquele que faz a análise, e, nessa experiência, pela sua percepção. Seria o Eu estudando outros Eus. Isso quer dizer que essa análise não pode ser efetuada na concepção do ser-em-si e do ser-para-si.

Não se deve pensar o outro como um ser em si, ou seja, um objeto, e nem o pesquisador se colocar ao outro como objeto, pois para entendê-lo, deve-se assumir que ele é um ser pensante, assim deixaria de ser um ser-em-si. De qualquer forma, ainda permanece o paradoxo no que tange a análise do que o outro percebe.

Para transpô-lo, Merleau-Ponty (2011 [1945], p. 470 e 471) sugere que a consciência deve ser entendida como uma consciência perceptiva, “como o sujeito de um comportamento, como ser no mundo ou existência, pois é somente assim que outrem poderá aparecer no cume de seu corpo fenomenal e receber uma espécie de localidade”. Nessa situação, o sujeito pesquisador passa a retomar em seu corpo o pensamento dessa percepção, tendo assim uma pista, um rastro sobre a percepção do outro e o que esse outro percebe.

Mesmo assim, o que se teria somente o rastro de uma consciência que escapa ao sujeito em sua atualidade e, “quando meu olhar cruza com outro olhar, eu re-efetuo a existência alheia em uma espécie de reflexão” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 471). Nesse sentido, haverá uma compreensão de um sujeito sobre o outro se as expressões emocionais de outrem são comparadas e identificadas por aquele que se põe a pensar sobre o outro. Porém, a percepção de outrem que precede e torna possíveis tais constatações não faz com que estas sejam constitutivas dela.

Ainda que sejam considerados alguns comportamentos ou a própria linguagem como um objeto cultural que desempenha uma função essencial na percepção do outro, nem o comportamento e muito menos as falas do outro são esse outro. Por

exemplo, após um diálogo, cada sujeito retorna ao seu ambiente solitário, e quando cada um rememora o diálogo reintegrando-o à sua vida, o que se encontra são rastros, pistas do que outro pensava, sentia, percebia.

Na percepção do outro, ou ambos se percebendo, não há como um transcender o outro, o que existe de fato é uma intersubjetividade. Mas o campo perceptivo em que vivemos é transcendental, o mundo nos transcende, e nós, sujeitos, coexistimos no mesmo mundo. As coisas já estavam no mundo antes do nascimento de um dado sujeito. “Quando digo que as coisas são transcendentais, isso significa que eu não as possuo, não as percorro, elas são transcendentais na medida em que ignoro aquilo que elas são e em que afirmo cegamente sua existência nua” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 494).

Portanto, analisar a percepção seria uma redução muito importante de tudo que um Ser é no mundo, acarretando consequências inapropriadas e imprecisas aos que buscam realizar estudos da percepção. Analisar o que outro percebe seria mais complexo ainda. Portanto, no limite, seria menos arriscado ao sujeito que se lança a analisar a percepção, antes de tudo, realizar o estudo de sua própria percepção. Todavia, é impensável na realidade um Ser desdobrar-se diante de si mesmo, sair da percepção natural para a analítica, para estudar sua percepção num momento em que se dá o fenômeno perceptivo.

Posto isso, menos arriscado e movediço será o terreno daquele que se propõe a analisar o percebido. Assumindo a qualidade daquilo que percebeu - por exemplo, por uma observação fixa e analítica - e retomado em sua consciência perceptiva, de maneira aproximada, isso representará o rastro do movimento perceptivo que teve naquele primeiro momento, reintroduzido na sua vida em outro momento, que é o da efetuação da análise. Entretanto, não é porque se analisa o percebido que não será feito o exercício entre os sujeitos, sobretudo o que é interessado na investigação da percepção, de lançarem-se a perceberem-se. Mas, não como objetos. “A percepção é justamente este gênero de ato em que não se poderia tratar de colocar à parte o próprio ato e o termo sobre o qual ele versa. A percepção e o percebido têm necessariamente a mesma modalidade existencial [...]” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 500).

Nessa lógica, talvez, para os agricultores, na paisagem agrícola a vegetação nativa seja quase sempre uma solicitação vaga e não uma qualidade sensível a ele, em relação à consciência perceptiva dos profissionais que lidam com a gestão

ambiental. Por exemplo, o azul do céu para um observador comum não é o mesmo azul do céu do astrônomo, pois para este o céu não existe para si, e no céu sentido e percebido pelo sujeito comum pode-se dizer que céu não existe como um ser-em-si. O fenômeno percebido pode ser uma experiência única, mas não algo puro, ele é um momento da minha história individual (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945]).

A despeito da ausência no presente trabalho de uma discussão entre a correlação noética e noemática, segundo Husserl (2006 [1913]), dos dados vividos, Merleau-Ponty (2011 [1945]) em diversos momentos de sua obra tece afirmações acerca das dificuldades analíticas sobre o dado real e irreal, intencional e não intencional, puro e não puro no entendimento do fenômeno perceptivo.

Enquanto percebo, e mesmo sem nenhum conhecimento das condições orgânicas de minha percepção, temos consciência de integrar “consciências” sonhadoras e dispersas, a visão, a audição, o tato, com seus campos que são anteriores e permanecem estranhos à minha vida pessoal. O objeto natural é o rastro dessa existência generalizada. E, em primeiro lugar, todo objeto será, em algum aspecto, um objeto natural, ele será feito de cores, de qualidades táteis e sonoras, se ele deve poder entrar na minha vida.

Assim como a natureza penetra até o centro de minha vida pessoal e entrelaça-se a ela, os comportamentos também descem na natureza e depositam-se nela sob a forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo somente no ambiente da terra, do ar e da água, tenho em torno de mim estradas, plantações, povoados, ruas, igrejas, utensílios, uma sineta, uma colher, um cachimbo. Cada um desses objetos traz implicitamente a marca da ação humana à qual ele serve. Cada um emite uma atmosfera de humanidade que pode ser muito pouco determinada, se se trata de algumas marcas de passos na areia, ou ao contrário muito determinada, se visito todos os cômodos de uma casa recém-desocupada (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 465).

Com efeito, é nessa relação entre o mundo natural e mundo cultural que no item 2.3 se apresenta as diferentes ideias e conceituações sobre paisagem.

2.3 – Paisagem e sua polissemia

No senso comum o termo paisagem é empregado a um delimitado recorte do campo visual do sujeito, fruto de uma observação de algo a uma certa distância em que cruzam os planos horizontais e verticais.

No âmbito da Geografia, ao termo paisagem, geralmente, juntam-se outros termos como primitiva, natural, cultural, econômica, rural, urbana, entre outros, com

intuito de objetificar seu sentido ou instrumentalização de seu estudo. Em outros campos disciplinares, por exemplo, na Psicologia, termos como paisagens mentais, paisagens interiores também são empregados.

Acredita-se que tais variações são decorrentes de diferentes escolas de pensamento científico, sobretudo no campo disciplinar da Geografia, mas também de posturas filosóficas, quando não políticas, de seus pensadores. Em função de sua concepção e uso, seja no ambiente comum ou acadêmico, o termo paisagem é polissêmico.

Uma dada paisagem pode representar diferentes momentos de desenvolvimento de uma sociedade no presente, bem como testemunhos do passado. A paisagem pode ser empregada como categoria de análise integradora e sintetizadora (RAFFESTIN, 1978).

Assim, mesmo assumindo o termo paisagem como uma criação humana para designar algo no mundo natural, no mundo vivido, no mundo cultural, pode-se utilizá-la para reconstruir, ou deduzir como era uma paisagem ou como ela ficará.

Para Grigoryev (1968, p. 85) paisagens geográficas, que em última análise constituem um sistema integrado de regiões naturais planas e montanhosas, são “manifestações locais de leis gerais físico-geográficas associadas com características locais do relevo, da litologia, do meso e microclima, do clima do solo e outros fatores relacionados.” Neste raciocínio, o autor entende a paisagem (desenvolvida) como um resultado de interações nas dinâmicas das camadas externas e subterrâneas do estrato geográfico.

Neste arcabouço teórico, Grigoryev (1968) apresenta a ideia de uma correlação entre a variação da latitude com os limites de área naturais e isolinhas do índice de radiação de secamento³. Ao mesmo tempo, em diferentes latitudes, mas com índices de radiação de secamento similares, as alterações das características locais variam conforme as alterações nas condições de energia térmica. Tais características podem conceber um modelo teórico na formação e classificação das paisagens terrestres.

³ O índice de radiação de secamento representa uma relação entre o montante de radiação anual na superfície terrestre sobre o calor latente de evapotranspiração e o total anual de precipitação (BUDIKO, 1986).

Para Dansereau (1999) a noção de paisagem natural é importante, sobretudo, quando é pensada como referência acerca das possíveis relações existentes no meio ambiente.

Rougerie e Beroutchachvili (1991) afirmam que a Natureza não é paisagem, pois enquanto esta existe nela mesma, a paisagem somente existe em relação ao homem, dentro da forma como ele a dimensiona e percebe, ou seja, ela é um constructo.

Que a paisagem não seja Natureza, realmente não deve haver divergências entre os pensadores que se debruçam sobre o assunto. Entretanto, justificá-la pela afirmação que a paisagem é um constructo talvez não seja a melhor solução, considerando que o termo Natureza, em alguma medida, também é um constructo, como poder-se-á notar mais adiante, a partir do item 2.5 do presente capítulo.

O conceito de meio natural seria um complexo onde a organização repousa sobre as interrelações materiais e energéticas e a paisagem seria um complexo cuja organização repousa sobre as relações humanas (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991).

Rougerie e Beroutchachvili (1991) consideram a paisagem como algo formado a partir da interrupção do homem no último sistema co-evolutivo e de co-organização entre o homem e a natureza, ou seja, quando a ação do homem passa interferir nesse sistema co-evolutivo e organizacional.

Neste sentido, a paisagem é uma parte apreendida do todo, do espaço, do meio (ambiente), do qual se pode estabelecer o início de uma análise dentro de um contexto social, considerando-a assim como categoria integradora e sintetizadora das relações do homem no meio (RAFFESTIN, 1978).

Sinteticamente, pode-se definir a paisagem cultural como o estudo dos variados padrões das atividades humanas em cada ambiente da Terra (ENGLISH e MAYFIELD, 1972).

Claval (2007, p.9) afirma que a “cultura é feita de práticas, atitudes, conhecimentos, valores e crenças que foram recebidos dos pais ou [que foram criadas].” Chauí (2003) explica esta ideia por meio de três sentidos principais, são eles:

[...] a criação da ordem simbólica da lei [...]; a criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível; [...] o conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os humanos se

relacionam entre si e com a Natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela, modificando-a. Este conjunto funda a organização social, sua transformação e sua transmissão de geração em geração (CHAUÍ, 2003, p. 52).

Portanto, considera-se que os grupos sociais têm suas representações no meio ambiente refletindo nele suas crenças, valores e relações sociais acerca da realidade ambiental (CLAVAL, 1999; MAZOYER e ROUDART, 2001). A cultura dominante em uma dada formação econômico social pode ser determinada por estruturas políticas, econômicas e ideológicas, caracterizando seu modo de produção dominante (POULANTZAS, 1971a, 1971b, 1985). Com efeito, na paisagem cultural pode-se revelar elementos que revelam as relações sociais existentes em um bairro, um município, uma sociedade etc.

Contudo, no entendimento de paisagem atual como cultural não se deve negligenciar os construtos de paisagens primitivas e naturais (ENGLISH e MAYFIELD, 1972; MIKESSEL, 1972; ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991). De qualquer maneira não há uma obrigatoriedade em definir a paisagem como cultural ou natural, pois em muitas situações presentes a predominância da caracterização natural ou cultural para uma dada paisagem torna-se extremamente imprecisa.

Sobre a importância da análise dos processos relacionados à estrutura e forma da paisagem, Monbeig (1957) empregando o termo complexo geográfico explica que ele se expressa na paisagem. Por complexo geográfico Monbeig (1957, p. 10) entende “a presença de um conjunto de fenômenos estritamente ligados entre si e reagindo um sobre os outros” (des) encadeando ações e reações diversas localizáveis na Terra. Assim, a paisagem “formada una e indissoluvelmente pelos elementos naturais e pelos trabalhos dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico. Por esta razão, o estudo da paisagem constitui a essência da pesquisa geográfica” (MONBEIG, 1957, p. 11).

Entretanto, Monbeig (1957) ressalta a importância do aprofundamento do estudo da paisagem para evitar a produção somente de sínteses descritivas do cenário. Dito de outra forma, Bastié (1973, p. 47) afirma que “a partir do visível, do real, do concreto” torna-se necessário acessar outras categorias de análise para exteriorizar elementos presentes na paisagem muitas vezes não visíveis na primeira observação ou análise dela. Por exemplo, as estruturas ideológicas, econômicas etc. Com efeito, os elementos não visíveis também são relevantes ao entendimento do

complexo geográfico. Corroborando esta assertiva, Bastié (1973, p.48-49) explica a paisagem como:

[...] aquilo que podemos observar num primeiro relance, mas também, o que não vemos neste primeiro contato: uma economia, uma sociedade, isto é, produção, consumo, comércio, circulação, custos, homens com diferentes níveis de vida, de mentalidade, de comportamento e suas relações sociais.

Considerar tal afirmação na noção ou definição de Paisagem expõe a contingência de usar categorias de análise auxiliares à análise da Paisagem. Essa possibilidade é apresentada em uma breve discussão no item 2.3.3 – Espaço e paisagem.

2.3.1 – Alguns apontamentos sobre a origem do termo paisagem

Os pintores, cartógrafos, italianos, holandeses e alemães no século XVI entendiam a paisagem ou a *paese* (termo italiano), *landschap* (termo holandês) ou *landschaft* (termo alemão) como algo com significação territorial e geográfica. Em um sentido jurídico-político e topográfico, “a paisagem é de início [antes de adquirir um caráter estético], a província [*landschaft*, *landschap*], a pátria [*paese*], ou a região” (BESSE, 2006, p. 20). Na França o termo expressava lugar ou espaço sob o aspecto subjetivo de suas características físicas relacionadas às formas de povoamentos humanos e seus recursos econômicos. Na Inglaterra, o termo em inglês antigo designado para paisagem (*landscipe*) referia-se ao distrito particular pertencente a um dono ou habitado por um grupo de pessoas (MIKESELL, 1972). Assim, as paisagens retratadas recebiam esta conotação de paisagem do uso, do trabalho, das relações sociais. Nesta lógica, ela abarca o conceito de sítio, ou seja, sua posição e vizinhança característica, o sítio e a situação.

Somente no decorrer do final do século XVI início do XVII, o termo paisagem passa a ser entendido como algo observável a partir de um ponto de vista elevado por meio das técnicas da pintura (BESSE, 2006). Entretanto, segundo Abreu (2011) o termo panorama já era empregado no mundo antigo Europeu para descrever o cenário coletivo observado.

Ainda no século XVI, Besse (2006, p. 23) destaca o “desenvolvimento da noção da ‘paisagem do mundo’ e de uma nova representação cartográfica de ecúmeno.” Posto isso, a paisagem é aquilo visualmente percebido, porém eivada de percepções do imaginário individual ou coletivo.

O que há de singular nos quadros que representam tais “paisagens de mundo” é este modo de encadear e de englobar os acidentes do espaço (árvores, rochas, construções, rios) numa unidade que se desenvolve a partir do fundo, um fundo indefinidamente aberto e que remete a um espaço e a um tempo cósmico dentro dos quais a história humana é como que evocada na sua relatividade.

[...] a Terra, no mapa torna-se um objeto para um sujeito que é o seu espectador, diferentemente do mapa medieval que conta uma história, [...] que insere a Terra e o indivíduo que observa sua imagem, no discurso, a um só tempo físico e teológico [...] (BESSE, 2006, p. 25-26).

Assim, no século XVI a ideia de vida contemplativa se aproximava das concepções de paisagem do mundo e do mapa *mundi*. A “atividade contemplativa encontra então, na visão da paisagem, o seu meio e sua riqueza” (BESSE, 2006 p. 29). Desenvolve-se uma estrutura de percepção e pensamento da superfície da Terra como um teatro (cenário e encenação). Posto isto, Besse (2006, p. 29) quis dizer que:

“A superfície da Terra é ali apresentada como uma totalidade harmoniosa ordenada, na diversidade de suas regiões e de suas qualidades. Mas sobretudo ela se oferece à distância, vista do alto, por um observador que de certo modo lhe faz face, como se lhe tivesse sido necessário separar-se dela para melhor compreender o que também o une a ela. A Terra é apresentada como um Todo do qual o ser humano participa e, de maneira concomitante, como um espetáculo diante do qual ele está colocado.”

Neste sentido, evidencia-se uma noção de paisagem e da sua reprodução envolvendo um ideário, ou imaginário, tratando de uma representação teatral, no sentido de tê-la como imagem para contemplação humana. Com isso, a paisagem não somente se coloca como prolongamento da contemplação da ordem do mundo, mas também passa a exigir uma representação crítica ou estética.

Para a Geografia moderna a definição de paisagem como um conceito formal emergiu na Alemanha no final do século XIX e foi introduzido na geografia norte-americana por Carl Sauer. Na França, Vidal de La Blache aplicou o conceito de paisagem no desenvolvimento das regiões francesas e suas características marcantes (identidades).

Até a introdução do conceito por Sauer, a Geografia norte-americana centrava-se na visão determinista do ambiente influenciando nas atividades humanas, exigindo sua adaptação às condições impostas das forças da natureza. A paisagem era

entendida neste contexto de adequação do seu formato, transformando a paisagem física ou natural em cultural. Uma das contribuições de Sauer foi apresentar a paisagem cultural como uma região com associação distinta de formas culturais e físicas geradas pelo co-relação do homem com a natureza que uma vez identificada pode ser classificada espacialmente e geneticamente. O acento aqui pode ser destacado para a diferença entre co-evolução homem natureza, ao contrário do determinismo evolutivo darwiniano presentes nos estudos norte-americanos anteriores à Sauer (ENGLISH e MAYFIELD, 1972).

Assim, uma derivação do entendimento sobre paisagem como categoria de análise em pesquisas científicas seria a ideia de paisagem cultural, representando a análise da interação com o mundo físico através do estudo das marcas do homem na superfície terrestre (ENGLISH e MAYFIELD, 1972).

Do estudo e classificação da paisagem natural e suas fases até tornar-se cultural buscando identificá-las e classificá-las por meio de uma espécie de método genético-morfológico, alguns estudiosos adaptaram essa metodologia à concepção de paisagem primitiva, ou seja, como se houvesse ainda um estágio anterior à paisagem natural. Entretanto, tal esforço pode ser imperfeito e, provavelmente passível de aproximações inconclusivas. Esta metodologia foi adaptada por precursores de Sauer à concepção de uma paisagem primitiva como início da pesquisa, ou seja, ainda com alguns aspectos do possível ambiente natural, mas não a considerando na totalidade como natural (MIKESELL, 1972).

Outro trabalho que pode ser localizado no raciocínio evolucionário da paisagem é “O homem economizante como estruturador da Terra” de Edwin Fels (1955). Nesta lógica ele resgata o conceito de paisagem econômica, cunhado originalmente por R. Lütgens, e explica que ele é um componente do termo paisagem de civilização. Para Fels (1955) este último conceito abarca também as vias de comunicação, paisagem de cidades e zonas habitadas rurais.

Acredita-se que a proposta de Fels em seu trabalho supracitado se apresenta como uma tentativa em diferenciar uma suposta paisagem natural da primitiva e da cultural, no caso desta última intitulada por ele de civilizatória, além de tentar resolver as contingências de uso de análises auxiliares à análise da paisagem, como apontado por Bastié (1973).

2.3.2 – A paisagem percebida

Se a paisagem cultural não se restringe aos aspectos físicos visíveis das atividades humanas na Terra, mas também como fonte de análise sobre os sistemas dos valores humanos, demonstrando a complexa relação entre as atitudes ambientais e os comportamentos ambientais, além de documentar as preferências das pessoas acerca da ação sobre o ambiente, questões relacionadas à percepção passam a ter relevante participação nessa concepção (ENGLISH e MAYFIELD, 1972).

Neste sentido, o aspecto estético da paisagem surge com grande importância, pois representa uma criação simbólica, cujas formas refletem atitudes humanas. As marcas deixadas no ambiente podem revelar pistas sobre o pensamento das pessoas acerca do meio ambiente (BECK, 1969; ENGLISH e MAYFIELD, 1972). Por exemplo, considerando as ideologias de algumas parcelas da sociedade, geralmente das classes dominantes, Darby (1972), Lowenthal e Prince (1972) explicam que as antigas paisagens rurais inglesas foram modificadas ou transformadas de acordo com os gostos e preferências das aristocracias e elites intelectuais.

Para Tuan (1972), a paisagem cultural serve como base de investigação das discrepâncias entre as ideologias e as realidades, para determinar como as atitudes ambientais relacionam-se com o comportamento ambiental.

Portanto, Rougerie e Beroutchachvili (1991) ressaltam que a paisagem encerra aquilo que se vê e é sentido diferentemente pelos homens, mas o que é visível existe fora deles e pertence ao mundo do real. Fica evidente a relação subjetiva daquilo que é percebido pelo observador e aquilo que é atributo intrínseco dos elementos visíveis existentes no ambiente. Além disso, nos elementos não diretamente percebidos, estão os fluxos bióticos, abióticos ou socioeconômicos, bem como fenômenos do domínio psíquico (MIKESSEL, 1972; ROUGERIE, BEROUTCHACHVILI, 1991). Rougerie e Beroutchachvili (1991) afirmam que o espaço do mapa é universal, abstrato e objetivo, e o da paisagem é singular, concreto e subjetivo.

Se paisagem pode ser considerada um conceito ou uma noção, o campo de discussão, segundo Rougerie e Beroutchachvili (1991), ainda permanece vasto, porém é evidente que em cada época o termo recebeu e vestiu uma determinada roupagem de acordo com o contexto social, político, econômico e geográfico. A paisagem percebida e sua reprodução passam a envolver um ideário, ou imaginário,

no sentido de tê-la como imagem para contemplação humana, mas também de representação da realidade do fato observado ou da intenção que se busca passar.

Em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura. Sua tradução mais completa foi registrada na história pela elaboração do conceito de paisagem, que longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio, é também a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. (LUCHIARI, 2001. p. 11).

Lacoste (1977), para apresentar seu entendimento sobre o significado de paisagem, primeiramente coloca a pergunta: para que serve a paisagem? E não o que é uma paisagem? Possivelmente introduz seu raciocínio dessa maneira em função da polissemia do termo, pois afirma que não relacionar ao termo uma prática pode levar a repostas não esclarecedoras. A despeito das relações com demandas militares e de guerra, debate que está fora do horizonte previsto nas análises do presente item, Lacoste (1977) caminha para uma discussão acerca das possíveis influências do que é belo na paisagem, e conseqüentemente, sua contemplação. Sendo assim, reformula a pergunta na seguinte oração: Para que serve observar a paisagem?

Lacoste (1977) afirma que a paisagem tem como primeira função desvelar espaços não demonstráveis em descrições bidimensionais de uma certa área, por exemplo, uma carta topográfica, uma fotografia aérea, entre outras, pois assevera como princípio a tridimensionalidade da paisagem observada em campo, além de relembrar que tais espaços podem mudar dependendo do local ou ponto de observação da paisagem.

Partindo do princípio da realidade da paisagem, além da dualidade objetiva e subjetiva nos fenômenos perceptivo dela, deve-se também considerar que ela é resultado de um entrecruzamento entre estas duas situações (objetiva-subjetiva) num nível de organização em que estão presentes e ligadas ao mesmo tempo a geosfera, a biosfera e a noosfera⁴ (ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991).

Portanto, para Brunet (1995) a análise da paisagem pode receber uma abordagem de acordo com o seguinte esquema:

⁴ "From the Greek *noos*, 'mind', and *sphaera*, 'sphere'" (TEILHARD DE CHARDIN, 1956, p. 103). Teilhard de Chardin, Édouard le Roy e Vernadsky, sugerem o termo noosfera para a camada que recobre a terra em função dos reflexos físico das ações humanas sobre o planeta. Tais ações são componentes relacionados ao desenvolvimento tecnológico, produção e circulação de mercadorias, além de aspectos filosóficos, éticos, estéticos e religiosos.

Figura 4 - Lugares e formas de análise das paisagens (BRUNET⁵, 1974, apud ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991, p 158).

Le paysage, dans ce schéma, est l'apparence (incomplete) d'une structure spatiale qui correspond à un certain état d'un système jouant le rôle de signifiés.

Il peut être approché par les perceptions (a), diverses et marquées par des cultures liées aux systèmes, ainsi que par des analyses directes (b), qui s'ajoutent à d'autres données concernant la structure mais qui ne sont pas inscrites dans le paysage. Des boucles de rétroaction, à partir de ces approches, mènent à des attitudes qui peuvent se traduire dans le paysage en agissant sur la structure (R1), voire sur le système dont elle dépend (R2) (BRUNET, 1974, apud ROUGERIE e BEROUTCHACHVILI, 1991, p. 158).

Brunet (1995) expressa sua preocupação com as abordagens que a análise da paisagem deve receber e, sobretudo, acerca da semiologia da paisagem, considerando que a paisagem pode não representar a totalidade dos fenômenos sociais num dado espaço (SANTOS, 1978; BRUNET, 1995).

⁵ BRUNET, R. Analyse des paysages et sémiologie. Éléments pour un débat. In: **Espace géographique**. Tome 3, n°2, p. 120 – 126, 1974.

2.3.3 – Espaço e paisagem

Para Whitehead (1930) espaço e tempo são abstrações, não há fatos espaciais. O evento de passagem (Natureza) pode ser entendido como uma relação dos objetos situados nos eventos revelados no nosso senso de consciência.

De qualquer maneira, entre as diversas noções e definições de espaço, de forma abstrata, pode-se afirmar que em tudo há o espaço e representa um conjunto indissolúvel, a totalidade, uma substância em intensa relação com os fenômenos no mundo físico e cultural. Neste sentido, ele é fundamental como base para o desenvolvimento das relações humanas de uma sociedade, tanto as influenciando como sendo atravessado pelo reflexo de suas ações no meio.

Como já apontado, a paisagem como categoria de análise integradora e sintetizante das relações humanas no ambiente possui algumas insuficiências. Abaixo se apresenta esta questão por meio do discurso polêmico e velado presente nos gêneros discursivos científicos da revista científica *Hérodote* em 1978.

Raffestin (1978) entende a paisagem como categoria de análise integradora e sintetizante da relação do homem no meio. Ele também afirma que o espaço serve de base para o desenvolvimento das relações dos grupos sociais, e que ao sofrer regras formais e ou informais organizadas e centralizadas em uma ordenação política passa a ser caracterizado como território. Nela podem ser observados os resultados das relações do homem com o meio (com a terra), por exemplo, por meio das materializações do seu imaginário, ideário e de suas necessidades. Todavia, para Santos (1978) ela não representa a totalidade dos fenômenos sociais. Apesar de o último autor divergir teoricamente de Claude Raffestin, pois alicerça suas investigações científicas na análise do espaço e não do território, em seu enunciado sobre o alcance da análise da paisagem ele responde, de forma velada, que é o espaço enquanto categoria de análise que abarca a totalidade do fenômeno social.

A ressalva de Milton Santos sobre o alcance da paisagem como método deve ser interpretada e refletida em primeiro lugar, na realidade do fenômeno a ser estudado. Por exemplo, o espaço de uma escola, o espaço de lazer em um bairro ou uma cidade não será objeto de estudo, pelo menos inicial, passível de análise na paisagem, sob os preceitos da Geografia. A segunda questão a ser ponderada refere-

se à escala da paisagem, ou seja, independente da escala considerada, a paisagem não abarca de maneira ilimitada os eventos. Sua proposta não é refletir a totalidade.

Ao entender o espaço como algo que não transcende o plano da idealidade e que necessita de outros termos, por exemplo a paisagem, para percebê-lo no mundo real, no mundo vivido, usar o espaço como categoria de análise do mundo vivido colocaria uma questão de difícil solução teórico metodológica.

Diferentemente do espaço, que surge do termo em latim *spatium*, significando extensão indefinida, meio ilimitado que contém todas as extensões limitadas (LAROUSSE, 1999), o termo paisagem surge como um elemento de uso, do trabalho, definido no mundo físico, vivido, para descrever algo concreto.

Portanto, apesar da impossibilidade de apreensão da totalidade de um fato geográfico, a paisagem, como um constructo, na Geografia, tem um importante papel como categoria de análise integradora e sintetizante das relações humanas no ambiente. Se se quiser aceitar a afirmação de Merleau-Ponty (2011 [1945]) que o espaço não se dá no mundo vivido, nós não o percebemos, logo não o experienciamos e a paisagem seria o elemento que faz a relação do espaço nos fenômenos perceptivos, tal função da paisagem cresceria ainda mais em relação às teorias que acentuam as relações no e do espaço em detrimento da paisagem. À afirmação de Merleau-Ponty, poderia ser acrescido que, assim como a paisagem, o espaço também é um constructo, porém seu uso não transcende ao plano das ideias, não recebe uma caracterização material no mundo como categoria de uso. Nesse sentido, é intangível, pois como aponta Whitehead (1930) o espaço e o tempo é que são os substratos dos atributos dos fenômenos da Natureza e não o contrário, na figura da matéria.

Santos (1978) afirma que os processos sociais de produção são espacialmente seletivos, sem a possibilidade de alterar uma dada paisagem. Mesmo eles sendo espacialmente seletivos, eles revelam-se em função de mudanças nas relações sociais frutos de alterações culturais, ou diretamente por meio da política e economia. Nesses casos, por exemplo, se concebidos à luz da formação econômica e social, com isso, da evolução das formas sociais, tais ações imprimem marcas na paisagem, mesmo que de forma indireta. Portanto, a paisagem pode apresentar chaves de resposta para tais mudanças sociais. Ela pode ser entendida como um palimpsesto, ou seja, como um documento antigo cujo texto original contém partes apagadas, mas que ainda permitem a recomposição da ideia do texto original (ABREU, 2011). Bastié (1973, p 49) afirma que a paisagem “encerra, frequentemente, elementos de idades

diferentes que se formaram em contextos históricos sucessivos e se encontram, justapostos, superpostos e imbricados.”

Da grande importância da ressalva de Santos (1978), sublima-se o entendimento de usar a paisagem como categoria de análise de um determinado fato geográfico e não outro, em que não se observa na realidade daquela paisagem. Pois, uma paisagem em um meio carente economicamente, de clima seco, árido e subdesenvolvido não dará conta de explicar os porquês de tal estado de permanência de miséria que fogem da análise do que se percebe nessa determinada paisagem. Assim sendo, a partir da análise da paisagem pode-se redirecionar o estudo adaptando-a a investigação de questões sociais, políticas, ideológicas etc.

Concluindo, aproxima-se que estudar a paisagem sem a consciência perceptiva e intelectual do conjunto Natureza/percepção, ou Natureza/cultura/percepção, não faz sentido.

Assim, considerando as limitações da escolha da paisagem como categoria de análise das relações do homem com o meio e, entendendo a importância da discussão acerca do mundo vivido, do mundo cultural, de que somos nesse mundo através de nossos corpos, assume-se que os termos utilizados por um indivíduo numa dada situação, carregam significados (culturais) estabilizados na sua enunciação/enunciado. Nesse sentido, analisar o enunciado pode ser uma importante ferramenta auxiliar aos estudos que buscam investigar a relação do homem com seu meio.

Sendo assim, a palavra em um enunciado, especificamente um enunciado, um discurso pode ser considerado como um signo ideológico. O discurso refere-se aos enunciados fixados em uma dada situação de comunicação. Vários enunciados estabilizados podem caracterizar um gênero discursivo. A enunciação, seria o estado ainda instável entre o ato da fala e o enunciado. O enunciado seria um conjunto de enunciações fixadas (MAINGUENEAU, 1976).

2.4 - O enunciado

Segundo Maingueneau (1976), o sentido de um enunciado é definido exteriormente ao quadro enunciativo, portanto sua significação é referenciada às

circunstâncias de comunicação (especificidade, situação de comunicação) que fazem um discurso. A figura 5 representa o quadro enunciativo ao qual essa ideia se refere.

Figura 5 - O Sentido do Enunciado. Quadro de P. Charaudeau, extraído de Maingueneau (1976, p. 13)

Para Bakhtin/Voloshinov (2010 [1929]) a enunciação é o produto do ato da fala e ela é de natureza social.

Pautando-se na teoria bakhtiniana da enunciação/enunciado, a linguagem é uma interação social, onde a enunciação se constrói na relação entre o falante e seu referente, localizada e influenciada por um dado contexto social. Cada enunciado fixado no processo discursivo do indivíduo tem um sentido não somente fixo dentro da análise sintática, onde desconsidera-se a posição e a situação do sujeito falante num contexto social, mas também de “[...] signo dialético, vivo, dinâmico. [...] O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado (BRANDÃO, 2011 [1991], p. 8).” Portanto, o fenômeno da linguagem passa a ser estudado não mais centralizado “apenas na língua [...], mas em um sistema fora desse polo da dicotomia saussuriana. E esta instância da linguagem é a do discurso (BRANDÃO, 2011[1991], p. 11).”

Assim, segundo Brandão (2011 [1991]), o conceito de ideologia é muito importante na análise do discurso.

Segundo Bosi (2010), os dicionários etimológicos franceses datam o aparecimento do termo “idéologie” em 1796, cuja publicação sairia em 1801 na obra intitulada “Idéology” do filósofo francês Destutt de Tracy. Sua tese era “elaborar uma ciência da gênese das ideias (SPOSITO, 2004, p 56).” Contra a metafísica, a teleologia e a psicologia ela foi criada para estudar as ideias como fenômenos naturais, refletindo a relação do corpo humano com o meio ambiente, onde toda a vida

intelectual seria reduzida à esfera dos sentidos (SPOSITO, 2004; BOSI, 2010; BRANDÃO, 2011 [1991]).

Com o passar do tempo, em contextos diferentes, outros teóricos apropriaram-se do termo original, modificando seu sentido. Para Marx e Engels a ideologia não é mais uma ciência, mas sim um conceito que expressa na sociedade uma consciência deturpada da realidade, em função dos interesses das classes dominantes, ou seja, o conceito de ideologia passa a ser entendido como falsa consciência (LÖWY, 1991; BOSI, 2010).

Para Lenin, a ideologia não se restringe aos reflexos dos interesses de uma classe dominante sobre a sociedade, ela se estende a todas as classes sociais, relacionadas às suas concepções de realidade (LÖWY, 1991). Assim também fazem Lukács, Gramsci, Mannheim, Althusser, Chauí, cada um apresentando suas interpretações sobre o conceito, aumentando o grau de complexidade do seu entendimento, porém reconhecidos com vínculos à corrente marxista (SPOSITO, 2004).

Karl Mannheim, na obra “Ideologia e utopia”, partindo do conceito usado em Marx e em Lukács, vai definir seu conceito de ideologia total como “o conjunto da estrutura da consciência de uma classe ou categoria social, seu estilo de pensamento socialmente condicionado” (LÖWY, 1991, p. 81 e 82; BOSI, 2010). Mais tarde ele substitui este termo por perspectiva socialmente vinculada. Assim, considera que a ideologia total ou a perspectiva social vinculada não é somente uma fonte de ilusão, mas também local de conhecimento, de lucidez onde a partir dela é possível entender certos aspectos do indivíduo em suas relações no grupo social. Assim, “Mannheim entendia o conceito de ideologia como um significado geral e totalizante, e o conceito marxista [dada à ideologia] como um significado particular” (BOSI, 2010, p 72).

Em Althusser (1970, p 80) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”. Mas, ela existe e se realiza dentro e através dos aparelhos estruturantes do Estado no cotidiano, na vida social, expressando a posição de classe do indivíduo, neste caso sujeito de uma classe social (BRANDÃO, 2011 [1991]).

Para Chauí (1989, p,78) “a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.”

Na interpretação de Brandão (2011 [1991]), Ricoeur entende o conceito de ideologia além da característica comum presentes nos pensadores anteriores.

Uma definição de ideologia que reduz às funções de dominação e de justificação é que nos leva a aceitar, sem crítica, a identificação de ideologia com as noções de erro, mentira e ilusão. Ele [Ricoeur] não nega a existência de tais funções, mas, antes de chegar a ela, diz ser preciso entender uma função anterior e básica que concerne à ideologia em geral (BRANDÃO, 2011 [1991], p 27).

Ricoeur entende a ideologia como a expressão da convicção de seus criadores além do círculo de seus fundadores, perpetuadas entre grupos sociais, adaptadas por eles quando necessário no sentido genuíno de manutenção da coesão de tais grupos sociais, dando assim conteúdo, forma e matéria à imagem que o grupo social faz de si mesmo, portanto influenciando em sua identidade e em suas formas de pensar. Entretanto, este autor também entende que a ideologia expressa um caráter conservador e de resistência sobre os grupos sociais à possíveis mudanças do contexto em que eles se inserem. Neste sentido, considera também a característica dominadora e deformadora da realidade, entendidas aqui no raciocínio apresentado por Althusser, por meio dos aparelhos de Estado. Vale ressaltar que ela pode não ter somente uma conotação negativa de deformação da realidade. Geralmente, o grupo social não questiona a ideologia inserida em seu grupo, mas pensa e aproxima-se ou distancia-se da realidade a partir dela (RICOEUR, 1977).

[...] a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social (RICOEUR, 1977, p 75).

“Tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929], p. 31).

Assim como o signo, Bakhtin/Volochinov (2010 [1929]) consideram a consciência individual como um fenômeno externo, de natureza sócio ideológica, ou seja, existente nas relações sociais estruturadas por um dado grupo social. Nesse ponto, concorda-se em parte, pois como afirma Merleau-Ponty (2011 [1945]), acerca da dificuldade entre separar no processo perceptivo o Eu pensado, do Eu pensante e do Tu pensado, tal afirmação fica fragilizada. Acredita-se que possa ser afirmado a existência dos dois movimentos, externos e internos, na consciência individual sobre algo, ora com mais acento ao externo, ora ao interno.

De qualquer forma, pode-se dizer que a consciência individual se insere no campo social dos signos ideológicos. Bakhtin/Voloshinov (2010 [1929]) afirmam que a natureza dos signos ideológicos é a sua materialização comunicativa. Portanto, a linguagem abarca o aspecto semiótico e o papel contínuo da comunicação social. “[...] a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. [...] A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929], p. 36). Neste contexto o autor destaca a importância da comunicação na vida cotidiana, pois ela é condicionada aos processos de produção e, ao mesmo tempo, às ideologias constituídas estruturantes dos processos.

A palavra ou a oração destacada do seu contexto é neutra, não possui intencionalidade, “é desprovida da capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 287). O mesmo pode-se dizer quando não é considerado o campo ou a esfera onde a palavra está situada. Só saberemos tudo o que o falante quis dizer quando, por exemplo, a oração, a palavra tornar-se um enunciado. Portanto, “ele estará emoldurado e delimitado pela alternância dos sujeitos do discurso e reflete imediatamente a realidade (situação) extra verbal” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 287). Com efeito, a unidade a ser apropriada como categoria de análise deve ser o enunciado, cujas formas relativamente estáveis e típicas são denominadas de gêneros do discurso. “O contato da língua com a realidade se dá no enunciado [...]. O contato do significado linguístico com a realidade concreta se dá no enunciado” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 292). Assim, pautando-se em Ricouer sobre o conceito de ideologia, assume-se que todo o discurso é ideológico (BRANDÃO, 2011[1991]).

Nesse sentido destacam-se alguns conceitos propostos entre os estudiosos do círculo de Bakhtin no método sociológico dialógico de análise do discurso (BAKHTIN, 2003 [1979]; GRILLO, 2006; MOURA-VIEIRA, 2009; BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929]).

Por dialogismo entende-se a relação dialogal em uma comunicação discursiva (oral ou escrita), como a relação oral ou escrita entre dois falantes, entre um narrador e um interlocutor, entre um texto (narrador/autor, autor) e o interlocutor e, até presente em uma mesma pessoa, caso do microdiálogo, mas que representam uma relação entre enunciados, de certa maneira, linguísticos e extralinguísticos (BAKHTIN, 1997 [1963]).

Os gêneros discursivos podem ser classificados em primários e secundários. Os primários são determinados tipos de diálogos orais, por exemplo, no círculo familiar, no cotidiano-familiar, em salas de reunião, em contextos políticos, filosóficos etc, e também gêneros cotidianos (saudações, despedidas, informações sobre a saúde etc). Os secundários são os gêneros literários, publicísticos, científicos etc, podendo ser retóricos ou não.

O discurso citado, ou discurso do outro, seria a enunciação de uma outra pessoa, situada fora do contexto narrativo e independente de sua origem, mas não divorciada deste contexto narrativo (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929]). Menos comum, o discurso citado também ocorre nas comunicações verbais.

No campo do discurso do outro são relevantes os conceitos de bivocalidade e polifonia. A bivocalidade representa a existência ou o encontro de duas vozes em um gênero discursivo ou num enunciado. Neste sistema insere-se o discurso alheio. Já a polifonia seria o encontro de várias vozes em um gênero discursivo, sem a sobreposição ou a dominação do autor/narrador sobre as outras vozes (das personagens) (BAKHTIN, 1997 [1963]).

Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta de aspirações e avaliação de outros ou despovoada das vozes dos outros. [...] A palavra ela a recebe da voz de outro e repleta das vozes de outros (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 203)

[...] quanto mais dogmática for a palavra, menos a apreensão apreciativa admitirá a passagem do verdadeiro ao falso, do bem ao mal, e mais impessoais serão as formas de transmissão do discurso de outrem (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2010 [1929], p. 152).⁶

Sobre a importância e abrangência do termo enunciado, onde determinados termos não podem ser classificados como uma oração em função da indefinição terminológica da linguística, por exemplo, não considerando a fala, o enunciado abarca em seus limites, tal fenômeno como enunciação ou ato enunciativo. O enunciado é a real unidade da comunicação discursiva (BAKHTIN 2003, [1979]). “Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 274)”.

⁶ Sobre esta última extração do texto de Bakhtin/Volochinov (2010 [1929]) vale a reflexão sobre o papel do discurso científico, assunto que não faz parte do tema deste trabalho, mas que a todo momento permeará a análise da metodologia e dos dados resultantes dela na construção do presente trabalho.

Os limites de cada enunciado são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso, ou seja, no diálogo pela alternância dos falantes. A alternância entre as enunciações dos interlocutores define-se como réplica ou réplica do diálogo. Ela é um enunciado pleno e acabado, desde um “Ah!”, expresso por um falante, até uma seqüência de orações expressas para dar sentido à apresentação de uma ideia ou intenção do falante (BAKHTIN, 2003 [1979]).

No linguajar do cotidiano os discursos polêmicos são bastante difundidos, sobretudo o discurso polêmico interno. Segundo Bakhtin (2003 [1971]), de maneira geral, os discursos podem ser organizados de acordo com três denominações: discurso direto, direto objetificado e o discurso orientado ao discurso do outro. Obviamente ele alerta que esta classificação tem caráter abstrato, reafirmado as relações estáticas e dinâmicas entre as palavras dos outros. Vale ressaltar que tal estrutura reflete o tipo de discurso em função da presença ou não da voz do outro (no sentido da bivocalidade num discurso) e se ela é ativa ou passiva.

O discurso direto (monológico) representa diretamente seu referente, ou seja, ele nomeia, comunica, enuncia a interpretação diretamente do objeto em questão. Já o discurso representado ou objetificado seria um discurso da pessoa representada, no caso a descrição do autor sobre um herói (lembrando que todo enunciado tem um autor), onde as duas vozes se fazem presentes no discurso, mas a do herói ainda é passiva. O herói, objeto de discurso do autor é colocado sob uma certa distância perspectiva pelo autor. Assim, este tipo de discurso é entendido do ponto de vista de seu objeto, “mas ele mesmo é objeto da orientação enquanto discurso característico, típico, [...] (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 187).”

Os dois discursos anteriores são monovocais, já o discurso orientado para o discurso do outro é bivocal, há fusão de duas vozes no discurso. O autor pode usar o discurso de outro de acordo com suas necessidades imprimindo “nova orientação semântica ao discurso que já tem sua própria orientação e a conserva” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 189). Assim, nesta terceira classificação, os discursos podem apresentar três variações:

- discurso bivocal de orientação única, onde tendem a fundir duas vozes e passar a ter uma característica de discurso direto (estilização, narração do narrador, discurso não objetificado do herói etc);
- discurso bivocal de orientação variada. Neste caso os discursos tornam-se internamente dialógicos e tendem para decomposição em dois discursos

diretos (a paródia, narração parodística, discurso do herói parodisticamente representado, qualquer transmissão da palavra do outro com variação no acento, a entonação, por exemplo);

- discurso refletido do outro, ou discurso de tipo ativo. Neste caso o discurso do outro influencia de fora para dentro. Classificam-se como polêmica interna velada; autobiografia e confissão polemicamente refletidas; qualquer discurso que visa ao discurso do outro; réplica do diálogo; diálogo velado.

2.5 – A Natureza

“Como todas as palavras que designam uma ideia muito geral, a palavra Natureza parece clara quando a empregamos, mas quando sobre ela reflectimos, parece-nos complexa e talvez mesmo obscura” (LENOBLE, 2002 [1968], p. 183).

“Para a maior parte de nós, a [Natureza] é apenas um ser vago e distante, sufocado pelas cidades, pelas ruas, pelas casas, e, sobretudo pela presença dos outros homens” (MERLEAU-PONTY, 2011 [1945], p. 49).

O esforço da discussão apresentada nesta parte do capítulo Referencial Teórico é mostrar que a Natureza não se reduz à ideia que se tem ou se faz sobre um ambiente pouco modificado pelo homem e geralmente localizado em áreas distantes dos grandes centros urbanos, ou ambientes distantes do contato com as ações humanas, e muito menos algo restrito à qualidade natural dos objetos e dos seres. Posto isso, tenta-se traçar alguns apontamentos para dizer que a Natureza é o que está dado no mundo vivido. Por mais que, um objeto, um instrumento ou uma instalação seja, artificial, no sentido de construído pelo homem, tais objetos sempre têm algo de natural, seja sua estrutura, sua cor, sua composição, etc.

Evidentemente, como já mencionado por Lenoble (2002 [1968]) pensar não somente o que é a Natureza, mas também o que de fato a utilização desse termo nos representa é algo muito complexo e obscuro. Consequentemente, é salutar apresentar algumas noções e ideias acerca do tema, de forma que possam sustentar um balizamento final que se adeque melhor às necessidades da pesquisa presente.

O termo Natureza é originário da derivação do verbo grego φύω (foneticamente /fio/), no sentido de fazer nascer e crescer, engendrar, em alusão ao vegetal. Essa

concepção relaciona-se à ideia de espontaneidade criativa, de nascimento, de desenvolvimento harmonioso (EHRARD, 1994 [1963]; MERLEAU-PONTY 2006 [1995]). Em latim, o termo *Natureza* tem relação com a palavra *nascor* - que se refere a nascer, viver – e provavelmente seu significado fixou-se a partir do sentido nascer. Portanto, no sentido primordial do termo *Natureza*, tendo como referência a língua grega e latina, Merleau-Ponty (2006 [1995], p. 4) refere-se à *Natureza* como o que está “por toda parte onde há uma vida que tem um sentido mas onde, porém, não existe pensamento; daí o parentesco com o vegetal [e acrescenta expandindo tal definição dizendo]: é *Natureza* o que tem um sentido, sem que esse sentido tenha sido estabelecido pelo pensamento.”

Eagleton (2003, p. 15) fornece a mesma noção sobre *Natureza* pelo caminho contrário, ou seja, buscando discutir a ideia de cultura, por exemplo, quando afirma que “[como] cultura, a palavra *natureza* significa tanto o que está a nossa volta como o que está dentro de nós [...]”

Assume-se que as duas sínteses citadas acima sobre *Natureza* já seriam suficientes para nortear o estudo do agricultor percebido em seu olhar sobre a vegetação nativa. Por outro lado, os relatos dos agricultores ou dos indivíduos de maneira geral apresentam ideias e noções tão difusas e confusas (isso não quer dizer que seja ruim ou mesmo errado), que as sínteses acima não seriam suficientes no entendimento de suas noções. Nesse sentido, admite-se que os limites dessas diversas noções estejam colocados entre as ideias de *Natureza* mágica de um lado, e do outro uma *Natureza* racionalizada. Portanto, enseja-se a apresentação de maneira sintética de diferentes ideias que influenciaram a formação das diversas noções de *Natureza*.

A estrutura definida para apresentação das noções e conceitos de *Natureza* apoiou-se em três obras, são elas: “A História da ideia de *Natureza*” de Lenoble (2002 [1968]); “A *Natureza*”, de Merleau-Ponty⁷ (2006 [1995]); “The Concept of Nature”, de Whitehead (1930).

À parte da *Natureza* mágica como acepção inicial da ideia de *Natureza*, Merleau-Ponty (2006 [1995]) explana sobre o sentido finalista em Aristóteles e nos estoicos. O sentido finalista se relaciona à ideia de uma orientação para um tipo, uma

⁷ Essa obra é uma compilação das anotações feitas por alunos das aulas proferidas por Merleau-Ponty na década de 1950 no Collège de France, com um acréscimo das próprias notas pessoais de Merleau-Ponty. A primeira edição é de 1995.

ordem, um destino para explicar os fenômenos sob um ponto de vista qualitativo da Natureza total.

Nos três campos gerais propostos por Lenoble (2002 [1968]) acerca da noção de Natureza - científico; moral; estético - o animismo, que seria uma das características principais na Natureza mágica, mostra uma relação com a moralidade. Uma moral fundamentada no medo de não encontrar correlativos a partir de sua percepção no exterior ao seu corpo, portanto imaginando uma Natureza. Nesse sentido, uma moral fundamentada também na culpa e no amor (EHRARD, 1994 [1963]).

Outra ideia importante de Natureza é a de objeto puro, ou seja, que ela é um ser exterior ao homem e exterior a si mesmo, feita de partes exteriores (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]). A origem dessa ideia é muito antiga, remontado também aos períodos dos filósofos gregos clássicos, podendo ser encontrada em Epicuro e Lucrécio.

Já nos séculos que correspondem ao início do cristianismo, pode-se falar que a ideia de Natureza se aproxima de uma ideia pagã. Nela, a necessidade natural exclui a ideia de providência divina, e a bondade da Natureza ignora o pecado. Mas essa ideia de Natureza bondosa é imposta aos seus fiéis também pelo medo da desobediência das regras existentes em tais religiões. De qualquer forma, desde os primeiros séculos da era cristã, a ideia de Natureza é um fermento de irreligião e heterodoxia. Entre os séculos XVI e XVIII, na Europa ocidental, há um recrudescimento do embate entre ela e os preceitos cristãos (EHRARD, 1994 [1963]).

A ideia de *Alma mater*, preponderante no período Renascentista, seria uma miscigenação da Natureza mágica (ideia pagã) com a Natureza objeto, sedimentadas nos preceitos da tradição judaico-cristã. Nessa linha desdobrar-se-iam as noções de noção de *naturante* e *naturado*, sobretudo, no entendimento de uma Natureza divina e a natureza de um Eu pensante. A ideia de uma Natureza pura, livre de pecados, e uma Natureza terrena, perigosa, amedrontadora, influenciaram nessa dicotomia.

[...], foi uma concepção qualitativa do Mundo que impediu Kepler de admitir a lei da gravitação universal. Faltou-lhe substituir a Natureza dividida em regiões qualitativamente distintas por uma Natureza em que o Ser é homogêneo em toda a parte e sempre [...]. Tampouco é para refutar a idéia de finalidade que Descartes e Newton formulam a nova idéia de Natureza. Neles a finalidade não é rejeitada mas sublimada em Deus. O elemento novo reside na idéia de infinito devido à tradição judaico-cristã. A partir desse momento, a Natureza desdobra-se

em um naturante e naturado. É então em Deus que se refugia tudo o que podia ser interior à Natureza. O sentido refugia-se no naturante; o naturado torna-se produto, pura exterioridade.

Não obstante, a partir do momento em que se pensa a idéia de criação infinita, a cisão torna-se não obrigatória, mas tentadora. A oposição *naturans-naturata* data do século XII [...], mas a idéia judaico-cristã não tinha por função estabelecer essa cisão. Na *Natura naturata*, a palavra Natureza é conservada; isso permite a Santo Tomás anexar a idéia grega de Natureza, [ou seja] “o estado de natureza” antes do pecado, e outra para depois do pecado, em que o Bem e a Natureza não podem ser postos juntos (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 10).

Segundo Ehrard (1994 [1963]), em 1694 o dicionário da Academia Francesa distingue sete sentidos para a palavra Natureza, são eles: (i) o conjunto do universo e de todas as coisas criadas; (ii) o espírito universal difundido em cada coisa criada, pelos quais essas coisas têm seu início, meio e fim; (iii) o princípio interno de cada Ser; (iv) o movimento pelo qual cada homem tem em relação às coisas que podem contribuir para sua conservação; (v) a aparência, o temperamento; (vi) Certa disposição da alma; (vii) O estado natural do homem por oposição ao da graça. Ehrard afirma que os sentidos (iii), (iv), (v) e (vi) são especificações do último, e pensando sobre o ambiente dessa época, sobretudo à luz da ideologia religiosa que compunha a conjuntura, o segundo sentido provavelmente era o mais utilizado, pois o primeiro e o último demonstravam incertezas acerca do papel do homem em relação a Deus, e a posição do homem em relação à Natureza.

Deve-se salientar que na evolução das ideias de Natureza, as posições fundamentais do pensamento filosófico encontram-se imbrincadas umas nas outras, quase sempre apresentado reminiscências da base de pensamento anterior na ulterior, ora como fonte de inspiração positiva, ora negativa, e até mesmo dialética. A nomenclatura utilizada nos próximos itens refere-se à característica mais forte dentro de cada noção de Natureza apresentada.

2.5.1 - A ideia de Natureza mágica

Essa ideia é envolta a uma maneira de viver das pessoas e pensar o mundo segundo os preceitos divinos, ou seja, de pensar a Natureza por sinais, deuses. Tais pessoas acreditavam que os deuses expressavam suas vontades através da Natureza (LENOBLE, 2002 [1968]). “A Natureza de Homero [...] privada de intimidade, a alma

não é mais que um lugar de passagem para as forças mágicas” (LENOBLE, 2002 [1968], p. 55).

Na Natureza mágica, as coisas não acontecem por acaso. Assim, na vida dos homens os acontecimentos sempre têm de apresentar um sentido segundo os sinais da Natureza em função de vontades divinas. Com efeito, a Natureza é pensada como algo que possui vida e consciência, e que a vida dos homens e das coisas se entrecruzam numa “rede inextricável” no seio dessa Natureza (LENOBLE, 2002 [1968], p. 45). Na mentalidade mágica, os objetos são sinais e o pensamento possui a materialidade de tais objetos. Os sonhos seriam uma interiorização dos aspectos existentes na exterioridade de seus corpos.

De qualquer maneira, mesmo na concepção de Natureza mágica, pode-se encontrar noções de finalismo, causalismo e determinismo

2.5.2 – A ideia finalista de Natureza

O aparecimento de uma atitude desinteressada de observação ou análise da Natureza, marcando certo afastamento em tal processo, dá-se pelo desenvolvimento do sentimento estético acerca dela. Sócrates seria o símbolo dessa nova posição perante a Natureza. Ressalta-se que Sócrates debruçava-se sobre o entendimento da natureza humana muito mais do que nas outras. Assim, ao pensar a república, a vida em sociedade, não buscava encontrar tal ordem na Natureza. Tarefa a qual Platão se lançou, porém, sem conseguir desvencilhar-se da corrente de pensamento mágico (LENOBLE, 2002 [1968]).

Para Sócrates, a Natureza já não é mais uma imagem das violências e dos temores da consciência atormentada pelos sinais da Natureza, pelos deuses. A noção de Natureza esboça-se como:

[...] uma ordem, animada pela beleza, de retórica construtiva, de coragem, dominada pela Ideia de Bem. Ela é sol que ilumina tudo, pelo menos para a alma que soube libertar-se da sedução das sombras.

[...] Sócrates, se é que podemos aceitar o testemunho de Platão, não queria mal aos deuses mágicos das nascentes, das nuvens e dos bosques, só que já não tinha necessidade deles (LENOBLE, 2002 [1968], p. 60).

Partindo da ordem e da hierarquização da cidade grega, Aristóteles projeta o mesmo padrão na Natureza, promovendo assim uma hierarquização dela. As coisas diante do homem são entendidas não mais como símbolos de pensamento mágico, mas sim “como seres dotados de uma alteridade radical” (LENOBLE, 2002 [1968], p. 68). Nesse sentido, assume-se uma atitude em que além dos problemas dos homens, os problemas das coisas também existem.

O pensamento mágico oscilava entre dois temas, em nada contraditórios mas ambivalentes: todo o ser é símbolo, todo o ser é uma alma. Para Aristóteles, o ser define-se pela sua <<natureza>>, e neste sentido <<a Natureza é um princípio [...] e uma causa [...] de movimento e, igualmente, de repouso para a coisa na qual reside imediatamente [...] e na qualidade de atributo essencial [...] e não accidental [...] dessa coisa. O ser natural é substância (LENOBLE, 2002 [1968], p. 71).

Na Natureza Aristotélica, os homens projetavam suas percepções de senso comum nela. Assim, a partir de suas percepções, transportavam à Natureza as qualidades que os seus sentidos lhe apresentavam do fato observado. Cabe ressaltar que essa Natureza tinha estrutura e objetividade e não somente uma ordem humana.

O Aristotelismo influenciou os homens por vários séculos. Lenoble (2002 [1968], p. 76) o sintetiza da seguinte maneira:

- 1) Constituição de um campo racional entre a sobrevivência mágica das qualidades, no interior das coisas disponíveis para a nossa utilização, e a magia não encetada do mundo astral.
- 2) Mutação (herdada de Platão) do instinto místico, com o nascimento do tema do Eros, na Ideia de Bem, que coroa a ordem racional e resgata o pensamento do impasse mitológico.
- 3) Aparecimento dos <<factos>>, finalmente afastados do simbolismo mágico e início de uma ciência através da ligação coerente desses factos segundo o tipo de leis do pensamento artificialista.

Platão e Aristóteles, projetavam numa Natureza idealizada (“Cosmos organizado e favorável ao homem”) os seus desejos de uma sociedade melhor; “tinham-na colocado perante o Estado e o indivíduo como um modelo a imitar” (LENOBLE, 2002 [1968], p. 102). Com efeito, uma crítica a esse pensamento, segundo Merleau-Ponty (2006 [1995]), é que o finalismo afirma um natural artificial, ou seja, uma espécie de artificialismo contemplativo fruto do aristotelismo.

Epicuro, apresentado no próximo item, teve uma postura completamente diferente de Platão e Aristóteles, pois assume uma posição desinteressada também em relação ao modelo humano. Assim, buscou um sistema de regras na Natureza com intuito de auxiliar e proteger a vida humana, mas não para oferecê-lo como modelo (LENOBLE, 2002 [1968]).

2.5.3 – A ideia de Natureza como exterioridade - os Atomistas

Na Antiguidade, destacam-se como representantes dessa corrente de pensamento Demócrito, Epicuro e Lucrécio. Vale ressaltar que a constituição atômica dos corpos reivindicada por eles nada tem a ver com o átomo de laboratório, observável sob a alegação de um determinado fato, mas sim com razões metafísicas (LENOBLE, 2002).

Os nossos temores, repete Epicuro, vêm todos da nossa propensão para propor de imediato uma explicação mítica dos dados sensíveis, onde alojamos todos os nossos sentimentos. O sábio não quer ver nada mais a não ser o que os seus olhos veem [...]. [A] Natureza tal como surge aos nossos sentidos, não apresenta nada de assustador; não basta também para elevar a nossa alma a um Deus que nos falaria por seu intermédio; todos estes sentimentos de esperança ou de temor vêm de nós; a Natureza é um jogo de fenómenos, engendrados pelo acaso, em que o sábio deve passar os anos da sua existência, mas sem procurar [...] uma solução para o problema da vida. Para ver tal como ela é, há, pois que observar com os nossos sentidos, sem preconceitos, sem sobrecarregar a nossa observação de preocupações morais ou religiosas que só a nós pertencem (LENOBLE, 2002. [1968], p. 224).

Para Demócrito, não é a qualidade que existe, mas sim uma relação entre átomos e vazios que expressa a realidade. A qualidade seria uma Natureza aparente. (LENOBLE, 2002). Assim, considerando a Natureza como objeto puro, exterior ao homem e a ela mesma, “composta de *partes extra partes*”, o homem não tem como investigar a Natureza em sua totalidade e “só o Todo existe verdadeiramente” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 12).

Para Epicuro a ideia de espaço se dava pela posição relativa dos corpos uns aos outros. Aristóteles era contemporâneo de Epicuro e, enquanto junto a outros filósofos contemplava e estudava a Natureza para descobrir as regras que ela coloca aos homens, Epicuro a estudava para certificar-se de que não há regra nenhuma na Natureza (LENOBLE, 2002 [1968]).

A corrente de pensamento atomista também fora forjada para atender as próprias necessidades do homem, porém com a grande diferença da aceitação de como as coisas se apresentam no dia a dia. Em Epicuro há um movimento de desumanização da Natureza no sentido de sua materialização.

Um expoente seguidor dos estudos de Epicuro foi Lucrécio, que viveu numa época em que presenciava a ruína da República. Enquanto em Epicuro o estudo da

Natureza ainda era feito por uma física da contemplação (sem pautar-se em leis ou ordem), Lucrécio desenvolve uma física de utilização, sob os preceitos de lei e ordem, no sentido de leis utilizáveis pelo homem na Natureza (LENOBLE, 2002 [1968]). Sua obra de grande influência nos filósofos e cientistas de diversas épocas é a *Natura rerum*.

Em outra corrente de pensamento que não se vale do atomismo e retomava noções do finalismo, pode-se dizer que Plínio foi um grande expoente. Plínio “contenta-se com o panteísmo sincrético, originário de reminiscências estoicas e platônicas, que satisfaz então a massa dos seus contemporâneos instruídos e permite um amplo recurso à finalidade que querem descobrir na Natureza providencial” símbolos para justificar a cultura religiosa (LENOBLE, 2002 [1968], p. 120 e 121). Plínio afirma que o mundo é sagrado, representa o todo.

Em sua obra “História Natural”, procura descrever a Natureza em uma espécie de catalogação. Essa obra teve imensa importância nos pensamentos e obras de vários filósofos e cientistas. Nela há uma grande influência das informações positivas de Aristóteles e Teofrasto.

Em Plínio há a evidência da relação das origens sociais e míticas do natural, as ideias de símbolos retornam para caracterizar as coisas da Natureza, por exemplo, a árvore. Para Plínio a árvore ainda representava não uma coisa, mas uma espécie de dádiva, elas são consagradas aos deuses. Por fim, afirma que o homem está só perante a Natureza, que ela é a responsável por todos os males e diz que a Terra é a grande protetora do homem, a grande mãe.

Em resumo, a definição recebida dos Gregos, o natural é uma ordem independente das coisas humanas, aplicou-a Plínio, como tantos outros contribuintes helênicos, a uma afectividade muito mais primitiva. Demasiado próxima religiosamente dos antepassados venerados, de quem as velhas árvores das florestas foram contemporâneas, demasiado <<terrena>>, demasiado caseira, a alma romana nunca se resignou a ver objectivamente a Natureza como um marinheiro que descobre uma terra estrangeira. A identificação da Roma política com o *orbis terrarum* terá ainda contribuído para esta ilusão (LENOBLE, 2002 [1968], p. 159).

A Física qualitativa da [antiguidade] é o ordenamento das aparências em função do nosso modo de acção humano. [...] a Natureza é construída como um conjunto de qualidades exteriorizadas [...] (LENOBLE, 2002 [1968], p. 160).

Lenoble (2002 [1968], p. 233) aponta que apesar de todo o conhecimento da Antiguidade constantemente penetrar a Idade Média, houve certa regressão no desenvolvimento dos conhecimentos acerca dos estudos da Natureza. “[...] abandona-

se a sistematização de Aristóteles para regressar a temas animistas, mágicos, muito velhos que remontam aos neoplatônicos [...] e até às tradições antigas do Egito [...].” Há uma espécie de retorno à doutrina mestra da Alma do Mundo. A corrente dos escolásticos procura dentro dos dogmas cristãos restabelecer o equilíbrio entre o homem e a Natureza na Ciência.

Os pensadores do Renascimento, sobretudo a partir do século XVI, abandonaram sistematizações de estudos da Natureza, por exemplo, instituídas por Aristóteles e até da corrente dos escolásticos. Mas, a partir da contemplação da Natureza, influenciaram o grande avanço literário e artístico. Na ciência, segundo Lenoble (2002 [1968]), pouco se avançou em inovações relacionadas ao passado.

Termos como olho d’água ou o retorno do termo Mãe Natureza – *Natura mater* - remontam ao Renascimento, fruto de um movimento de restabelecimento do equilíbrio entre o homem e Natureza pelos escolásticos, ao menos dentro da Ciência influenciada pelos dogmas católicos, cuja corrente predominante estava em crise, desdobrando-se na reforma protestante.

Esse naturalismo do Renascimento polariza de maneira contundente a vida espiritual dos homens. De qualquer forma, apesar das estruturas limitantes impostas pelo pensamento escolástico, no movimento Renascentista a Natureza foi sentida antes de ser pensada, e essa seria uma grande contribuição às alterações futuras das noções e concepções de Natureza (WHITEHEAD, 1930; LENOBLE, 2002 [1968]).

2.5.4 – A ideia de Natureza como sistema de princípios e de leis ou Natureza máquina

Uma primeira fase desses princípios mecanicistas - libertação do homem dos temores da Natureza - pode-se afirmar que foi atingida na época de Platão e Aristóteles, conforme vimos anteriormente.

Tal concepção sedimenta-se com o próprio movimento de prevalecimento do cristianismo, já que a vida cristã polariza o homem e Natureza. Nela a concepção de Natureza torna-se essencialmente jurídica e mecânica (LENOBLE, 2002 [1968]).

O finalismo em Descartes na ideia de Natureza, entretanto, é diferente dos filósofos gregos clássicos, pois para ele a finalidade tem sentido apenas ao homem.

Há uma transformação dessa interpretação da ideia de finalidade na Natureza, visto que não há como prever as ações de Deus. A ideia de finalidade passa a não ter aplicabilidade, conseqüentemente a Natureza torna-se objeto, torna-se Natureza máquina. Nessa concepção ela é entendida como algo que tem existência em si, sem orientação, sem interior. Para Descartes, a produtividade natural é a própria produtividade de Deus. Ele entende que a Natureza é o próprio Deus (DESCARTES, 1983a [1641]).

Entretanto, prenuncia-se uma segunda mudança no pensamento de Descartes acerca da ideia de Natureza. Se num primeiro momento ela mantinha a concepção de Natureza original pensada a partir do mundo real. Depois, passa a considerar outra filosofia da Natureza, ressaltando a importância da investigação dos sentidos humanos na percepção da realidade. Assim, nessa ideia de Natureza também pode ser considerado a maneira com apreendemos as coisas, os espaços, unidades de medidas dos corpos, ou seja, uma Natureza imaginada (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]).

Para Merleau-Ponty (2006 [1995]), no mecanicismo cartesiano há um esforço em resistir à idealização do mundo partindo do princípio das explicações dadas a ele de máquina simples. Nesse movimento dialético, pode-se dizer que a nova interpretação de Descartes da ideia de Natureza não a considera mais como *partes extra partes*. Ele reivindica o Eu no espaço, onde se referia à Natureza exterior ao homem.

Essa ruptura com sua concepção anterior de Natureza é reflexo também de seu questionamento sobre a unidade do corpo e da alma, colocando em análise se podem ser consideradas como uma única coisa ou não e, nesse caso, em que grau apresenta certa união.

Merleau-Ponty (2006 [1995]) tece uma crítica aos mecanicistas dizendo que estes partem de meios artificiais, como convenções, para definir a Natureza, conceituando algo que, para ele, é um artificial natural. Lenoble (2002 [1968], p. 21) acrescentaria que uma “consciência que concebe e apreende a Natureza segundo o seu próprio dinamismo deixa-se cair na armadilha de uma Natureza panfísica e deixa-se engolir por ela.”

Natureza divina para o sábio antigo, Natureza criada, mas que canta a glória de Deus para o Salmista e para Dante, a Natureza máquina que na obra dos primeiros mecanicistas dá ainda testemunho da sabedoria do divino Relojoeiro, não via tardar a perder essa significação: [...] o homem

tem tão profundamente o sentimento da sua dependência que procura sempre um senhor; se não encontra em Deus, fará paradoxalmente reviver o mito naturista das primeiras idades: a Natureza volta a ser a sua senhora e a sua lei, mas então Natureza sem alma, Natureza coisa, mecanismo para triturar os homens e as almas, a que chamamos de Determinismo, Axioma eterno ou Materialismo histórico (LENOBLE, 2002 [1968], p. 192).

Tanto o catolicismo quanto o protestantismo influenciaram a concepção de Natureza, desenrolando-se em dois caminhos diferentes. Apesar de o protestantismo gerar uma espécie de movimento antinatural nas estruturas ideológicas de sua religião ao deixar de lado a visão contempladora da Natureza e experimentar uma acepção religiosa em detrimento dela, seus crentes - em comparação aos católicos - adequavam-se melhor a uma ciência que iria predominar no estudo da Natureza, ou seja, uma tendência a uma ciência laica. Os protestantes veem uma Natureza mecânica sem alma, passando a ser ferramenta de exploração (LENOBLE, 2002 [1968]).

Nesse sentido, para os filósofos, pesquisadores, estudiosos e cientistas da época, “conhecer é fabricar” (LENOBLE 2002 [1968], p. 260). “[...] todos a despeito de todas as divergências de escolas e das polêmicas muitas vezes inflamadas, se encontram de acordo ao afirmar que a Natureza é uma máquina e que a ciência é a técnica de exploração dessa máquina. [O] século XVIII será o século dos autômatos” (LENOBLE 2002 [1968], p. 261).

2.5.5 - A concepção humanista de Natureza

Essa corrente de pensamento caracteriza-se pela reação violenta de afetividade e sentimento ao mecanicismo frio.

Do sentido antropológico do Ser e do sentido absoluto, o termo Natureza, desdobra-se em dois sentidos. Considerando que tudo é representação humana, já que partimos do princípio da experiência do Ser e da sua interpretação do mundo, a Natureza aparece como um “conjunto de todos os objetos dos sentidos”. “A Natureza é o que um Ser sensível percebe. É um simples correlativo da percepção. Perde toda a sua selvageria” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 34).

O segundo sentido considera a Natureza a partir de seu entendimento e construção de leis gerais para explicá-la. Assim há “um a priori da Natureza” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 34).

Merleau-Ponty (2006 [1995]) compartilha com Whitehead (1930) a ideia de que esse duplo sentido dado à palavra Natureza é um equívoco, dito de outra forma, não seria adequado entender separadamente a Natureza como algo que nada podemos dizer senão pela apreensão de nossos sentidos, ou que ela é entendida e refletida em construções de leis gerais de seu funcionamento.

A filosofia de Kant é uma tentativa para unificação desses dois sentidos no que tange o entendimento da Natureza, ou seja, uma junção entre a receptividade e espontaneidade, entre o entendimento e a razão por meio do juízo (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]). O juízo determinante refere-se à tomada de posicionamento e a aceitação sobre essa opção determinada.

[...] Kant introduz uma finalidade a propósito do/e não no conceito de Natureza. A finalidade não pertence aos seres naturais, mas devemos pensá-la a propósito deles (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 36).

Para Kant, a finalidade não deve ser entendida como fator produtor dos fenômenos naturais. De qualquer maneira, a concepção de Natureza de Kant ainda é influenciada pelo mecanicismo de Galilei e Newton. Em contrapartida, Friedrich Schelling desenvolve sua filosofia da Natureza calcada, sobretudo, numa oposição ao mecanicismo de Galilei e Newton, desconsiderando essa dualidade entre causalidade e finalidade por meio de uma atividade que as transcenderia e que as harmonizaria, que se daria pela atividade criadora da arte (SCIACCA, 1962).

[...] Brunschvicg não se conforma com a ideia de Natureza como conjunto de relações necessárias que engendrariam a realidade, mas formula a idéia de Mundo como encontro de sincronismos e recorre por isso a um novo tipo de subjetividade e de objetividade que o idealismo ignora (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 53).

A idéia cartesiana de Natureza não tinha sido completamente exorcizada por Kant. Certamente, com Kant a Natureza já não é construída por Deus, mas pela Razão humana. Entretanto, o conteúdo permanece idêntico.

Não obstante, Kant fora o primeiro a levantar-se contra a idéia de *naturante* [...] (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 57).

Mas o que se busca nessa corrente de pensamento, sobretudo por meio da filosofia de Schelling, é promover uma tentativa de reconciliação sujeito-objeto, ou seja, entre o indivíduo e a Natureza, mesmo que talvez nem ele, nem seus seguidores

tenham conseguido atingir uma explicação que satisfizesse tal tentativa (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]).

Schelling em seus estudos e reflexões questiona a ideia de naturante-naturado que se tem da Natureza, ou seja, da dicotomia apresentada anteriormente em que existiria uma Natureza produtora, criadora, e o naturado que seria o resultado dessa produção, uma Natureza produto. Schelling argumenta que o “[...] naturado não é um efeito morto, e a Natureza não é um produto [...]” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 59). Ele está interessado em reexaminar a ideia de que existe um ser pré-reflexivo, ou seja, de uma primeira Natureza (*erste Natur*). “O que Schelling quer dizer é que se redescobre a Natureza em nossa percepção antes da reflexão” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 63). Mas salienta que a nossa percepção não está isenta à reflexão. Whitehead (1930) corrobora tal assertiva e acrescenta que o pensamento é algo que está além da Natureza, por exemplo, em sua crítica à teoria absoluta de tempo e espaço, e diz que o pensamento não ocupa espaço, ou volume de espaço.

Assim, Schelling combate a visão de Natureza coisa, de uma visão de que é possível conceituá-la, como em Hegel. Para Hegel nada há de espiritual na Natureza. Ele traça a concepção de espírito absoluto no sentido de uma verdade universal, não finita. Nesse sentido ele opõe o espírito finito (que recebe a verdade do espírito absoluto) à Natureza que se situa no espírito absoluto de um modo ideal. O espírito absoluto seria a união de si próprio com a Natureza, mas essa dada numa idealidade. Assim, no plano real ela é vista como um objeto, coisa dada, e por meio de conceitos (na idealidade para reter sua verdade) procura constituí-la sob um enfoque processual em três estádios: Natureza mecânica; Natureza física e; Natureza orgânica (HEGEL, 1985 [1807]; SCIACCA, 1962).

Leibniz também afirma que não há espírito na Natureza, mas sim um começo de sentido que cabe ao homem dar forma, conteúdo e sentido a ele. Entretanto, conforme afirma Merleau-Ponty (2006 [1995]), por meio desses pensamentos de Schelling e Leibniz, não se deve incorrer no erro de afirmar que a Natureza só existe por nós, porque nós a concebemos, ou que a Natureza só existe fora de nós. Não é isso que Schelling busca elucidar. “A Natureza caminha, por uma série de desequilíbrios, para a realização do homem que se torna seu termo dialético. [...]” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 70).

Schelling apresenta o aparecimento do homem com uma espécie de recriação do mundo, como o advento de uma abertura. A Natureza, por essa abertura, quando chega a criar o homem, vê-se ultrapassada em

algo novo. Mas o inverso é igualmente verdadeiro. Não só a Natureza deve tornar-se visão, mas é preciso que o homem se torne Natureza [...] (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 77).

Num contexto de humanização da Natureza, os filósofos e cientistas passam a enfocar uma posição de Natureza que existe por si própria, mas que nos é revelada pelo senso de consciência, ou seja, pelo mundo percebido que leva ao conhecimento do homem.

Para Henri Bergson (1999 [1896]), a matéria não pode ser explicada pelo realismo e nem pelo idealismo, ou seja, não se deve reduzir a matéria à representação que temos dela e nem a entender como algo que produz no sujeito representações dela. “A matéria [...] é um conjunto de imagens. E por imagens entendemos uma certa existência que é mais do que aquilo que o idealista chama uma representação, porém menos do que aquilo que o realista chama uma coisa [...]” (BERGSON, 1999 [1896], p. 2).

[Bergson afirma que só] [...] se pode elaborar um conceito válido de Natureza se for encontrado algo na junção do Ser e do nada. [...]. [Mas, para isso] [...] [a] fim de elaborar esse conceito, é preciso sair do positivismo ou do negativismo que sempre mantêm um distanciamento entre o objetivo e o subjetivo e impossibilitam, portanto, esse subjetivo-objetivo que sempre será a Natureza (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 115).

Bergson por meio de seu intuicionismo tece uma crítica de grande expressão aos métodos mecanicista e positivista presentes nas correntes de pensamentos filosóficas e científicas, sobretudo na França. “Conhecer por intuição, significa viver dentro de uma coisa e por isso o intuicionismo é um modo absoluto de conhecimento, diverso do modo relativo de análise” (SCIACCA, 1962, p. 202).

Em Husserl a ideia de Natureza relaciona-se à totalidade, ao mundo, ou seja, ela envolve tudo. Ela seria a esfera das coisas puras (HUSSERL, 2006 [1913]). Assim, ele retoma a preocupação de Schelling em reabilitar a ideia de Natureza no âmbito da filosofia reflexiva, nesse sentido não se orientando ao estudo das coisas dadas, mas sim dos fenômenos. Nesse sentido, por meio da redução fenomenológica seria possível atingir os objetos puros.

Quando nos tornamos sujeitos teóricos no movimento de análise de algo ou algum fenômeno no mundo, objetificando algo para análise, há certo distanciamento do Eu em relação à coisa a ser analisada. Nesse sentido, essa postura espontânea

adotada pelo observador tenta assumir uma posição de indiferença, “e o correlato dessa indiferença seria a coisa pura” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 119).

Essa concepção da Natureza [de entender a percepção da coisa pura] não é, por certo, a única possível; há uma outra concepção igualmente natural, [...].

Esse universo, ao considerá-lo em si mesmo, remete a um universo primordial. O universo da teoria subentende um universo já presente. Atrás desse mundo existe um mundo mais originário, anterior a toda atividade, “mundo antes de toda tese”: é o mundo percebido. Enquanto o primeiro se apresenta como um mundo construído, ele oferece-se em carne e osso, *Leibhaft*. Possui um caráter insuperável, abaixo do qual nada existe. Ao contrário, o universo das coisas puras é um universo minado, atrás do qual há a solidez do percebido: a referência de um ao outro está inscrita no próprio sentido do *blosse Sache* [simples coisa ou pura coisa]. Quando examinamos a significação de uma coisa, encontramos a história dessa significação sedimentada nela: a extensão cartesiana tem uma história nela; as *blosse Sachen* aparecem como idealizações, são conjuntos ulteriores construídos sobre a solidez do percebido. Se permanecermos na *blosse Sache*, não compreendemos nada como, por exemplo, o movimento absolutamente relativo em Descartes; para que isso tenha um sentido, é preciso ter uma experiência absoluta do movimento, saber o que é o movimento, poder falar dele: isso é retornar a um nível prévio que desempenhará o papel de uma fonte (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 120 e 121).

Para Merleau-Ponty “cumpre admitir, portanto, que este mundo não é aparência em relação àquele das puras coisas mas, ao contrário, que é fundador em relação a essas puras coisas” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 128). Posto isso, independente dos esforços das diversas correntes de pensamento, Merleau-Ponty (2006 [1995]) afirma que não tem como a Natureza aparecer diante de nós. Nesse contexto, alguns filósofos passam a centrar seus esforços na questão da produção natural ao abordar a discussão sobre a Natureza.

Isso que dizer que a produção natural não deve ser pensada a partir do nada, como se existisse um ponto inicial, onde há ausência, e que a partir disso fosse concebida a produção natural. “A Natureza nunca é estabelecida assim, mas como um englobante, como um tipo de ser no qual já nos descobrimos investidos antes de toda a reflexão” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 135).

Segundo Bachelard⁸ (1951 apud MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]), com frequência o que se chama de natural é resultado de má teoria. Nesse sentido Merleau-Ponty (2006 [1995], p. 136) tece o seguinte questionamento:

⁸ BACHELARD, G. L'activité rationaliste de la physique contemporaine, cap. 1, PUF, 1951.

Mas se, como ele [Bachelard], se tem consciência da artificialidade do pensamento, não se necessita encontrar para esta um contrário dialético, esse oponente sendo, senão a Natureza, pelo menos o percebido?

2.5.6 – O natural percebido: tentativa de retorno do natural à ideia de Natureza

Merleau-Ponty (2006 [1995]) afirma que se a Natureza é um englobante, ela deve ser pensada a partir de algo não determinado, ou seja, não se valendo de conceitos pré-concebidos. Nesse sentido, primeiramente deve-se pensá-la através da experiência, de maneira sistematizada ou regulada.

O aparelho, em física quântica, já não tem o mesmo sentido que em física clássica. Para os clássicos, o aparelho é o prolongamento dos nossos sentidos. [...] Os aparelhos em mecânica ondulatória deixam de ser amplificadores; [...] O aparelho não nos apresenta o objeto. Realiza uma antecipação do nosso fenômeno, assim como uma fixação. [...] A Natureza conhecida é uma natureza artificial (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 150).

Merleau-Ponty (2006 [1995]) chama atenção que deve ser considerada não a decisão do que é ou não realidade, mas a imagem pela qual será entendida, pois tanto na ciência clássica quanto na moderna a apreensão de um objeto se dá pela experiência, mas ela própria “é uma violação da Natureza” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995] p. 157). Assim, a realidade seria também uma noção a afirmar.

Na ciência moderna, “renuncia-se [...] às idéias de uma Natureza como complexo de fatos sem significação que se bastaria a si mesmo e teriam relações passivas ou acidentais”. Neste sentido, a Natureza não é “o conjunto dos objetos dos sentidos ou a soma dos objetos dos sentidos, como afirmara Kant” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 186).

Para Whitehead (1930) há uma espécie de reciprocidade entre o ser senciente e a Natureza. O ser senciente é parte da Natureza, funcionando como qualquer evento da Natureza. “Aquilo que percebo é, ao mesmo tempo, para mim e nas coisas. A percepção se faz a partir do interior da Natureza [...]” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 192). “Natureza [segundo Whitehead] é, portanto, aquilo que permanece intato após o desvelamento perceptivo, o que é indiferente aos olhares que pouso nela” (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 193).

Assim, Whitehead concebe a Natureza como sendo um evento de passagem e postula a teoria da passagem da Natureza. Para tanto ele considera a percepção como elemento fundamental na tentativa de compreensão da Natureza. O termo evento é elemento chave na construção de seu raciocínio. Com efeito, evento é o que só aparece uma vez, o único. Deve-se salientar que sua concepção não se limita à constatação de transcendência da Natureza, caso contrário seria incoerente em sua proposição buscar devolver à Natureza o seu caráter real e não ideal.

Nesse sentido, a Natureza é mais essencialmente, para ele, ocorrência. Isso significa que ela está inteiramente em cada uma de suas aparições, e nunca é exaurida por nenhuma delas. Ela está total em cada instante, imanência e transcendência são fortemente unidas por Whitehead (1930) no seu entendimento de Natureza. Não existe um meio de deter a Natureza a fim de olhá-la, se tentarmos melhorar o nosso acesso a ela, o nosso esforço é em vão. A Natureza é sempre nova a cada percepção, mas nunca é passado. A Natureza é algo que se continua que nunca é apreendido em seu começo, ainda que se revele (aparentemente) sempre nova (WHITEHEAD, 1930).

Whitehead não quer mais definir a matéria e a Natureza pelo presente e pelo instante. Ele nega que o passado não seja mais e que o futuro ainda não seja. A Natureza para ele é concebida como um desdobramento espaço-temporal (WHITEHEAD, 1930; MERLEAU-PONTY, 2006 [1995]). Há um tempo da Natureza em si, mas um tempo da Natureza enquanto participamos dela, e não há meios então de falar de Natureza em si a partir da Natureza viva. Para ele a noção de Natureza é uma noção-limite, por isso aplica o termo passagem da Natureza, ou que a Natureza é um processo.

Pode-se afirmar que Merleau-Ponty (2006 [1995]) corrobora com as asserções de Whitehead (1930) até então apresentadas. Nesse sentido, Merleau-Ponty expressa sua noção de Natureza dizendo que:

[...] [o] conceito de natureza não evoca somente o resíduo daquilo que não foi construído por mim, mas uma produtividade que não é nossa, embora possamos utilizá-la, ou seja, uma produtividade originária que continua sob as criações artificiais do homem. É simultaneamente o que há de mais velho e é algo sempre novo (MERLEAU-PONTY, 2006 [1995], p. 204).

Whitehead (1930) propõe uma nova concepção de matéria, concepção orgânica de matéria, doravante resultando em uma nova noção de Natureza (SCIACCA, 1962).

Para Whitehead (1930) Natureza é o que observamos na percepção através dos sentidos. Ele acrescenta que nesse senso de percepção nós estamos conscientes de algo que não é um pensamento, mas que já é autossuficiente para um pensamento ou para a sua formação. O senso de percepção tem em sua essência um elemento que não é pensamento, que seria o senso de consciência⁹.

Ele salienta que pensar sobre a Natureza é diferente do senso de percepção da Natureza. Assim, alguma coisa percebida é percebida como uma entidade, que é o final - *terminus* - do senso de consciência, algo que para o pensamento está além do fato do senso de consciência.

Whitehead busca dar elementos para sustentar a importante distinção que faz em sua obra acerca da ideia de que a matéria não deve ser considerada como substrato da Natureza. Ele estende e aprofunda essa tese por meio de explanação acerca da relação espaciais e temporais em detrimento da teoria do espaço e tempo absolutos.

By this I do not mean that any doubt should be thrown on facts of space and time as ingredients in nature. What I do mean is the 'the unconscious presupposition of space and time as being that within which nature is set.' This is exactly the sort of presupposition which tinges thought in any reaction against the subtlety of philosophical criticism. My theory of the formation of the scientific doctrine of matter is that first philosophy illegitimately transformed the bare entity, which is simply an abstraction necessary for the method of thought, into the metaphysical substratum of these factors in nature which in various sense are assigned to entities as their attributes; and that, as second step, scientists (including philosophers who were scientists) in conscious or unconscious ignorance of philosophy presupposed this substratum, qua substratum for attributes, as nevertheless is in time and space (WHITEHEAD, 1930, p. 20 e 21).

Nesse sentido, espaço e tempo é que deveriam ser atributos da substância e não o contrário. Mas, como eles não são palpáveis, a matéria foi colocada como solucionadora de tal impasse, ou seja, para Whitehead (1930) essa ação é incoerente. "What we find in space are the red of the rose and the smell of the jasmine and the noise of cannon. We have all told our dentists where our toothache is. Thus space is

⁹ Como senso de consciência, traduzido do termo sense-awareness empregado por Whitehead (1930), entendo como o processo de aquisição de conhecimento sobre algo, ou seja, uma conscientização. Portanto, escolhi empregar como tradução o termo senso de consciência, significando como o processo de tomada de conhecimento, consciência de algo.

not a relation between substances, but between attributes” (WHITEHEAD, 1930, p. 21).

Na teoria absoluta, o tempo é a sucessão ordenada de instantes sem duração. O que acontece no tempo ocupa o tempo. Essa relação dos eventos ao tempo ocupado, ou seja, essa relação de ocupação, é uma relação fundamental da Natureza ao tempo. Assim, essa teoria requer que estejamos conscientes de duas relações fundamentais, a do ordenamento do tempo entre os instantes do tempo e os estados da Natureza em que acontecem tais instantes (WHITEHEAD, 1930).

Como critica a lógica da teoria absoluta do espaço e tempo, Whitehead (1930) apresenta uma série de perguntas, entre elas, talvez duas representem a base fundamental de seu questionamento, são elas: Por que em tal teoria a causa que influencia a mente à percepção teria qualquer característica em comum com a Natureza aparente? O que se sabe sobre a mente humana que nos autorizaria inferir qualquer característica particular da causa que tivesse influencia na mente acerca de efeitos particulares?

Whitehead (1930) estende tal crítica dizendo que em função da transcendência do tempo além da Natureza, pode-se presumir que a causa (Natureza causal) ocupe o tempo (referindo-se ao processo de pensamento ocupar tempo), mas a mente não ocupa volumes de espaço. Nesse sentido, a Natureza causal parece não ter razão em por que deveria ocupar espaço. Logo, o espaço pareceria algo meramente aparente no mesmo sentido que a Natureza aparente é meramente aparente. Essa teoria da Natureza não apresenta as características necessárias que envolvam o conhecimento perceptivo nas pessoas. Portanto, suas críticas são sintetizadas da seguinte maneira:

- (i) a teoria do espaço e tempo absolutos busca a causa de um dado conhecimento ao invés de procurar sua característica;
- (ii) essa teoria assume um conhecimento do tempo nele mesmo separado dos eventos relacionados no tempo, ou seja, parte do princípio que o tempo é uma entidade independente;
- (iii) tal teoria assume um conhecimento de espaço nele mesmo também separado dos eventos relacionados no espaço

Resumidamente, para Whitehead (1930) a matéria não é o substrato do espaço e do tempo, e o que é percebido na Natureza é a relação entre os atributos da substância. Para ele, espaço e tempo é que deveriam ser atributos da substância, justificando assim uma teoria relacional da espacialidade e a temporalidade dos

atributos das substâncias. Assim, o espaço não deve ser entendido como uma entidade absoluta.

Portanto, a teoria proposta por Whitehead (1930) recusa as concepções mecanicistas e também o vitalismo, como em Bergson acerca do élan vital. A unidade da Natureza em Whitehead refere-se a toda Natureza como condescendência.

Whitehead (1930) conclui então que existem três componentes da Natureza: fatos; fatores e; entidades. Ele define fato como o término indiferenciado do senso de consciência; fatores são os termos do senso de consciência, diferenciados como elementos do fato e; entidades são fatores em sua função como termos do pensamento. Nesse contexto, tais entidades são entidades naturais. O pensamento é maior que a Natureza, portanto existem entidades para o pensamento que não são entidades naturais.

A estrutura do complexo natural não pode nunca ser completa no pensamento, assim como os fatores do fato não podem nunca ser exauridos no senso de consciência. Whitehead (1930) afirma que a não exaustividade é um caráter essencial sobre o nosso conhecimento de Natureza. O autor ainda acrescenta que também a Natureza não exaure a matéria do pensamento.

Nenhuma característica da Natureza que seja imediatamente colocada ao conhecimento pelo senso de consciência pode ser explicada. Isto é impenetrável pelo pensamento, no sentido de que seu caráter essencial peculiar que entra na experiência pelo senso de consciência é para o pensamento meramente o guardião de sua individualidade como um objeto puro (WHITEHEAD, 1930).

Thus for thought 'red' is merely a definite entity, though for awareness 'red' has the content of its individuality. The transition the 'red' of awareness to the 'red' of thought is accompanied by a definite loss of content, namely by the transition from the factor 'red' to the entity 'red'. This loss in the transition to the thought is compensated by the fact that thought is communicable whereas sense-awareness is incommunicable (WHITEHEAD, 1930, p. 13).

Fica muito claro o caminho que Whitehead nos apresenta para tratar o tema Natureza, ou seja, o pensamento está presente na maneira como lidamos com ela, e é justamente nesse ponto que ele chama atenção, para que tenhamos consciência de que a propriedade de algo que descrevemos ou estudamos contém entidades naturais e não naturais.

Portanto, o que é percebido é relação entre os atributos da substância, onde a matéria não é a substância fundamental da Natureza. Não é a matéria (na Natureza) o que percebemos em nossos sentidos.

Os reflexos da corrente científica de que percebemos a matéria na Natureza fizeram com que na ciência e na filosofia os estudos não mais considerassem somente o que a mente conhece sobre a Natureza, mas também o que a Natureza faz com a mente, ou seja, são levadas também em consideração as relações entre a revelação da Natureza no senso de consciência com a mente do indivíduo. “The result has been disastrous both to science and to philosophy, but chiefly to philosophy. It has transformed the grand question of the relations between nature and mind into the petty form of interaction between the human body and mind” (WHITEHEAD, 1930, p. 27).

Whitehead (1930) critica a noção de Natureza bifurcada em coisa e mente. Nessa concepção, a Natureza, que é o fato apreendido na consciência, contém nele o verde das árvores, a música dos pássaros, o calor do sol, a dureza das cadeiras e a sensação de maciez do veludo. Já a Natureza que se enquadraria como a causa da apreensão do fato na consciência seria o sistema de moléculas e elétrons (pautados em hipóteses teóricas) que afetam a mente ao produzir a consciência de uma Natureza aparente. Portanto, o ponto de convergência dessas duas Naturezas é a mente, a Natureza causal sendo influente e a Natureza aparente sendo efluente.

Para os pensadores que defendem a Natureza como um sistema unitário, o tempo e o espaço apareceriam para fornecer todas as relações necessárias em tal sistema. Todavia, para Whitehead (1930) a Natureza não pode ser concebida a partir das teorias absolutas do espaço e tempo, onde cada um é um sistema independente, critica já apresentada nos parágrafos anteriores.

O dado fundamental na ciência é comumente considerado: o tempo; o espaço; as qualidades do material e; as relações entre os objetos materiais. Todavia, como já apontado anteriormente, o dado na forma como ocorrem nas leis científicas não tem relação com todas as entidades que se apresentam em nossa percepção da Natureza.

De fato, não há mundo objetivo correspondente ao mundo de nossas experiências vividas. A Natureza encarrega-se de fazer as abstrações para nós, decidindo que tipo de vibrações nós iremos ver e ouvir, quais tipos de coisas iremos notar e lembrar. Portanto, na teoria de Whitehead (1930), o estudo da Natureza deve ser abarcado pela discussão detalhada do entendimento dos tipos de entidades e

tipos de relação entre tais entidades que são reveladas a nós em nossa percepção da Natureza.

Concluindo, a teoria da passagem da Natureza pode ser entendida como uma relação dos objetos situados nos eventos revelados pelo nosso senso de consciência. A Natureza não é um agregado de entidades independentes, cada uma passível de ser isolada. A Natureza isolada em diferentes aspectos é uma abstração científica eleita como método em diversos campos disciplinares na busca de entender um fenômeno na Natureza.

Na Natureza entendida como evento de passagem pode-se discernir relações mútuas definidas entre eventos componentes de tal estrutura, em que suas relativas posições podem ser expressas parcialmente em termos de espaço e parcialmente em termos de tempo. Cada evento tem sua própria característica peculiar. Assim, a Natureza é uma estrutura de eventos e cada evento tem sua posição nessa estrutura e sua própria característica peculiar de qualidade. As relações estruturais mútuas entre eventos são ao mesmo tempo espaciais e temporais. “Thus when you think of space alone, or of time alone, you are dealing in abstractions, namely, you are leaving out as essential element in the life of nature as known to you in the experience of your senses” (WHITEHEAD, 1930, p. 168).

Assim, considerando uma Natureza não desnaturada, pode-se afirmar que ela é tudo, são os objetos, somos nós em nossas diversas ações no mundo vivido. O mundo vivido substancialmente depende da maneira como o percebemos, concepção que é central – sob a forma de evento percipiente – na teoria da Natureza como um evento de passagem.

3 – Metodologia

O método utilizado para a realização do presente trabalho foi o fenomenológico, no sentido de se estudar os agricultores em suas relações com a vegetação nativa, percebido pelo pesquisador. Assim, não se trata de um estudo da percepção, mas sim do percebido.

A fenomenologia, segundo Merleau-Ponty (2011 [1945]), permite que se entenda a experiência no vivido sem que se faça um estudo objetivo subjetivista ou um estudo subjetivo do objeto. Nem o pesquisador, nem o agricultor são concebidos como objeto. O que se dá na relação pesquisador/agricultor, por exemplo, nas entrevistas semiestruturadas é uma intersubjetividade. Vale lembrar que o diálogo é a “forma mais simples e clássica da comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 279)”. “Cada réplica do diálogo, por mais breve e fragmentária que seja, possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva” (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 275).

Na fase de compilação de dados, foram aplicadas as seguintes técnicas: realização de entrevista (em três etapas) para estabelecimento de um diálogo com o agricultor; registro do áudio e da imagem do diálogo e; codificação das respostas (LOWENTHAL, 1967; WHYTE, 1977).

Assim, como já mencionado na Introdução, para o desenvolvimento de um estudo de caso houve a necessidade da escolha de um município, no caso Buri, para a realização de análise da paisagem agrícola e entrevistas com os agricultores. No item seguinte 3.1 são apresentadas algumas informações do município de Buri, enfocando aspectos físicos, demográficos e econômicos.

3.1 – O município de Buri

O município de Buri tem uma área territorial de 1.195,910 km² (IBGE, 2010b). Pelo censo demográfico de 2010, o município de Buri tem 18.563 habitantes, com uma densidade demográfica de 15,52 hab/km² (IBGE, 2010b).

Situa-se na Bacia Sedimentar do Paraná, grande parte na Depressão do Paranapanema, e no extremo de sua porção noroeste, na unidade morfoescultural do Planalto Ocidental. As formas do relevo de denudação são de colinas com topos convexos, e de colinas amplas e baixas (ROSS, 1992), como mostra a figura 6.

Considerando a litologia da região, Buri enquadra-se no grupo Itararé, e ao norte do município na formação Tatuí e, no limite sudeste do município, próximo ao curso do rio Paranapanema, alguns depósitos aluvionares (PERROTA et al., 2005). Assim, há uma predominância de arenitos e siltitos e, nos depósitos aluvionares, areias quartzosas.

Os principais rios no município são: Apiaí-Guaçu, Apiaí-mirim (afluente do Apiaí-Guaçu), o Paranapanema, e o Paranapitanga (afluente do Paranapanema). Os solos em Buri, de maneira geral, podem ser classificados entre: Latossolo vermelho-amarelo, Latossolo amarelo, Cambissolos, Argissolos ou Podzólicos e até Neossolos ou Areias quartzosas¹⁰. No caso dos Latossolos e Cambissolos em Buri, geralmente o teor de argila não é alto.

¹⁰ A partir de 2005, instala-se uma nova nomenclatura para a classificação brasileira de solos. Dentre algumas alterações, há a substituição do termo Podzólico pelo termo Argissolo e a Areia Quartzosa foi inserida na classe dos Neossolos (EMBRAPA, 2006)

Figura 6 - Unidades morfoesculturais e os tipos de solo no município de Buri.

Fonte: Ross e Moroz (1993)

Assim, como mostra a figura 3, o relevo em Buri caracteriza-se em grande parte por colinas amplas e suaves, colinas dissecadas e morros baixos. Em pequenas porções pode-se encontrar alguns morros e serras baixas. Os números (12, 13, 14, 23, 25) das formas dos relevos de denudação (Dc, Dt) têm relação com o grau de entalhamento médio dos vales e a dimensão interfluvial média.

A vegetação em Buri, grande parte caracteriza-se, predominantemente, por uma zona de transição de Cerrado com Floresta Ombrófila Mista. A figura 7 ilustra essa classificação.

Figura 7: Vegetação e hidrografia no município de Buri.
 Fonte: Mapa de Vegetação (IBGE, 2004). Malha Municipal Digital (IBGE, 2010a).

Pode-se dizer que o clima em Buri é do tipo Cfa Köppen-Geiger, ou seja, Clima temperado, subtropical com verão quente e inverno sem estação seca. Essa característica de chuvas no inverno de Buri, permite o cultivo de trigo, por exemplo.

Na atividade agrícola de Buri, atualmente, destacam-se as seguintes culturas: a soja, o milho e o feijão (esse em menor escala) no verão, e, no inverno, o trigo, predominantemente. A pecuária leiteira vem retomando força na região. A produção de hortaliças e legumes em estufas tem muita expressão em Buri, sobretudo como alternativa de renda nas pequenas propriedades, que em Buri são bastantes. A

extração de madeira para celulose por grandes empresas, como a Fibria, tem presença marcante na paisagem agrícola de Buri. A extração de resina também é outra atividade importante nas extensas áreas de plantação de pinus no município.

Há 393 estabelecimentos agropecuários em Buri, segundo censo agropecuário de 2006 do IBGE. O gráfico 1 apresenta a distribuição dos cultivos agrícolas por número de estabelecimentos ou propriedades agrícolas.

Gráfico 1 - Propriedades de Buri e atividades agrícolas.
Fonte: Censo agropecuário (IBGE, 2006).

A tabela 1 apresenta as atividades agrícolas em Buri em função de sua área plantada.

Tabela 1 - Área plantada em Buri com culturas anuais e perenes.

Cultura	Área em hectare
abacate	7
arroz	50
feijão	1500
laranja	4800
melancia	50
milho	20200
soja	880
tomate	294
trigo	6000
triticale	800
uva	8

Fonte: Área plantada, área colhida e produção, por ano da safra e produto (IBGE, 2014).

Vale notar que 4.800 hectares (ha) de laranja plantadas em Buri correspondem a quatro estabelecimentos agropecuários. Apesar do número de estabelecimentos no gráfico 1 referir-se ao censo agropecuário de 2006, na coleta de dados em 2014, referente ao estudo de caso, foram constatadas somente quatro propriedades agrícolas em Buri com pomares de laranja. Já em relação à soja, milho, feijão e trigo, as distribuições desses plantios são espalhadas por várias propriedades agrícolas, de tamanhos variados.

Há também em Buri duas áreas de propriedade pública. Uma é a Floresta Nacional Capão Bonito/Buri, com 4.344 ha. Praticamente em toda sua extensão estão plantados pinus (*Pinus ssp.*), e, em alguns talhões, com araucárias (*Araucaria angustifolia*). Apesar de ser classificada como Floresta Nacional, sua atual forma se dá em função de seu passado (Parque Florestal Getúlio Vargas) quando a vegetação nativa fora retirada para plantação de pinus e araucárias, em sistema de monocultivo, para posterior extração do látex e da madeira da araucária. Atualmente, nos talhões das araucárias já há um sub-bosque com espécies nativas.

A outra área, 1.080,68 ha, é uma estação experimental do Instituto Florestal do estado de São Paulo.

3.2 – Escolha dos agricultores a serem entrevistados

A delimitação do universo de agricultores entrevistados pautou-se na localização de suas propriedades em relação a algumas unidades de paisagem no município, definidas nessa pesquisa com intuito didático para auxiliar no desenvolvimento do estudo de caso. Portanto, as classificações das unidades morfoesculturais, tipos de solo, principais cultivos agrícolas em cada porção do município, e a característica diferenciada na paisagem do sul de Buri com a presença de Araucárias (*Araucária angustifolia*), influenciou na elaboração de seis unidades de paisagem no município, chamadas de Grupo norte, Grupo oeste, Grupo leste, Grupo centro, Grupo centro sul e, Grupo sul (figura 8).

Figura 8 - Unidades da paisagem no município de Buri para organização das escolhas das propriedades a serem entrevistadas.

Assim, com intuito didático, para a pesquisa, assume-se nessa subdivisão das paisagens agrícolas de Buri, as seguintes características principais em cada grupo:

- grupo norte, topografia mais plana e concentração de agricultura irrigada por pivô-central;
- grupo oeste, relevo mais ondulado, com declividade suave a média, área de maiores altitudes em Buri, presença marcante de área com plantio de eucalipto;

- grupo leste, solos mais arenosos, topografia menos ondulado, tendendo a plana, baixa declividade, concentração de áreas com pastagem, região com paisagem característica de cerrado em Buri;
- grupo centro sul, solos menos arenosos, com teor de argila mais elevado, concentração de mais áreas de produção agrícola, pecuária, e menos de silvicultura, topografia suave ondulada;
- grupo centro, solos menos arenosos, com teor de argila mais elevado, ausência de silvicultura e alta concentração de agricultura, topografia suave ondulada, concentração de descendentes de imigrantes húngaros;
- grupo sul, solos menos arenosos, com teor de argila mais elevado, presença de araucárias na paisagem agrícola, topografia suave ondulada, com declividade baixa a média.

Além de facilitar a condução das escolhas das propriedades a serem visitadas para realização da entrevista, esse mapeamento teve também o objetivo de equilibrar a distribuição de entrevistas em cada grupo. Como são seis grupos, o ideal é que o mesmo número de agricultores fossem entrevistados em cada unidade da paisagem.

Não houve um delineamento experimental para estimar o universo de agricultores que deveriam ser entrevistados. Como trata-se de um estudo referente à questão da percepção, e que ela é sempre uma experiência única (MERLEAU-PONTY, 2001 [1945]), assume-se que quanto maior o número de pessoas entrevistados, maior é o número de informações para estruturar a análise. Nesse sentido, como um dos objetivos é verificar a existência de um possível padrão na percepção, deduzida a partir do percebido pelo pesquisador, o aparecimento da repetição de mesmas respostas decorrentes das entrevistas, não indicaria que se teria atingido um número ideal de entrevistados. Não haveria uma amostragem representativa do todo, pois a percepção pode variar em função de diversos fatores, sobretudo, por questões culturais, assim dificultando a determinação de algum tipo de recorte para definição do universo de entrevistados. Portanto, a preocupação foi a de realizar o maior número possível de entrevistas, buscando equilibrá-las em função dos grupos de unidades de paisagens definidos para Buri.

Assim, cento e dez entrevistas foram realizadas no município, mas no tratamento das informações, de maneira homogênea e que permitisse comparações e análises, foram utilizados os dados de noventa delas. No quarto capítulo (resultados

do estudo de caso) são apresentadas as justificativas para a realização de noventa entrevistas.

3. 3 - Compilação dos dados

As entrevistas foram estruturadas em:

(i) coleta de dados usando material visual:

representação de uma área ideal de produção agrícola a partir de uma representação gráfica de uma área com vegetação nativa em toda sua extensão; cartas de baralho contendo termos do cotidiano em Buri para serem utilizadas na descrição de fotografias de paisagens¹¹;

(ii) entrevista semiestruturada¹²:

história de vida do agricultor, sobretudo, período da infância (escola, lazer, hábito de comer frutos silvestres), práticas agrícolas;

perguntas sobre: o que é vegetação; o que é vegetação natural; citar nomes de plantas nativas de Buri; Qual é a opinião sobre o Código Florestal; O que é Reserva Legal; O que é Área de Preservação Permanente (APP); O que é paisagem; O que é natural; O que é Natureza; O que é Ecologia.

A escolha pela utilização de material visual foi feita para tentar, de maneira indireta, revelar sinais que pudessem colaborar com o entendimento da relação dos agricultores com a vegetação nativa. Isso, aliado ao aspecto da história de vida, pode contribuir com o início do entendimento, pelo pesquisador, de aspectos culturais do entrevistado, bem como indicar plantas que possam ser características de um determinado ambiente.

A entrevista semiestruturada foi pensada, principalmente, para que o entrevistador pudesse presenciar a entonação da enunciação/enunciado do agricultor, sobretudo, nas mudanças de ideias ou sentidos em suas enunciações/enunciados, simbolizados com a utilização de partículas, como “mas”, “porém”, entre outras.

¹¹ Etapa da entrevista influenciada pelos trabalhos de Beck (1967) e Sonnenfeld (1967).

¹² Influenciada pelos trabalhos acerca da percepção ambiental, apresentados na compilação realizada por Whyte (1977).

Além dos aspectos relacionados à memória serem centrais nesse tipo de pesquisa, portanto o relato é uma forma de recebimento dessas informações, o intuito dessa forma de entrevista foi também de viabilizar a troca de informações entre o agricultor e o pesquisador acerca do tema da vegetação nativa, para que os enunciados do agricultor formados nesse encontro não dessem a falsa impressão, nem ao entrevistado e muito menos ao pesquisador, de que se trata de um dado genuíno, ou puro, do agricultor, sem a interferência do entrevistador. Nesse sentido, pautado no método sociológico dialógico de análise do discurso (BAKHTIN, 2003 [1979]; GRILLO, 2006; BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929]), assume-se que nos enunciados do agricultor, posteriormente analisados, já existe influência do pesquisador e do seu percebido. Buscar separar isso, no sentido de analisar as informações do entrevistado, seria uma tarefa extremamente complexa, não atingível e não aconselhável dentro das asserções teóricas apresentadas no capítulo anterior (Referencial Teórico), seja no entendimento da percepção, das noções sobre espaço, tempo, Natureza, Paisagem, e do caminho teórico da fenomenologia.

Sendo assim, a entrevista foi repartida em três etapas.

Na primeira etapa da entrevista foram apresentados ao agricultor três tabuleiros (produzido pelo pesquisador, em cartolina com 0,95 m no eixo horizontal e 0,5 m no eixo vertical) com a representação de um terreno recoberto por vegetação nativa de espécies de porte arbóreo, em toda extensão dele.

Em dois tabuleiros há a representação de um curso d'água, um cortando ao centro o tabuleiro, e no outro deslocado para uma das laterais. Os agricultores deveriam escolher um tabuleiro e sobre ele, onde havia um plástico transparente, indicar quais alterações promoveriam para a implantação da prática agrícola. As figuras 9, 10 e 11 ilustram os três esquemas dos tabuleiros apresentados aos agricultores.

Figura 9 - Tabuleiro com a representação de um terreno sem curso d'água.

Figura 10 - Tabuleiro com a representação de curso d'água cortando aproximadamente no centro de terreno

Figura 11 - Tabuleiro com a representação de curso d'água deslocado para a lateral do terreno

Ressalta-se que a intenção dessa etapa é buscar uma informação que represente como o agricultor imagina um desenho de área de produção agrícola influenciado pelos seus ideais. Isso não quer dizer que tais ideias não tenham influências de noções e conceitos desenvolvidos por pesquisadores e cientistas, como por exemplo, nos trabalhos de Löefgren (1903; 1923), também citados sobre Löefgren em Dean (1996), e também dos trabalhos do professor Ab'Saber (1990) no projeto Floram¹³. A própria proposta na análise sociológica-dialógica do discurso já considera tal questão. Também nessa pesquisa, como já mencionado, não se assume a percepção como algo puro, mas sim como uma experiência única.

A segunda etapa da entrevista foi iniciada com questões acerca do histórico de vida dos agricultores, abordando os seguintes assuntos: infância, adolescência e fase adulta; família; formação escolar; profissão; religião. Uma vez estabelecido o diálogo com agricultor, a entrevista passou a ser semi-estruturada.

Na entrevista semiestruturada seguiu-se o seguinte roteiro:

- história de vida do agricultor, sobretudo, período da infância (escola, lazer, hábito de comer frutos silvestres); práticas agrícolas;
- perguntas sobre: o que é vegetação; o que é vegetação natural; citar nomes de plantas nativas de Buri; Qual é a opinião sobre o Código Florestal; O que é Reserva Legal; O

¹³ O Projeto Floram foi concebido como um projeto de reflorestamento e manejo de florestas, sobretudo em áreas de produção agrícola que apresentam degradação de remanescentes florestais com vegetação nativas, e que podem ser conjugados com área de silvicultura (KRUEGER, 2010).

que é Área de Preservação Permanente (APP); O que é paisagem; O que é natural; O que é Natureza; O que é Ecologia.

A pergunta sobre a paisagem teve o intuito de coletar informações, a partir do enunciados dos agricultores, se há algum grau de aproximação com as noções e conceitos, por exemplo, usados na Geografia, nesse sentido, considerando sua característica integradora e sintetizadora das ações do homem no ambiente.

A pergunta sobre o que é natural e, sobretudo, Natureza, teve como objetivo verificar que tipo de ideia ou conceito de Natureza os agricultores apresentam incorporadas ao seu mundo vivido. Como apresentado no segundo capítulo do presente trabalho, tal noção pode se apresentar de várias formas, desde um entendimento de uma Natureza mágica, em que seus elementos representam divindades, ou uma visão mecanicista e utilitarista, ou humanista, entre outras. Assume-se que a maneira como o indivíduo incorpora determinada noção de Natureza no seu mundo vivido, tenha relação direta com a maneira como ele a percebe, e desdobra suas ações no ambiente.

Já com a pergunta sobre ecologia buscou verificar se os agricultores demonstravam em seus enunciados algum tipo de conhecimento das possíveis relações existentes entre os fatores bióticos e abióticos do ambiente.

A etapa da entrevista semiestruturada, com autorização dos entrevistados, teve o áudio e a imagem gravados.

Na última fase, foram apresentados aos agricultores quatro álbuns de fotografias em que eles deveriam relacionar a cada foto uma carta de um baralho, que continha uma determinada informação acerca da paisagem. Para cada álbum existia um baralho específico.

Três álbuns continham as mesmas vinte e quatro fotografias de paisagens do meio agrícola, quase todas do município de Buri, mas também de cerrado da região central de Minas Gerais (foto número 6), e de floresta da região Amazônica (fotos 1 e 2). Um outro álbum continha vinte e uma fotografias, cada uma delas destacando um tipo de espécie vegetal no primeiro plano da fotografia. Cada álbum foi apresentado separadamente ao agricultor, sendo que o primeiro foi o de vinte e quatro fotografias, seguindo pelo segundo de vinte e uma fotografias, e o terceiro e o quarto continham as mesmas vinte e quatro fotografias do primeiro.

Sendo assim, para o primeiro álbum o entrevistado descreveu cada fotografia de paisagem (grande parte de paisagens agrícolas), utilizando cartas de um baralho.

O que diferenciava cada tipo de carta era a informação que estava escrita nela. As doze informações possíveis eram: desmatamento; reflorestamento; floresta; mata; pasto; campo; silvicultura, área com pinus, área com eucalipto, Cerrado, área de produção agrícola, sendo que havia no baralho vinte e quatro cartas para cada uma dessas doze informações.

Tais termos foram retirados do cotidiano dos agricultores, técnicos e agrônomos de Buri, além de terem similaridades com os termos agrônômicos utilizados pelo pesquisador, assim indicando sua familiaridade com o local de estudo¹⁴. Muito diferente, por exemplo, de algumas palavras, termos ou expressões utilizadas em outras áreas de produção agrícola, por exemplo, no Rio Grande do Sul, como “coxilha”, “capão”, entre outros.

Uma carta do baralho que não continha nenhuma informação (carta em branco) servia também para que os agricultores adicionassem qualquer termo que eles desejassem ao conjunto de cartas do baralho, ou para a descrição direta da fotografia de paisagem que analisavam. Nesse sentido, essa etapa da pesquisa também permitia a captação de outros termos e palavras da cultura local.

Assume-se que os termos escolhidos para as cartas do baralho referentes à descrição das paisagens representem o signo mais fixado e estabilizado do elemento correlativo observado na paisagem. Vale lembrar que esses termos são considerados como enunciados, e não palavras soltas, que podem ser aplicadas em qualquer contexto. Sendo assim, no sentido de materializar e verificar os enunciados dos agricultores acerca da sua descrição das fotografias de paisagens, elaborou-se tal etapa da entrevista, como já mencionado anteriormente, influenciados pela técnica utilizada nos trabalhos de Sonnenfeld (1967). Deve-se ressaltar que a quantidade de cartas para descrição da paisagem de cada fotografia era livre, ou seja, o agricultor podia usar quantas cartas quisesse para descrever a paisagem. A figura 12 apresenta as miniaturas¹⁵ das fotos do álbum de vinte e quatro fotografias. A maioria das fotos foram retiradas no ano de 2014 pelo autor do presente trabalho, durante estudos de campo preliminares.

¹⁴ Antes da aplicação da metodologia em questão para realização do estudo de campo em 2014, dois estudos prévios foram realizados no município de Buri, identificando termos do cotidiano acerca da paisagem agrícola em Buri.

¹⁵ O tamanho original de cada fotografia está na dimensão de 20,5 x 15 cm

Foto 1

Foto 2

Foto 3

Foto 4

Foto 5

Foto 6

Foto 7

Foto 8

Foto 9

Foto 10

Foto 11

Foto 12

Figura 12 - Conjunto de fotografias de paisagens referentes ao primeiro, terceiro e quarto álbuns. Exceto as fotos 1, 2 e 24¹⁶, todas as outras são de Daniel Stella Castro, 2014.

Nesse álbum, apesar de serem vinte e quatro fotografias, e cada uma representar paisagens diferentes, quase todas podem ser agrupadas segundo os elementos que se destacam na fotografia. Assim, em função dos principais elementos comuns de cada fotografia de paisagem, pensou-se para esse álbum, sobretudo, para auxiliar a análise dos resultados, os seguintes agrupamentos de fotos: 1 a 3; 4 e 5; 6

¹⁶ Fotografias 1 e 2 feitas pela bióloga Isadora Soares Galvanese, 2012. Fotografia 24 de autoria anônima foi extraída de um banco de dados eletrônico de consulta pública.

a 8; 9 a 11; 12 a 14; 15 a 18; 19 a 21; 22 a 24. Esse mesmo agrupamento foi utilizado para analisar a correlação do uso da carta com o elemento observado na paisagem, conforme pode ser observado nos Resultados e Discussão. Vale ressaltar que o agricultor analisou foto a foto.

A análise das cartas utilizadas na descrição pelo agricultor pode auxiliar no entendimento se o uso de um determinado termo é feito de maneira genérica ou específica, se usado como sinônimo de outro termo, ou se um termo pode conter outro, tanto no sentido da qualificação e especificidade quanto em sua generalização.

Nesse contexto, a série de fotos 1 a 5 foi pensada para verificar a relação dos termos mata e floresta. A foto 6, paisagem emblemática do cerrado mineiro, com Buritis (*Mauritia flexuosa*) nas veredas, dispostos no primeiro plano da fotografia, teve o intuito de verificar a utilização da carta “cerrado”. No cotidiano de Buri, sobretudo a região do distrito de Aracaçu, é muito citada como paisagem característica de cerrado. Portanto, o intuito foi verificar o quão fixado está o termo cerrado em seus enunciados, para correlacionar com os elementos observados na paisagem.

A foto 14 é um exemplo de ausência de vegetação nativa. Nela, o objetivo é verificar se há confusão, entre eles, o que é nativo ou não. Ressalta-se que essa distinção também é verificada na parte da entrevista quando é analisado o álbum de vinte e uma fotografias.

No geral, a série de fotos (1 a 24) foi pensada para observar um aumento do uso da carta “mata” e uma diminuição do uso do termo floresta, no sentido da foto 1 para a 24. Conforme se observa as paisagens das fotografias, da primeira até a última, a paisagem cada vez mais é fragmentada em diversos campos de produção agrícola, reservando pequenas áreas (na escala da fotografia) de vegetação nativa.

Deve-se explicar também que o ponto de vista adotado nas fotografias de paisagens feitas pelo pesquisador, teve o intuito de representar a imagem que normalmente ele teve ao andar e visitar diversas áreas de Buri. Geralmente, as fotos foram feitas com o pesquisador em pé mirando a paisagem, na beira das estradas do município de Buri, com exceção das fotos 1 e 2 que foram retiradas por uma outra pessoa (bióloga Isadora Soares Galavanese) que estava sentada dentro de uma lancha ou barco, e a foto 24 que foi retirada de uma consulta a um banco de dados eletrônico (de acesso livre) de fotografias de reflorestamento.

Sobre o álbum de vinte e uma fotografias, o maior distanciamento ou não do foco sobre a vegetação nativa também teve a intenção de variar o campo visual do

observador. Nesse sentido, as fotos 1 e 2 têm um grande ângulo visual, mas menos elementos (gerais) que compõem a paisagem. A foto 4 foi feita pelo pesquisador em pé, mas em um ângulo oblíquo em relação ao fragmento florestal. A fotografia 5 é o mesmo fragmento representado na foto 4, porém em um ângulo frontal.

O resultado da descrição das fotografias referentes aos três álbuns de vinte e quatro fotografias de paisagens permite a formação de um enunciado, como será apresentado no capítulo dos Resultados. Também vale lembrar que se trata da análise de uma fotografia de paisagem, em que várias questões envolvidas no processo perceptivo são comprometidas, por exemplo, a questão da vivência e da memória que se tem de um dado lugar. De qualquer maneira, vinte fotografias são de paisagens agrícolas da região de Buri, e muitos dos entrevistados as reconheciam, como no caso da fotografia do rio Apiaí-Guaçu (foto nº 3) ou das fotografias 7 e 8 que ilustram áreas características da atual forma de cerrado em Buri.

Sobre o segundo álbum, de vinte e uma fotografias (apresentadas em miniaturas¹⁷ na figura 13), cada uma delas destaca um tipo de espécie vegetal no primeiro plano da fotografia. Nessa etapa, os agricultores deveriam escolher uma carta do baralho para cada fotografia. Esse baralho continha dois tipos de carta, uma trazia a informação “nativa” (referente à planta nativa) e a outra carta estava escrito “não nativa”. Havia também a possibilidade da escolha da carta em branco. O objetivo da análise das fotografias do segundo álbum é de verificar a familiaridade com o uso do termo planta nativa ou não nativa pelos agricultores, bem como o reconhecimento por eles das plantas nativas ou não nativas da região.

A referência da escolha pelo pesquisador das espécies vegetais destacadas nas fotografias entre nativas e não nativas foi a inserção e ocorrência delas na região geográfica onde o entrevistado possui sua propriedade rural. De maneira geral, são espécies bem comuns e conhecidas em Buri. Isso foi verificado tanto no cotidiano dos agricultores, quanto durante o trabalho de identificação das espécies nas diferentes posições geográficas do município, coordenado pelo buriense José Carlos Pezzoni, Engenheiro Agrônomo da prefeitura de Buri.

¹⁷ O tamanho original de cada fotografia está na dimensão de 20,5 x 15 cm.

Foto 1

Foto 2

Foto 3

Foto 4

Foto 5

Foto 6

Foto 7

Foto 8

Foto 9

Foto 10

Foto 11

Foto 12

Figura 13 - Conjunto de fotografias de espécies vegetais referente ao segundo álbum. Fotografias de Daniel Stella Castro, 2014, exceto foto 21, de Isadora Soares Galvanese, 2012.

Para análise, as vinte e uma fotografias foram agrupadas entre elas. Por exemplo, as fotos 4, 5 e 6 são da mesma planta, ou seja, planta inteira, tronco e fruto, respectivamente; a foto 7 e 8 é a planta inteira e tronco da mesma árvore, respectivamente. Isso foi feito com a intenção de facilitar a observação pelo agricultor no reconhecimento da espécie.

Quando não havia traço comum, elas foram agrupadas segundo oposição de seu significado, por exemplo, uma araucária e um pinus, no sentido de contrastar as respostas “nativa” e “não nativa”. Assim, os resultados discutidos dessa análise seguem o seguinte agrupamentos entre as fotos: 1 e 2; 3 e 20; 4 a 6; 7 e 8; 9 e 10; 11 e 12; 13 e 21; 14 a 16; 17 a 19.

O terceiro e o quarto álbuns continham as mesmas vinte e quatro fotografias do primeiro álbum, como já mencionado anteriormente. Assim, no terceiro álbum os entrevistados relacionaram cada fotografia a uma carta de um terceiro baralho. Esse baralho continha somente três tipos de cartas: a carta onde estava escrito “encontre-se no município”; outra carta escrito “não se encontra no município” e; a carta em branco.

No quarto álbum, o entrevistado usou cartas contendo valores de juízo para dar sua opinião sobre a paisagem observada em cada fotografia. O baralho para essa atividade continha dez tipos de cartas. Cada tipo de carta era caracterizado por apenas uma informação escrita nela. As dez informações eram: bom; ruim; certo; errado; concordo; discordo; favorável; desfavorável; necessário; desnecessário.

Deve-se destacar que para chegar nesse formato de coleta de dados no estudo de campo, em que a entrevista foi repartida em três partes, uso do tabuleiro contendo a imagem de uma área recoberta com vegetação nativa (com características da vegetação nativa predominante em Buri atualmente, fato da ausência de araucárias nessa imagem), entrevista semiestruturada e uso das cartas para descrição das fotografias de paisagens agrícolas e espécies nativas de Buri, dois estudos de campo prévios foram realizados no município de Buri, e um anterior a esses dois, em Entre Rios, distrito do município de Guarapuava, estado Paraná. Portanto, após percorrer todos esses testes prévios, chegou-se ao formato final, apresentado nos parágrafos anteriores, em que no total, as três etapas juntas e aplicadas na ordem descrita levavam em média 1 hora por agricultor entrevistado.

Os dados dessa fase compilatória foram registrados e armazenados num banco de dados digitais de processamento de textos, tabelas, imagens e sons. A análise dos dados da fase compilatória, foi organizada em função de alguns grupos pré-definidos, que se referem às seis unidades da paisagem de Buri descritos anteriormente.

Deve-se destacar que a lógica operacional empregada no processo de coleta e análise dos dados para a metodologia apresentada no presente capítulo, pautou-se em Libault (1971), acerca dos quatro níveis da pesquisa geográfica: o nível compilatório; o nível correlatório; o nível semântico e; o nível normativo.

Sendo assim, a partir desses agrupamentos de respostas segundo os agrupamentos de fotografias de cada álbum, os dados compilados foram analisados dentro de cada grupo de fotografia e comparados entre eles, além de serem

comparados entre os grupos pré-definidos de paisagens de Buri. O principal intuito disso foi identificar a existência de algum padrão nos dados coletados, que posteriormente pudessem ser ligados a algum traço comum característico, considerando os agricultores entrevistados, no seu olhar sobre a vegetação nativa.

Para tanto, foram feitas regressões lineares e comparações das respostas dentro de cada grupo. Com isso, tentou-se verificar a generalidade do uso de um determinado termo, comportamento entre termos como sinônimos; correlação entre o termo e o elemento observado presente na paisagem.

Conforme já apresentado no referencial teórico acerca da paisagem, assumiu-se a paisagem como categoria de análise e ordenação da investigação sobre os elementos presentes na prática agrícola do agricultor acerca de sua relação com a vegetação nativa. Contudo, considerando os limites e as falhas da paisagem como categoria de análise integradora e sintetizadora das ações do homem no ambiente¹⁸, para investigar e entender o agricultor percebido no seu olhar sobre a vegetação nativa também foram empregados alguns conceitos como, a palavra entendida como signo, a entonação da enunciação/enunciado, as vozes dos outros e polifonia, para posterior análise do diálogo estabelecido na entrevista com o agricultor. Esses conceitos são tomados e entendidos dentro da lógica empregada na análise do discurso, especificamente pautados no método sociológico dialógico de análise de um determinado discurso (BAKHTIN, 2003 [1979]; GRILLO, 2006; MOURA-VIEIRA, 2009; BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2010 [1929]). A análise dos enunciados entra como técnica auxiliar à análise da paisagem.

Apesar da tese central nesse trabalho pautar-se na afirmação intuitiva que existe um padrão na maneira como os agricultores percebem a vegetação nativa, considerando que esse padrão é o resultado do percebido pelo pesquisador, deve-se lembrar que, na presente pesquisa, os enunciados a serem analisados não estavam dados previamente, pois foram construídos na relação entre o agricultor, o pesquisador e o assunto (vegetação nativa) na realização da entrevista.

Nesse sentido, pode-se assumir que na situação da entrevista, o pesquisador pode ser também para o agricultor a representação de um interlocutor concreto, sobre o assunto em questão e, sobretudo, em temas relacionados à questão da conservação

¹⁸ Discussão exemplificada no item 2.3.3 Espaço e paisagem do capítulo referencial teórico do presente trabalho, a partir de dois artigos publicados na revista francesa "Hérodote", um de Santos (1978) e outro de Raffestin (1978).

ambiental, o papel do Estado, fiscalização etc. Assim, há de se considerar que a construção do enunciado do agricultor se dá nessa relação, entrevistado/entrevistador e o assunto em questão. Ressalta-se então, que estão presentes nessa relação, sobretudo, o *ethos* e o *pathos* do entrevistador projetados antes e durante a entrevista.

4 – O município de Buri e seus agricultores

4.1 – Antecedentes históricos do município de Buri

Entre o fim do século XIX e os primeiros anos do XX, nas cercanias de Buri, antes do estabelecimento do ramal Itararé da linha ferroviária Sorocabana, ainda havia reminiscências do que fora uma importante atividade de comercialização de muares entre as porções sul e sudeste brasileira, tendo como um principal ponto de entreposto a região do atual município de Sorocaba. O fluxo comercial por tais rotas foi muito ativo no século XVIII, e, entre algumas rotas, uma delas passava pelas áreas dos atuais municípios de Itapeva, Ponta Grossa, já no estado do Paraná, Lajes, até Vacaria, no Rio Grande do Sul. Buri, que se emancipara em 1921 do município de Itapeva (antigo município de Faxina), situa-se nessa antiga rota dos muares entre Sorocaba e a parte meridional brasileira.

As primeiras aglomerações de estabelecimentos comerciais e moradias na atual região de Buri se dão nesse contexto dos tropeiros com seus animais em deslocamento para comercialização. Conforme João Brazílio Ramos (agricultor entrevistado), engenheiro aposentado da Fepasa, um dos possíveis locais no município em que se iniciaram os primeiros adensamentos de casas e estabelecimentos comerciais aconteceu em locais onde era possível realizar a travessia do rio Apiaí-Guaçú. As nascentes desse rio estão no município de Apiaí, percorrendo municípios vizinhos ao sul de Buri, como Ribeirão Branco, atravessa todo o município de Buri, em que recebe as águas do Apiaí-Mirim, antes dos limites da cidade, indo desaguar no Paranapanema, no limite norte de Buri. Assim, segundo o senhor João, “ [...] era próximo ao vau que as invernadas surgiam e se atravessa o rio. [...] A vila surge com os tropeiros e depois se desenvolve com as ferrovias”. Na época da proclamação da república, Buri era um povoado conhecido como Porto do Apiaí (IBGE, 2015).

No contexto das expansões da cafeicultura e das ferrovias, pode-se dizer que Buri teve um desenvolvimento econômico distinto das regiões que tiveram influência direta das linhas férreas no sentido noroeste do estado de São Paulo. Saindo de Buri,

em direção ao norte do estado, através da Depressão Periférica, ao passar pela região das cuestas e chegando aos espigões, localizam-se os municípios que tiveram diretamente influência da “marcha para Oeste”, expressão utilizada por Monbeig (1998 [1952], p 23). Assim, de certa maneira, no sentido dos fluxos econômicos polarizados nos centros urbanos mais antigos e com expressão política e força econômica, Buri desenvolvia-se a reboque de Itapetininga e Sorocaba.

Vale destacar que a noção de modo de vida rural a partir da ideia de meio rural, no sentido de condicionamento do espaço para a produção, sua organização acontecendo ao mesmo tempo em que a população se dá nesse espaço, se reconhece e se desenvolve nele, configurando numa paisagem rural (GEORGE, 1982), não mais encontraria reflexo em Buri. Essa situação se dá pelo fato do modo de vida predominante em Buri ser urbano hoje em dia, assim como pode-se deduzir que também seja em várias outras áreas de produção agrícola do estado de São Paulo. Entretanto, considerando o contexto do presente trabalho, tal assertiva restringe-se ao município de Buri. Tal raciocínio não pode ser feito aos demais municípios e regiões do estado de São Paulo, e muito menos a outras regiões brasileiras, em que muito provável, conservam o aspecto do modo de vida rural a partir da ideia de meio rural descrita anteriormente.

Assim, com intuito de caracterizar tal noção de modo de vida rural que se coloca em questão para Buri, toma-se como exemplo o trabalho realizado por Antônio Cândido (2010 [1964]) em “Parceiros do Rio Bonito, onde alguns grupos sociais foram estudados no município de Bofete em 1948 e 1954. Vale lembrar que nesse período Antonio Cândido estudou diversos outros grupos rurais, enfocando o meio de vida caipira em diferentes municípios de estado de São Paulo, e também de outros estados, como Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará. Nesse sentido, a região do município de Buri atual em nada se assemelha, por exemplo, à região de Bofete estudada por Antonio Cândido (2010 [1964]) em “Parceiros do Rio Bonito”. Buri é um município em que sua zona rural é caracterizada com os moldes de vida urbano. A pessoa trabalha na agricultura, mas vive nos mesmo moldes que se vide na cidade de Buri, ou ao menos busca tal modo de vida da zona urbana de Buri, ou das outras zonas urbanas dos municípios vizinhos, dentre os quais exercem uma certa polaridade na região (econômica, cultural e ideológica).

Acredita-se que a predominância do modo de vida rural em Buri poderia ser considerada, por exemplo, na época em que seus moradores levavam por volta de

nove a dez horas de viagem de trem para chegar em São Paulo, como relatado durante entrevista pelos irmãos Paslar sobre a infância deles nas décadas de 1930 e 1940. Constata-se também tal predominância nos relatos dos agricultores entrevistados, sobretudo no grupo acima de sessenta anos, relacionados aos deslocamentos de porcos pelos campos de Buri, para serem comercializados em cidades vizinhas.

Portanto, considerando o entendimento da noção de modo de vida rural, por exemplo, a partir da ideia de meio rural em George (1982), mesmo com a atividade agrícola em Buri sendo realizada na zona rural, tal localidade não mais determina os hábitos e conseqüentemente o modo de vida atual, que é predominantemente urbano. Isso não quer dizer que não exista uma nova ruralidade, e muito menos não exista mais a relação cidade e campo, ou rural e urbano. A questão é que para além de toda abrangência que a noção do termo rural possa abarcar, como os hábitos, costumes, entre outros aspectos culturais, as marcas que caracterizam atualmente o modo de vida em Buri já são mais influenciadas por aquilo que se passa e determina o modo de vida urbano, sobretudo nos municípios vizinhos de Buri, que exercem uma certa polaridade na região, do que por sua origem rural e a permanência da agricultura, de modo geral, como a principal atividade econômica no município.

Vale lembrar que a própria prática agrícola também se modificou, e que em certa medida, a despeito das mais variadas características paisagísticas acerca da vegetação nativa, por exemplo, no estado de São Paulo, a homogeneização das técnicas agrícolas também influenciou na formação de paisagens agrícolas semelhantes no cenário rural.

De qualquer maneira, há em Buri casos como de um agricultor de setenta anos que reside em uma casa com as paredes feitas de barro, sem forro no teto, mas já com telhas de cerâmica, pé direito baixo e praticamente sem portas nos poucos cômodos da casa. Entre os noventa agricultores entrevistados e tantos outros visitados antes e durante a pesquisa, foi o único que ainda apresentou alguns sinais de um modo e costume de vida que se assemelha aos modos caipiras, como nas descrições do caipira da obra “Parceiros do Rio Bonito” (Candido, 2010 [1964]), ou à uma certa noção que se tinha de um modo de vida rural, como demonstrado nos parágrafos anteriores. Na propriedade desse agricultor entrevistado, há um ribeirão batizado com o sobrenome de sua família.

Outras formas sociais também influenciaram na formação econômica social em Buri, como no bairro do Chapeuzinho, em que havia uma colônia de húngaros, com padre húngaro e escola para os filhos de húngaros. Entretanto, essa realidade foi anterior à infância dos entrevistados, que já estudaram nas antigas escolas dos bairros rurais. Muitas dessas escolas se formavam nos cômodos cedidos por algum sitiante ou fazendeiro local. Nesse mesmo bairro também se encontram segunda, terceira e quarta geração de descendentes de russo e alguns poucos alemães.

A imigração italiana também se deu nos campos de Buri. Segundo os relatos dos integrantes da família Pezzoni, José Carlos, Roberto, Valdomiro e Marcos, talvez a primeira madeireira instalada no município tenha sido a do bisavô deles, Mário Pezzoni. O avô, Armando Pezzoni, já agricultor e produtor de leite, retirou bastante madeira das áreas de Buri, conforme relato do neto Marcos.

O trabalho de desmatamento e corte de madeira para vender às companhias ferroviárias foi uma prática extensamente realizada no Estado de São Paulo, relatada por Dean (1996) e, de certa maneira, também em alguns trechos por Löefgren (1903). Na Secretaria da Agricultura, já sob administração de Edmundo Navarro de Andrade, por volta de 1911 o governo de São Paulo implantou como política o incentivo à substituição da área com espécies arbóreas nativas por espécies exóticas, por exemplo, o Eucalipto (*Eucalyptus* sp.). A diretriz dessa política pública pode ser interpretada na própria divisão dos tipos de vegetação a serem conservadas no texto do primeiro Código Florestal de 1934.

Nesse contexto da criação das leis gerais para as florestas, água, subsolo etc, no início da era Vargas, da criação do Instituto do Pinho (que foi posteriormente incluído ao IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – e posteriormente ao Ibama) é que uma área imensa foi desmatada entre Buri e Capão Bonito, para a formação do Parque Florestal Getúlio Vargas, atual Floresta Nacional (Flona) Capão Bonito Buri (atualmente a Flona tem 4.344 hectares). Nela foi plantada a araucária (*Araucaria angustifolia*) para exploração comercial da madeira, e para fins experimentais e posterior comercialização, foram introduzidas algumas espécies de pinus, entre eles o *Pinus elliottii*.

O senhor José Souto, agricultor entrevistado em Buri e que ainda reside próximo ao ribeirão dos Souto, relatou que havia uma fazenda de café próximo à sua propriedade, mas que não tinha o conhecimento de outras em Buri. Assim, além da extração da madeira e das madeireiras, pode-se dizer que, na perspectiva de

atividade agrícola em Buri, a principal exploração, no sentido econômico e financeiro era, a cultura de algodão. Ao mesmo tempo, a já antiga prática de criação de porcos, com seus deslocamentos pelos campos, entre locais de comercialização, era também uma fonte econômica e financeira muito relevante na região.

Deve-se ser lembrada a Revolução de 1932, durante a qual Buri foi local de embates entre as tropas paulistas e da federação. Filhos e netos dos moradores locais que presenciaram o conflito, relataram (segundo o que lhes foi contado pelos familiares) que na época do conflito o município ficou paralisado economicamente, muitas famílias que tinham condições financeiras deixaram a região.

Na cidade de Buri existiam duas algodozeiras e no atual distrito de Aracaçu também funcionava outra. “O algodão era a soja de hoje”, segundo Pedro Paslar. As algodozeiras funcionaram até 1950 em Buri, aproximadamente. Sem mais a demanda por algodão na região, os agricultores tiveram de ajustar-se à nova realidade. A pecuária, sobretudo a produção de leite, que já era praticada na região, passa a ganhar expressão na conjuntura econômica local.

A produção de porcos e o pastoreio de rebanhos de porcos deslocados para a venda em municípios vizinhos também foi uma atividade de destaque econômico, até a primeira metade do século XX, em Buri. Com a substituição gradativa dos produtos derivados da suinocultura no decorrer do segundo período, essa atividade também diminuiu paulatinamente. A criação de porcos também teve de se adaptar às novas demandas da suinocultura. Portanto, um contexto diferente começa a se implantar inicialmente em regiões centrais com a última revolução agrícola, a motomecanização, (MAZOYER E ROUDART, 2001; ROMEIRO, 2007), depois integrando-se e se irradiando pelas áreas de produção agrícola brasileira.

4.2 – As paisagens rurais do município de Buri

Atualmente, as culturas anuais chamadas “culturas de verão”, como o milho, a soja e o feijão, e de inverno, no caso o trigo, têm grande participação nas áreas agrícolas de Buri. Segundo o relato dos entrevistados, na paisagem de Buri as plantações de soja começam a destacar-se a partir da segunda metade da década de 1990.

A pecuária bovina também tem grande expressão na composição do PIB (Produto Interno Bruto) municipal. Há criação de búfalos, porém apenas em uma propriedade, conforme identificada durante o trabalho de campo. A pecuária leiteira passou por uma fase de grande queda em sua produção, durante a década de 1990, em função dos preços e das novas regras para a comercialização do leite exigidas pela Vigilância Sanitária, bem como pela concorrência dos grandes laticínios. Contudo, após essa crise na produção leiteira, a atividade em Buri retomou sua importância, com a organização dos produtores locais, a instalação de uma cooperativa no município vizinho, em Taquarivaí, e os auxílios de compra de leite fornecidos pelo Estado brasileiro dentro do Programa de Aquisição de Alimentos.

A produção de madeira em tora e em lenha tem importante participação no PIB municipal, assim como a extração de resina. Sem considerar as extensas áreas de plantio de pinheiro ou pinus (*Pinus sp.*) e eucalipto (*Eucalyptus globulus*) realizadas por grandes empresas, como a Fibria, Duratex, ou da própria Eucatex, que no passado, provavelmente até metade da década de 1990, empregava muitos burienses, inclusive alguns entrevistados chegaram a trabalhar nela. Vale lembrar também, a intensa exploração da árvore símbolo do estado do Paraná, a Araucária - *Araucaria brasiliensis* - sobretudo nos municípios vizinhos, ao sul e sudeste de Buri, sentido Paraná, e muito provável em toda porção sul de Buri.

Nenhum agricultor entrevistado (em 2014), com sessenta anos ou mais relatou que ele ou seus familiares tivessem o hábito de comer os pinhões. A Araucária foi plantada na Floresta Nacional Capão Bonito Buri (antigo Parque Floresta Getúlio Vargas) a partir de 1945 e a Araucária leva em média quinze anos para produzir os primeiros frutos.

Nesse sentido, pela observação na paisagem de Buri, da presença de indivíduos (Araucária) isolados principalmente na porção sul de Buri, como mostra a figura 14, e as vezes em conjunto de duas outras ou um pouco mais, não se pode afirmar nesse trabalho que a Araucária tinha presença marcante em Buri, como é comum escutar histórias dela na paisagem de Capão Bonito. De qualquer maneira, a existência de Araucárias somente no sul de Buri, justifica a subdivisão de unidade da paisagem do grupo sul, decidida num primeiro momento (como apresentada na Metodologia). A classificação por fitofisionomia vegetal (por exemplo do IBGE) não esclarece muito a subdivisão dessa área, porque nela Buri insere-se em um longo

trecho de transição entre Floresta mista e Cerrado (Savana), extrapolando e área de ocorrência de Araucária na paisagem atual de Buri.

Figura 14 - Fragmento florestal, Araucária e mata ciliar.
Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Pode-se dizer que a citricultura tem alguma expressão em Buri, considerando postos de trabalho, renda etc. (Fundação Seade, 2010). A fazenda Califórnia, muito próxima à cidade, é um dos exemplos de tal atividade no município. A suinocultura também tem relevância no PIB do município (Fundação Seade, 2010).

A partir do tratamento, feito no ILWISS 3.3 Academic, por meio de filtros de imagens de Buri de 03 de agosto de 2012, do satélite P6 LISS 3, das bandas 4, 3 e 2 (INPE, 2012), foi gerado uma imagem de composição colorida de Buri, colocando a banda 4 na faixa do vermelho, a banda 3 na faixa do verde, e a 2 na faixa do azul, e resultando em diferentes tons de vermelho para vegetação existente no município. A partir dessa imagem de composição colorida, foi feita uma análise de reconhecimento de determinados pontos dela nos correspondentes locais do município, para se construir uma representação do uso da terra em Buri e de sua área conservada com vegetação nativa, como mostra a figura 15.

Figura 15 - Uso e ocupação da terra no município de Buri.
 Fonte: INPE (2012)

Nas áreas com a topografia mais ondulada, relevo com colinas dissecadas e morros baixos, por exemplo, como no bairro Laranja Azeda, as áreas de produção tendem mais para pastagem, plantio de eucalipto e pinus. Em algumas áreas de inclinação suave, por volta de 5%, foi observado em poucas áreas o plantio de soja. Mas a paisagem agrícola predominante nesse bairro, que está inserido no grupo oeste, é de pastagem, pinus e eucalipto. Mais a oeste de Laranja Azeda, nos bairros de Matão e Enxovia, por exemplo, essa mesma composição de elementos repete-se na paisagem, porém na região desses bairros, o relevo tende a ser um pouco mais ondulado, apresentando maior declividade em alguns trechos.

Os três bairros citados acima (de Laranja Azeda, Matão e Enxovia) estão no Planalto Ocidental Paulista, portanto, numa altitude superior às outras regiões do grupo centro, centro sul, leste e sul, situadas na Depressão Periférica. Nela estão, por exemplo, o Distrito de Aracaçu, bairro do Barreiro, Chapeuzinho, entre outros. Nesse sentido, a paisagem se altera, a declividade é bem menos acentuada, em um relevo de colinas amplas e morros desgastados. O próprio nome “Chapeuzinho” origina-se de um morro destacado na ampla área de colinas suaves. Esse morro, no passado, era coberto de vegetação nativa nas áreas mais íngremes, pois ao redor, já tinha sido desmatado, segundo o relato de um agricultor desse bairro, o senhor Carlos Horti. Nessas áreas fora do Planalto Ocidental Paulista, é possível observar uma maior predominância de plantio de soja, milho etc, intercaladas entre algumas áreas com pastagem. Ocorre também, áreas com plantio de eucalipto, e pinus em trechos menores.

Na porção sul do município, também na depressão periférica, com podzólicos caracterizando uma parte dos solos dessa região (parte do trecho sul do grupo centro sul), na paisagem agrícola aparecem as Araucárias, como já mencionado anteriormente. Pode-se dizer que áreas com pinus ocupam uma porção de terra maior do que no grupo leste e centro. No grupo centro, a silvicultura caracteriza-se praticamente por eucalipto.

Em relação à vegetação nativa nas áreas de produção, o observado, considerando a imagem de satélite apresentada na figura 15 com a identificação da vegetação nativa pelas manchas em amarelo, e visitas locais em algumas propriedades, foi a repetição de um padrão em todos os grupos. Portanto, na relação área de produção e área de vegetação nativa, por exemplo dentro de cada propriedade, são preservadas as beiras dos cursos d’água e, quando muito, dessas

áreas se forma uma outra, o que seria a Reserva Legal. Não foram mensurados os cursos d'água e as áreas de Preservação Permanente, para verificar se as regras do Código Florestal foram cumpridas. Era muito comum encontrar ribeirões, açudes e trechos de rios sem vegetação nativa.

Ainda que em Buri possam ser encontradas poucas áreas de fragmentos florestais sem aparente conectividades. Entretanto, a avaliação do estado dos fragmentos, bem como das aparentes conectividades não foram analisadas na presente pesquisa. Todavia, acredita-se que a pressão exercida sobre eles pelas práticas agrícolas realizadas em Buri, seja negativa à manutenção de seus aspectos ecológicos.

Independentemente da localização da propriedade agrícola visitada em que se realizou a entrevista, nos seis grupos de paisagens pré-determinados para o estudo em Buri, os desenhos dessas unidades de produção tendem a apresentar um padrão que se reflete na paisagem agrícola, promovendo cada vez mais uma homogeneização delas, como pode também ser verificado em outras paisagens agrícolas do estado de São Paulo, no que tange a relação entre área de produção e área com vegetação nativa.

As figuras 16 e 17 apresentam fotografias feitas no bairro Enxovia, mostrando o encontro do limite do plantio de trigo com início da mata ciliar.

Figura 16 - APP e área de plantação de trigo no bairro Enxovia. Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Figura 17 - Vegetação nativa em APP na transição para a área de plantação de trigo. Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Portanto, as fotografias de paisagens agrícolas representadas nas figuras 16 e 17 apresentam o padrão mencionado anteriormente da relação entre área de produção e área de vegetação nativa, estas na maior parte encontradas ao longo dos cursos d'água, ligando-se em muitas áreas do município a fragmentos florestais.

Deve-se dizer também que observações sobre o cotidiano de Buri, conversas com produtores e profissionais da região, e até algumas visitas a áreas de produção nos municípios vizinhos, como em Itaberá, Capão Bonito, Paranapanema, forneceram informações importantes no que diz respeito à paisagem agrícola da região.

Nesse contexto, não se deve deixar de comentar a importância da Flona na formação social e econômica da região de Buri. Além de ser uma importante referência, no passado, para contratação de mão de obra na região, extração de resina e corte de madeira, na Flona funcionou por muito tempo uma escola de primeiro grau (Escola de primeiro grau professora Vicentina Azevedo Minhoto) que atendia aos filhos dos funcionários e às crianças que moravam nas propriedades das cercanias. Pelo menos três gerações de burienses entrevistados estudaram na escola, que foi desativada desde a criação do Instituto Chico Mendes (desmembramento de uma parte do IBAMA), segundo o relato de alguns agricultores entrevistados. Pode ser que

a desativação da escola tenha acontecido antes da criação do Instituto Chico Mendes, talvez no início dos anos 2000.

5 – Os agricultores de Buri entrevistados acerca do seu olhar sobre a vegetação nativa

Sobre o teste da metodologia proposta na presente pesquisa, deve-se reforçar a ideia de que os dados analisados e discutidos não têm o objetivo de afirmar como é ou como se dá a relação dos agricultores entrevistados com a vegetação nativa em sua prática agrícola, pois esses dados representam apenas um momento vivido entre o pesquisador e o agricultor durante a realização da entrevista. Com isso, afirma-se que os enunciados dos agricultores durante a entrevista se constroem na interação entrevistador e entrevistado. Isso também não quer dizer que o agricultor enunciou somente o que o entrevistador desejava. O objetivo principal nesse trabalho é apontar elementos que sirvam para uma reflexão presente e posterior sobre como o pesquisador analisou o agricultor percebido acerca do tema da vegetação nativa.

Em função da importância da cultura e da história dos agricultores locais para o estudo da maneira como eles relacionam-se com o meio, a partir das entrevistas semiestruturadas gravadas (áudio e vídeo), considerou-se principalmente os enunciados dos agricultores mais velhos (com sessenta anos ou mais) acerca dos testemunhos sobre as plantas nativas, práticas agrícolas etc, pois assumiu-se nessa pesquisa que o agricultor mais velho é um dos principais elos entre a prática agrícola pretérita e atual, sobretudo entre agricultores da mesma família. Assim, foi na enunciação e no enunciado do agricultor mais velho que se buscou sinais da relação do agricultor com a vegetação nativa na prática agrícola.

Chegou-se a essa idade de sessenta anos em função da implantação nas terras de Buri da tecnologia da mecanização e utilização de adubos na produção agrícola, entre o final da década de 1960 e início de 1970. No Brasil, de maneira geral, considera-se que o processo da motomecanização (ROMEIRO, 1998; MAZOYER E ROUDART, 2001;) é instalado pouco antes da década de 1960, mas que se dissemina mesmo a partir dessa década.

Com o auxílio do engenheiro agrônomo José Carlos Pezzoni e do médico veterinário Luis, funcionários da secretaria municipal de agricultura, inicialmente foram identificadas as propriedades agrícolas, quando possível, identificando os limites de cada uma numa figura do município de Buri elaborada a partir de imagens orbitais do Satélite P6 LISS3 com os registros de dados da região de agosto de 2012. Deve-se

ressaltar também a colaboração do médico veterinário doutor Thiago Braga Izidoro, funcionário da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Nessa atividade inicial para definir a localidade das entrevistas com os agricultores foi solicitado tanto ao Jose Carlos Pezzoni quanto ao Luis que eles listassem e identificassem no mapa propriedades agrícolas contempladas em distintas porções do município, tendo como referências as regiões dos seis grupos apresentados na Metodologia. Posteriormente, também foi consultado o banco de dados digital do acervo fundiário do INCRA. Segundo o IBGE (2006), em Buri há trezentos e noventa e três (393) estabelecimentos agropecuários. Ao todo foram identificadas e delimitadas cento e quarenta e cinco propriedades (145), sendo que somente em cento e oito (108) delas foi viabilizada a visita e realização da entrevista com os agricultores, como mostra a figura 18. Nela evidencia-se a maior concentração de propriedades visitadas, como posterior realização das entrevistas, nos grupos centro sul, centro e oeste.

Como mencionado na metodologia, buscou-se realizar o máximo possível de visitas e entrevistas com os agricultores em cada uma das seis subdivisões da paisagem, com o intuito de orientar a realização das entrevistas. De qualquer maneira, durante a realização das entrevistas o que imperou foi um misto desse critério em conjunto com a aleatoriedade da concretização da entrevista. Às vezes, o produtor estava fora de Buri, as vezes não queria participar, e muitas vezes um agricultor indicava o vizinho, ou alguém da família, ou de relações de amizade. Esse processo promovia muitos deslocamentos não previstos e planejados no mapeamento das possíveis propriedades a serem visitadas para a realização das entrevistas. Cabe destacar que a maioria dos produtores residem em suas propriedades agrícolas.

Figura 18 - Propriedades rurais delimitadas e visitadas no município de Buri.

5.1 – O perfil econômico e sociodemográfico dos agricultores entrevistados de Buri

Em função dos agricultores entrevistados, a maioria em suas propriedades agrícolas (figura 18), seguem algumas observações sobre grau de escolaridade, idade, e principais atividades agrícolas.

O gráfico 2 apresenta a distribuição das idades dos agricultores em cinco faixas: 18 a 30 anos; 31 a 45 anos; 46 a 59 anos; 60 a 74 anos; 75 anos ou mais.

Gráfico 2 - A idade dos agricultores entrevistados em cinco faixas de idades: 18 a 30 anos; 31 a 45 anos; 46 a 59 anos; 60 a 74 anos; 75 anos ou mais.

Considerando as cinco faixas de idades estabelecidas aos agricultores entrevistados, o gráfico 3 apresenta a distribuição da idade dos agricultores entrevistados em relação ao grau de escolaridade deles.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade¹⁹ dos agricultores entrevistados em função da distribuição de suas idades.

O gráfico 4 apresenta as principais atividades agrícolas presentes nas propriedades visitadas dos agricultores entrevistados.

Gráfico 4 - Número de propriedades visitadas em que se realizou a entrevista em função da frequência das atividades agrícolas desenvolvidas nelas²⁰.

¹⁹ Ensino Fundamental 1 – (EF1); Ensino Fundamental 2 (EF2); Ensino Médio (EM); Ensino Técnico (ET); Ensino Superior (ES).

²⁰ Frutas, verduras e legumes (FLV).

A distribuição dos tamanhos das propriedades agrícolas agrupados em cinco faixas de tamanhos são apresentados no gráfico 5.

Gráfico 5 - Tamanho das propriedades agrícolas em função do número de propriedades visitadas em que se realizou a entrevista.

Nas pequenas propriedades agrícolas de atividade familiar em Buri em relação ao universo de agricultores entrevistados, de maneira geral, com uma ou outra exceção, correspondem às áreas menores do que 25 hectares. Nelas, geralmente, mais de uma entrevista foi realizada, pois na mesma área os pais haviam separado uma pequena parte para a produção do filho, já casado e também com filho. Traço comum nessas entrevistas era participação da esposa e do marido.

Gostaria de chamar atenção ao fato da Elisabete Raffaelli ser a única mulher entrevistada no grupo centro sul que é proprietária e está à frente da administração das suas atividades na propriedade.

No grupo norte há a Edite Lopes Ferreira Seawrite, que dentre outras produções agrícolas também cultivava rosas em Buri (recentemente havia repassado a responsabilidade para sua sobrinha, que mora na propriedade vizinha) no bairro dos Ferreiras ou Indaiatuba.

No grupo oeste tiveram os casos da Maria Zenaide Vieira, pecuarista em Buri e dona de supermercado em Boituva, que agora está com sua filha, e a Divanil Jose de Oliveira Antunes e sua filha Maria Luiza Moreira Antunes, produtoras de queijo mussarela em Buri com marca própria, “Dona Diva”, e que é distribuída na região etc.

No bairro do Lajeado, há a agricultora Andrea Gonçalves na condição de chefe de suas atividades.

Esses casos sinalizam a presença marcante da mulher na atividade agrícola de Buri. Acredita-se que isso se dê, sobretudo, em função do tipo de agricultura praticada, geralmente no molde da agricultura familiar ou com poucos funcionários. A participação da mulher na atividade agrícola tem a mesma posição de importância do homem, principalmente sobre o que será cultivado, como será feito, entre outras atividades inerentes à agricultura.

No caso das situações das mulheres destacadas acima, como elas sempre estiveram presentes nas atividades da produção agrícola, numa situação de produção familiar em suas próprias propriedades, como o falecimento ou separação do marido, a continuidade de seu trabalho na atividade agrícola deu-se diretamente.

O bairro Indaiatuba ou dos Ferreiras (como é chamado localmente) tem esse nome em função da família que no passado era proprietária de grandes extensões de terra. O agricultor Paulo Ferreira é descendente direto da família dos Ferreiras. A senhora Edite em seus relatos durante a entrevista não apontou nenhum traço de parentesco com a família dos Ferreiras.

O senhor Paulo Ferreira produz soja, milho e trigo (no inverno) com a utilização de sistema de irrigação por pivô central (que na imagem orbital de satélite - ilustrada no início desse capítulo - são as formas circulares na superfície do terreno). O tipo de prática agrícola realizado pelo Paulo é o comum em Holambra II, localizado no município de Paranapanema que faz vizinhança na porção noroeste de Buri. Em função da proximidade à Holambra II e definitivamente pela característica do relevo mais plano, a predominância de agricultura irrigada por pivô central no município de Buri concentra-se no extremo noroeste do município. Além do Paulo ser associado à cooperativa de Holambra II ele também reside lá.

Diferentemente da maioria dos entrevistados e da realidade atual da paisagem agrícola em Buri, três grandes propriedades visitadas são administradas nos moldes de uma verdadeira empresa (rural ou agrícola), com diversos funcionários, instalações que pareciam alojamentos e refeitórios (não tive certeza, pois somente observei externamente tais construções). Nessa condição, quem participou da pesquisa foi o gerente, pois nas três o proprietário não estava no local e também não morava no município.

Na propriedade da família do João Paulo, em que aconteceram três diferentes entrevistas, com seus irmãos e com seu pai, Senhor Arnaldo Moraes, destaca-se o cultivo de tomates orgânicos por João Paulo. A agricultura em ambiente controlado em estufas tem sido uma alternativa cada vez maior nas pequenas propriedades agrícolas de Buri. Entre os noventa entrevistados, somente o João Paulo faz agricultura nos moldes da certificação orgânica. Seu tio Fernando Moraes foi um dos precursores na região. Em Buri, as pequenas propriedades de produção agrícola ainda são predominantes, apesar das inversões já em andamento em função do avanço dos arrendamentos de terra para a produção de soja.

5.2 – Os diferentes padrões de respostas dadas pelos agricultores entrevistados acerca de seu olhar sobre a vegetação nativa e não nativa

Após tais considerações sobre o desenvolvimento e características econômicas e sociais de Buri, iniciemos a exposição dos dados coletados referentes aos álbuns de fotografias analisados pelo agricultor. Como descrito na Metodologia, as fotografias foram agrupadas em dois, três ou quatro blocos na consolidação das respostas dos agricultores, em função da presença de elementos comuns entre elas. Esse traço comum entre determinadas fotos não era declarado ao entrevistado.

Dos seis grupos de agricultores formados, segundo o critério da paisagem, as análises em seguida referem aos grupos oeste, centro e centro-sul, pois são os que tiveram maior número de entrevistados. O número de agricultores em cada grupo é: norte, com 4; centro, com 15; oeste, com 19; leste, com 13; centro sul, com 37 e; sul, com 2. As tabelas contendo os dados na sua forma original destes três grupos, podem ser consultadas no anexo I (grupo centro sul), anexo II (grupo centro) e anexo III (grupo oeste).

Como explicado no início deste capítulo, não foi possível entrevistar o mesmo número de agricultores dentro de cada um dos seis grupos de unidade de paisagem definidos para Buri. Isso se deu, sobretudo, em função da influência da aleatoriedade existente no processo de concretização da entrevista. Portanto, do total de cento e quarenta e cinco propriedades delimitadas, foram realizadas cento e dez entrevistas, sendo que dessas, no tratamento das informações, de maneira homogênea e que

permitisse comparações e análises, foram utilizados os dados de noventa delas. Deve-se lembrar que além de dois agricultores não terem sido entrevistados na zona urbana de Buri, os limites de suas propriedades não foram delimitados.

Assim, para o primeiro conjunto de fotografias de paisagens analisadas (fotos 1, 2 e 3) seguem os resultados das repostas em função das cartas (desmatamento; reflorestamento; floresta; mata; pasto; campo; silvicultura; área com pinus; área com eucalipto; Cerrado, e; área de produção agrícola) escolhidas pelos agricultores.

Figura 19 - Fotografias 1, 2 e 3 do álbum descrição de paisagem e gráficos dos grupos oeste, centro e centro sul sobre as descrições das fotografias de paisagens.

No eixo y do gráfico está o percentual de pessoas que escolheram uma determinada carta para descrição de determinada fotografia de paisagem. No eixo x está o número da fotografia analisada. Assim, para a foto 1 do grupo oeste, 58% dos entrevistados escolheram a carta “floresta”, 42% “mata”, 16% “rio” e 5% “água”.

Geralmente, quando o entrevistado escolhia “floresta”, não escolhia a carta “mata”. Mas, em poucos casos, houve a escolha das duas. Isso não quer dizer, necessariamente, que ele não diferencia o termo floresta de mata. Como é comum intuir, a observação da paisagem e sua descrição depende do ponto de vista do observador, ou seja, distância daquilo que se observa, inclinação da posição do seu corpo em relação ao que se observa, julgamentos, memória etc. Enfim, o processo perceptivo. Isso sem considerar outras questões, como a movimentação do corpo em relação ao que se observa etc. Para o caso da presente pesquisa, tudo o que foi analisado não estava em movimento. Deve-se considerar também que ele analisou uma fotografia de paisagem, nesse sentido pode-se inferir que ele está analisando o ponto de vista de outro. Por isso, buscou-se escolher paisagens comuns e que fossem emblemáticas para eles, no que se refere a paisagem agrícola de Buri.

De qualquer maneira, percebe-se que as cartas “floresta”, “mata” e “rio” são comuns aos três grupos (centro, centro sul e oeste), e destacam-se em relação à outras cartas ou respostas. Algumas repostas diferentes das pré-determinadas no baralho de descrição da paisagem apareceram na análise, porque algumas vezes o agricultor entrevistado sugeria informações adicionais. Por exemplo, as informações “céu” ou “água” não eram contempladas no bloco de cartas.

O conjunto das fotos 4 e 5 foi pensado previamente para sinalizar o uso do termo mata, nas respostas dos agricultores, como elemento presente nas paisagens das fotografias analisadas. Nesse sentido, foi feita uma correlação entre as cartas utilizadas na descrição das fotografias de 1 a 5. As figuras 20 e 21 apresentam as fotografias 4 e 5 do grupo centro, centro sul e oeste, e logo após, os resultados apresentados em gráficos das descrições dos grupos centro, centro sul e oeste.

Figura 20 - Fotografia nº 4 do álbum de descrição de paisagem.
Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Figura 21 - Fotografia nº 5 do álbum de descrição de paisagem.
Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Figura 22 - Gráficos dos grupos oeste, centro e centro sul sobre as descrições das fotografias de paisagens nº 4 e 5 do álbum de vinte e quatro fotografias.

Novamente há um grande destaque dos termos floresta e mata de forma comum nos três grupos.

Esperava-se que, na evolução da análise das fotos 1, 2 e 3 para o conjunto das fotos 4 e 5, houvesse uma diminuição do uso do termo floresta e um crescimento do termo mata, como já explicado na Metodologia, pois esperava-se esse padrão de resposta na série 1 a 5 de fotografias. Com isso, entender-se-ia que nas fotografias de paisagens analisadas os agricultores não usariam os termos como sinônimos. Porém, até então, isso não pode ser afirmado, conforme é demonstrado nos gráficos 6, 7 e 8.

Gráfico 6 - evolução do uso dos termos floresta e mata entre as fotos 1, 2, 3 e 4, 5 no grupo centro.

Gráfico 7 - Evolução do uso dos termos floresta e mata entre as fotos 1, 2, 3 e 4, 5 no grupo centro sul.

Gráfico 8 - Evolução do uso dos termos floresta e mata entre as fotos 1, 2, 3 e 4, 5 no grupo oeste.

Observa-se nos gráficos 6, 7 e 8 uma tendência de diminuição do termo floresta, demonstrado no coeficiente negativo de inclinação da reta, para a série de dados floresta. Já para o termo mata, o coeficiente de inclinação da reta somente é positivo no gráfico 2 (centro sul). Quanto maior é a variação do dado coletado em função do dado estimado pela equação, menor é a correlação entre as variáveis (foto e carta). Assim, o padrão de resposta esperado para o uso do termo floresta foi

encontrado no grupo centro sul. Entretanto, apesar de um aparente padrão do uso das cartas “floresta”, “mata” e “rio” nas respostas dos três grupos para as descrições das cinco primeiras fotografias do álbum de descrição de paisagem, com essa primeira série de dados não se pode afirmar que existe um padrão utilizado para o uso das cartas “floresta” e “mata” em conjunto ou que um termo tende a substituir o outro, conforme era esperado, variando a paisagem da fotografia 1 para a 5.

Em vários momentos da entrevista semiestruturada, durante a etapa das perguntas sobre vegetação, vegetação nativa, Código Florestal etc, era comum os agricultores em meio às suas explicações sobre as práticas agrícolas do presente e do passado enunciarem frases como:

“[...] aquela matinha que separa uma área da outra [...]”;

“[...] naquela mata corre uma água que passa por baixo do asfalto e sai na outra área [...]”.

Portanto, em vários enunciados aparece o termo mata e em quase nenhum o termo floresta. Nesse sentido, esperava-se que nas fotografias 1 e 2, retiradas em um imenso rio próximo à cidade de Manaus (AM), o termo floresta fosse muito superior do que a escolha da carta “mata”. Já nas fotos 3 (rio Apiaí-Guaçu), 4 e 5 (beira de estrada nas margens de um fragmento florestal, dentro de uma propriedade agrícola de Buri), imaginava-se que o agricultor escolheria para a descrição delas mais cartas com o termo mata. Apesar das cartas, na etapa da descrição da paisagem, não serem excludentes, mas sim cumulativas em cada fotografia descrita, acreditava-se que as cartas “mata” e “floresta” não seriam usadas em conjunto. Entretanto, na série de dados analisados para as fotografias 1 a 5 isso não foi verificado.

As tabelas 2, 3 e 4 apresentam os dados desagregados dos gráficos 6, 7 e 8 referentes ao grupo centro sul, centro e oeste ilustrando a predominância da característica mata ou floresta na escolha da carta, por agricultor, para a descrição da fotografia.

Tabela 2 - Compilação das escolhas de cartas “mata” e “floresta” pelos agricultores do grupo centro sul em relação às cinco primeiras fotografias do álbum referente às fotografias de paisagens.

Fotos – Cartas – Floresta	1	2	3	4	5
Alexandre - Marco - Rinaldo Antunes De Moraes		x	x		x
Alfredo Migray	x	x			x
Antonio Coelho					x
Arnaldo José Antunes De Moraes	x	x			
Edinelson Albuquerque Riello	x	x		x	
Elisabete Raffaelli	x	x	x	x	x
Faz Monjolinho - João Carlos Braz Da Silva	x		x		
Fazenda Tucano - Célio e Carla	x	x	x		x
Fernando Antunes Moraes		x		x	
Francisco Antunes Filho				x	
Francisco Jurenir De Souza	x	x			
Gerson Ferreira Do Nascimento	x		x		
Humberto Rodrigues Dos Santos (Lucas)				x	
João Brazílio Ramos Júnior	x	x	x	x	x
João Domiciano Gomes			x	x	
Fotos - Cartas - João Paulo		x		x	x
José Padovan			x		
Luiz Antonio Antunes		x	x		x
Marcelo Comeron Albuquerque	x				
Marcos Pezzoni		x		x	
Mario Muniz	x				
Mizael Pezzoni			x	x	
Nicolau Paslar	x				
Roberto Pezzoni	x				
Rodolfo Augusto Santiago	x	x	x	x	x
Roque	x	x	x		
Rubens De Oliveira	x	x	x	x	
Rubens Marques	x				x
Santino Comeron Albuquerque - Andrea Cristiana Albuquerque - Irineu Pescheu Júnior				x	x
Santo Bueno					
Sinésio	x				
Vanderlei Ferreira Magalhães	x		x		
William Manfredo	x	x			
Total	20	16	14	13	11

Fotos – Cartas - Mata	1	2	3	4	5
Alexandre - Marco - Rinaldo Antunes De Moraes				x	
Alfredo Migray			x	x	
Amauri Dario Da Silva - Mailleia Aparecida Da Silva	x	x		x	x
Antonio Coelho	x	x		x	
Arnaldo José Antunes De Moraes			x		
Edinelson Albuquerque Riello					x
Elisabeta Raffaelli					
Faz Monjolinho - João Carlos Braz Da Silva				x	x
Fazenda Tucano - Célio e Carla	x	x	x	x	x
Fernando Antunes Moraes	x		x		x
Francisco Antunes Filho	x	x	x		x
Francisco Jurenir De Souza			x		x
Gerson Ferreira Do Nascimento		x		x	
Humberto Rodrigues Dos Santos (Lucas)	x	x	x		x
João Brazílio Ramos Júnior	x	x	x	x	x
João Domiciano Gomes	x	x	x		
João Paulo	x		x		x
José Padovan	x	x		x	x
Luiz Antonio Antunes	x				
Marcelo Comeron Albuquerque		x	x		x
Marcos Catai	x	x	x	x	x
Marcos Pezzoni	x		x	x	
Mario Muniz		x			x
Mizael Pezzoni	x	x			x
Nicolau Paslar				x	x
Roberto Pezzoni		x	x		
Rodolfo Augusto Santiago	x	x	x	x	x
Roque				x	x
Rubens De Oliveira					x
Rubens Marques				x	
Santino Comeron Albuquerque - Andrea Cristiana Albuquerque - Irineu Pescheu Júnior	x	x	x		
Santo Bueno	x	x	x	x	x
Silas Contabilista	x	x	x	x	x
Sinésio		x	x	x	x
Sisto Sidnei Pigioni	x	x	x	x	x
Vanderlei Ferreira Magalhães		x		x	x
William Manfredo			x		x
Total	19	21	21	20	25

Tabela 3 - Compilação das escolhas de cartas “mata” e “floresta” pelos agricultores do grupo centro em relação às cinco primeiras fotografias do álbum referente às fotografias de paisagens.

Fotografias - Cartas - Floresta	1	2	3	4	5
Ana Paula	x		x		
Antonio Elias Dos Santos					x
Carlos Horti	x	x		x	
Christian Stefen Arachak -	x	x	x		
Daniela Stockmann	x	x		x	x
Denis Horvart				x	x
Edouard Stapf					
Elisângela Lúcio - Augusto Lúcio	x				
Fazenda Parapitanga -Reinaldo	x			x	
João Da Praia - João Manoel Dos Santos			x		x
Luiz Carlos Fiuza				x	x
Miguel Lúcio					x
Nelson Roberto Baroon	x	x	x		
Ricardo Horti	x		x		x
Total	8	4	5	5	7

Fotografias – Cartas - Mata	1	2	3	4	5
Ana Paula		x		x	x
Antonio Elias Dos Santos	x	x	x		
Carlos Horti			x		
Christian Stefen Arachak				x	x
Daniela Stockmann			x		
Denis Horvart	x	x	x		
Edouard Stpf	x	x	x		
Elisângela Lúcio - Augusto Lúcio	x	x	x	x	x
Fazenda Parapitanga -Reinaldo		x	x		x
João Da Praia - João Manoel Dos Santos	x	x		x	
Luiz Carlos Fiuza	x	x	x		
Marcos Henrique Sipos	x	x	x	x	x
Miguel Lúcio	x	x	x	x	
Nelson Roberto Baroon					
Ricardo Horti		x		x	
Total	8	11	10	7	5

Tabela 4 - Compilação das escolhas de cartas “mata” e “floresta” pelos agricultores do grupo oeste em relação às cinco primeiras fotografias do álbum referente às fotografias de paisagens

Fotografias – Cartas - Floresta	1	2	3	4	5
Adil Philadelpho	x	x			
Adriano Santos Lima				x	x
Amaury Leite Dos Passos	x	x	x		
Antonio Vais De Moraes	x	x		x	x
Claudinei Aguiar Fogaça	x	x			
Dieter Entelmann	x	x	x	x	x
Edval Soares Dos Santos	x	x		x	
Gerson Vieira Rodrigues					x
Jefferson De Lima Galvão	x				
Jonas Da Mota Jardim		x			
José Antonio Galvão Dos Reis		x	x	x	x
José Carlos Garcia				x	
José Carlos Vieira Rodrigues	x		x	x	
Leonor Rodrigues Jardim	x				
Luiz Kriechle			x		x
Márcio Leite Dos Passos	x	x	x		
Maria Zenaide Vieira					x
Valter Oliveira	x		x		x
Walter Bahiano				x	x
Total	11	9	7	8	9

Fotografias – Cartas - Mata	1	2	3	4	5
Adil Philadelpho			x	x	x
Adriano Santos Lima	x	x	x		
Amaury Leite Dos Passos					
Antonio Vais (Vaz) De Moraes					
Claudinei Aguiar Fogaça			x		
Dieter Entelmann					
Edval Soares Dos Santos					x
Gerson Vieira Rodrigues	x	x		x	
Jefferson De Lima Galvão		x	x	x	x
Jonas Da Mota Jardim	x			x	x
José Antonio Galvão Dos Reis	x				
José Carlos Garcia	x				
José Carlos Vieira Rodrigues		x			x
Leonor Rodrigues Jardim		x		x	x
Luiz Kriechle	x		x	x	
Márcio Leite Dos Passos -				x	x
Maria Zenaide Vieira	x	x	x		
Valter Oliveira		x			
Walter Bahiano	x	x	x		
Total	8	8	7	7	7

Destacado em amarelo na tabela 2 estão os seis agricultores, de um total de trinta e nove, que na etapa de descrição das fotografias de paisagens agrícolas escolheram as cartas “mata” e “floresta” conjuntamente. Em rosa, chama-se atenção para a senhora Elisabete Raffaeli, pois para as cinco fotografias escolheu somente a carta “floresta”. Em azul claro estão os entrevistados que escolheram a carta “mata” para a cinco fotografias.

Na tabela 3 entre as fotos 2 e 4 há predominância do termo mata e a utilização igual dos termos na fotografia 5. Somente um agricultor utilizou os dois termos para a descrição de uma mesma fotografia. Já na tabela 4 houve tendência de redução do uso do termo mata no sentido 1 a 5. Também apenas um agricultor usou “mata” e “floresta” para descrição da mesma fotografia.

A presença das cartas em branco, nas tabelas representadas por células vazias, tanto no lado da floresta quanto da mata pode ter gerado alguma distorção sobre a tendência esperada de aumento do uso do termo mata em relação ao termo floresta. Mas, durante a escolha de cartas para descrição da paisagem das fotografias não se queria retirar a possibilidade da dúvida do entrevistado (escolha da carta branca), nem dele sugerir alguma nova informação para descrição. Como exemplo, para as fotografias 1 e 2 um agricultor além de chamá-las de “floresta”, acrescentou uma carta escrito “APP” (Área de Preservação Permanente). Outro agricultor não escolheu “mata”, nem “floresta”, mas sim a carta que estava escrito “reflorestamento”. O mesmo agricultor que atribuiu às fotografias 1 e 2 o termo APP, acrescentou uma carta escrito “mata ciliar” às fotos 1 e 3. Outro agricultor escolheu a carta “mata em regeneração” para a foto 4, mas não escolheu a carta “mata”, entre outras poucas sugestões.

No horizonte de análise das vinte e quatro fotografias, para as cartas “mata” e “floresta”, considera-se que elas foram usadas como não sinônimos, como mostram os gráficos 9, 10 e 11.

Gráfico 9 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo centro.

Gráfico 10 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo centro sul.

Gráfico 11 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo oeste.

Nas séries de análise nos três últimos gráficos, as linhas de tendência para o uso do termo floresta apresentam quedas mais acentuadas, se comparadas às linhas de tendência do uso do termo mata. Ou seja, os coeficientes angulares das equações sobre “mata” são maiores do que os coeficientes angulares da série “floresta”, embora ambos sejam negativos. Portanto, considerando o comportamento das linhas de tendência, demonstra-se uma concordância entre as fotografias de paisagens e as escolhas de cartas para descrevê-las. Assim, essa tendência parece confirmar a afirmação esperada de que os agricultores diferenciam o termo floresta de mata, esta com o sentido da presença, em seu campo visual, dos limites da área de concentração de plantas arbóreas. Acredita-se que o uso do termo floresta e mata na série 1 a 5 de fotografias de paisagens explique-se pelo fato de que a floresta (como enunciado) representa um signo maior para a representação da vegetação nativa do que o termo mata (como enunciado). Assim, em analogia a lógica dos conjuntos, floresta contém o termo mata, mas o termo mata não contém o termo floresta, no que este significa em sua totalidade.

Todavia, o coeficiente de concordância da série “mata” nos três grupos continua muito distante do valor 1, ou seja, permanece com baixa correlação. Nesse sentido, pode-se notar a presença de alguns pontos nos gráficos dos três grupos que levam as linhas de tendências a quedas bruscas. Desses pontos, dois são comuns aos três

gráficos. São os pontos referentes às fotografias 6 e 14. As figuras 23 e 24 ilustram essas fotos.

Figura 23 - Fotografia nº 6 do álbum de descrição de paisagem. Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Figura 24 - Fotografia nº 14 do álbum de descrição de paisagem. Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

A ausência do termo mata ou de termos similares utilizados para descrever a fotografia 14 é evidente, pois se trata, em seu primeiro plano, de uma área de plantio de soja e, ao fundo, uma área com plantação de eucalipto. Nenhum dos agricultores dos grupos centro, centro-sul e oeste escolheram as cartas “mata” e/ou “floresta” para a descrição da fotografia acima.

Já a fotografia 6 é uma das imagens de paisagens em que se esperava a carta “cerrado” (como enunciado) como signo maior de sua descrição, ou com predominância sobre as outras cartas, em função do significado esperado como a paisagem dessa fotografia. Como será apresentado mais adiante, os resultados do grupo de fotografias ligadas à informação cerrado confirmam esse resultado. Nesse sentido, ao excluir da análise da série “floresta” e “mata” as fotografias 6 e 14, ou os valores zero atribuídos à ausência de escolha de carta, por exemplo, ao grupo oeste, obtém-se o gráfico 12.

Gráfico 12 - Evolução do uso dos termos floresta e mata em toda a série de fotografias de paisagens no grupo oeste, sem os dados sobre a fotografia 6 e 14.

Tomou-se também essa postura, pois a situação de ausência de escolha de uma carta, representada com o valor zero, leva a uma distorção do coeficiente de correlação em relação aos outros pontos do gráfico, em que os dados existem de fato, e foram mensurados. Isso é mais evidente para série de dados “mata”, que apresenta uma variação de repostas muito maior no eixo y, do que em relação à série “floresta”. Isso fica claro, ao notar, no gráfico 12, o aumento do coeficiente de determinação (r^2) da série “mata” em direção ao valor 1 e a pequena mudança na série “floresta”, em comparação ao gráfico 11.

O que vale destacar é que, tanto no gráfico com a presença dos zeros, quanto no outro, em que não estão presentes, o coeficiente de determinação da série “floresta” é sempre melhor (mais próximo de 1) do que o da série “mata”. Entendo que

isso se reflete nas fotografias da seguinte forma: quanto mais elementos existirem na paisagem delimitando a área de concentração de plantas de porte arbóreo, passíveis de serem visualizados os limites dessa área pelo observador, o termo mata é usado para denominar tal elemento na paisagem. O termo floresta seria uma área de concentração de plantas de porte arbóreo que não teria seus limites visíveis dentro de seu campo visual. É interessante observar que, em nenhum momento, o agricultor usou a carta “floresta” ou “mata” para descrever as fotografias que continham na paisagem plantação de Pinus e Eucalipto, presentes nas fotografias. O contrário, quase é verdadeiro. Nas fotos 1, 2 e 3, nenhum agricultor escolheu a carta com as informações “área de plantação de Pinus”, ou “área de plantação de Eucalipto”, para compor a descrição da paisagem. Porém, nas fotos 4, um agricultor, o senhor Mario Muniz, escolheu a carta “área de plantação de Eucalipto” para descrevê-la, e não escolheu as cartas “mata” ou “floresta”. Provavelmente ele ficou confuso, em sua observação, com a definição dos elementos presentes na foto 4, pois a foto 5, que é uma aproximação da mesma paisagem da fotografia 4, mas com um ângulo de observação diferente (frontal e aproximado), ele usou a carta “mata” para a descrição da paisagem. Nos resultados apresentados em gráfico de barra, as escolhas de um ou dois agricultores que fogem ao padrão expresso na análise gráfica, muitas vezes não ficam evidenciadas, como pode ser notado na figura 22 para o grupo centro-sul. Mais adiante, há uma análise feita para um menor número de agricultores considerado na análise (gráfico por bairro), em que essa diferença de escolha expressa pelo senhor Mario Muniz fica evidente (gráfico 14).

Deve-se destacar que as cartas “cerrado” e “desmatamento” estão presentes nos gráficos de barras para os dados apresentados anteriormente. Mas, elas destacam-se melhor quando se reduz o universo de agricultores considerado na análise, por exemplo, ao fazer a mesma análise agrupando os agricultores por bairro, como é possível observar no gráfico abaixo, para a sequência de fotos de 1 a 5, em uma análise específica dos dez agricultores entrevistados do bairro Chapeuzinho. O bairro Chapeuzinho está no grupo centro.

Gráfico 13 - Descrição de paisagens das fotografias 1, 2 e 3 pelos agricultores entrevistados no bairro Chapeuzinho.

Gráfico 14 - Descrição de paisagens das fotografias 4 e 5 pelos agricultores entrevistados no bairro Chapeuzinho.

Apesar do bairro Aracaçu não se situar nas delimitações dos grupos oeste, centro e centro sul (como é o caso do bairro do Chapeuzinho), pois está no grupo leste, no cotidiano de Buri, sobretudo entre os profissionais da casa da Agricultura, ele é citado com um exemplo de paisagem de cerrado em Buri. Portanto, para análise do termo cerrado, abaixo apresentam-se os dados do bairro Aracaçu em comparação

com o uso das cartas “floresta” e “mata”. Em Aracaçu nove agricultores foram entrevistados.

Gráfico 15 - Descrição de paisagens das fotografias 1, 2 e 3 pelos agricultores entrevistados no bairro Aracaçu.

Gráfico 16 - Descrição de paisagens das fotografias 4, e 5 pelos agricultores entrevistados no bairro Aracaçu.

Nos dois bairros (representados nos gráficos acima) o uso da carta “cerrado” nas fotos 4 e 5 fica evidenciado, nesse sentido, demonstrando que o termo cerrado também é usado como significado de vegetação nativa. Portanto, um melhor detalhamento desse termo em sua relação com as fotografias se faz necessário.

Assim, no bairro Aracaçu, na fotografia 4 os termos campo, mata e cerrado estão presentes e na fotografia seguinte estão presentes as cartas “cerrado” e “mata”. Abaixo segue uma tabela com os dados desagregados, com intuito de apresentar como são aplicados nas descrições das fotografias 1, 2, 3, 4 e 5.

Tabela 5 - Dados desagregados por produtor do bairro Aracaçu.

Fotos	1	2	3	4	5
Carta – “Cerrado” - André Reidel					x
Carta – “Floresta” - André Reidel					
Carta – “Mata” - André Reidel	x	x	x	x	x
Carta – “Cerrado” - José Roberto Fonseca					x
Carta – “Floresta” - José Roberto Fonseca	x	x	x		
Carta – “Mata” - José Roberto Fonseca				x	
Carta – “Cerrado” - Osvaldo Souto Ferreira					x
Carta – “Floresta” - Osvaldo Souto Ferreira	x	x	x	x	
Carta – “Mata” - Osvaldo Souto Ferreira					x
Carta – “Cerrado” - Sérgio Ferreira De Moraes				x	x
Carta – “Floresta” - Sérgio Ferreira De Moraes					
Carta – “Mata” - Sérgio Ferreira De Moraes	x	x			

Dos quatro entrevistados que utilizaram a carta “cerrado” na descrição de alguma fotografia da série 1 a 5, somente dois usaram as cartas “cerrado” e “mata” para descrever a fotografia 5. Sendo assim, considera-se que a carta “cerrado” e “mata”, na série de 1 a 5 do álbum com vinte e quatro fotografias não foram usadas como sinônimos.

Fica evidente nos dados do gráfico referente ao bairro Aracaçu, apresentados logo em seguida, que o uso da carta “floresta” decresce com o aumento da carta “mata”. O coeficiente angular da reta “mata” é positivo.

Na relação “mata” e “cerrado”, pode-se notar que entre os pontos 4 e 7 (da foto 4 a 7), em que os uso da carta “mata” diminui, o termo cerrado cresce. O ponto de inflexão entre as fotografias 4 e 7 na série “mata” (nesse trecho de forma côncava) é a fotografia no 6, típica paisagem de cerrado, como mostra a figura logo depois do gráfico.

Na série de dados “floresta”, o ponto de inflexão também se dá na fotografia nº 6, entre as fotos 4 e 7. Essa queda não é tão marcante (valor igual a zero) como na série “mata”, porque de todos os entrevistados, um agricultor escolheu a carta “floresta” para descrição da foto 6.

Gráfico 17 - Descrição de paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados no bairro Aracaçu.

Figura 25 - Fotografia nº 6 do álbum de vinte e quatro fotografias.
Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Como o bairro Aracaçú (usado comumente em Buri), mas que é nome de um distrito em Buri, assim abarcando uma área muito maior do que a considerada como bairro nesta pesquisa, está no grupo leste, abaixo seguem os gráficos desse grupo, com treze entrevistados.

Gráfico 18 - Descrição de paisagens das fotografias 1, 2 e 3 pelos agricultores entrevistados no grupo leste.

Gráfico 19 -Descrição de paisagens das fotografias 4 e 5 pelos agricultores entrevistados no grupo leste.

Nota-se que o termo cerrado continua muito evidente nas descrições das fotografias, apresentadas nos gráficos 18 e 19. Portanto, expande-se a análise desse grupo nas vinte e quatro fotografias, para comparar a relação do uso dos temas cerrado, mata e floresta, como mostra o gráfico 20.

Gráfico 20 - Descrição de paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados no grupo leste.

Os resultados dos gráficos (18, 19, e 20) demonstram o mesmo padrão de resposta na análise no bairro Aracaçu. Portanto, Cerrado, mata e floresta não foram usados como sinônimos. Cabe destacar que isso é válido para o universo dos 13 agricultores entrevistados. Sempre existe a possibilidade dessas tendências mudarem em função do aumento de pessoas entrevistadas.

De qualquer maneira, nota-se no gráfico 17 e 20, a mesma tendência analisada entre o intervalo das fotos 4 a 7, ou seja, o uso das cartas “mata” e “floresta” têm tendência de queda e o uso da carta cerrado aumenta bruscamente.

Neste grupo um único agricultor, o senhor Felisbino Manoel dos Santos, adicionou uma nova carta em sua descrição da paisagem da fotografia 1, em que escreveu na carta o seguinte enunciado: “árvores com madeira de lei”. Ele também relatou, na parte da entrevista semiestruturada, que seu pai fazia pólvora com a casca do cambará (*Gochnatia polymorpha* (Less.) Cabrera), salitre e enxofre. O cambará, como já citado anteriormente é uma espécie muito presente na paisagem de Buri de modo geral. Essa espécie foi citada como exemplo de planta nativa nas noventa entrevistas. Alguns relataram que usavam a madeira dela, na falta de outras árvores, para mourão de cerca. Ela é muito característica em Cerrado.

De maneira geral, outro termo utilizado no cotidiano da produção agrícola que pode se referir à vegetação nativa, especialmente em ambiente de Cerrado, é a palavra campo. Como a palavra campo também pode ser usada no sentido de pasto, abaixo segue uma sequência de gráficos referentes ao grupo leste e ao grupo centro sul. Isso porque, nesses grupos, as cartas escolhidas para as cinco primeiras fotografias do álbum apresentaram a relação inversa (esperada) entre floresta e mata.

A análise nesses dois grupos será feita para o conjunto de fotografias em que se destaca a questão sobre cerrado, campo e pasto (fotos 6, 7 e 8) e, especificamente o elemento da paisagem pasto (fotos 19, 20 e 21).

Deve-se apontar que a tabela comparativa, no grupo centro sul, do uso das cartas “floresta”, “cerrado” e “mata” na série 1 a 5 de fotografias demonstra que dos trinta e sete agricultores entrevistados, apenas cinco usaram a carta “cerrado” (grifadas em amarelo no anexo IV), com a carta “mata”, para descrição da fotografia 3 (dois agricultores), fotografia 4 (um agricultor) ou a fotografia 5 (três agricultores). O senhor Marcos Pezzoni foi quem repetiu na foto 3 e 4 a mesma sequência de cartas (“mata” e “cerrado”), por isso são cinco e não seis agricultores. Desse grupo, apenas um agricultor usou a carta “cerrado” com a carta “floresta” para a descrição da fotografia 4. Sendo assim, para a série 1 a 5 de fotografias de paisagens, assume-se que não há um uso de forma cumulativa das cartas “mata”, “floresta” e “cerrado”, e também não são usados como sinônimos.

Gráfico 21 - Descrição de paisagens das fotografias 6, 7 e 8 pelos agricultores entrevistados no grupo leste.

Gráfico 22 - Descrição de paisagens das fotografias 6, 7 e 8 pelos agricultores entrevistados no grupo centro sul.

Gráfico 23 - Descrição de paisagens das fotografias 19, 20 e 21 pelos agricultores entrevistados no grupo leste

Gráfico 24 - Descrição de paisagens das fotografias 19, 20 e 21 pelos agricultores entrevistados no grupo centro sul.

Gráfico 25 - Relação campo, cerrado e pasto na descrição das paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados do grupo leste.

Gráfico 26 - Relação campo, cerrado e pasto na descrição das paisagens do álbum de vinte e quatro fotografias, pelos agricultores entrevistados do grupo leste.

Nos gráficos 21, 22, 23, 24, 25 e 26, notas-se que o termo campo não foi muito utilizado pelos agricultores na descrição das fotografias de paisagens. Já “cerrado” e “pasto” sim.

A fotografia número 6, paisagem típica do cerrado, próximo a Belo Horizonte, confirmou o que foi imaginado, ou seja, a predominância da escolha da carta “cerrado” para descrevê-la.

Este fato também sinaliza que a paisagem de cerrado em Buri, apesar de não ter buritis, mas sim indaiás (*Attaea dúbia*), jerivás (*Syagrus romanzoffiana*) etc, assemelha-se à da fotografia. Isso será demonstrado logo adiante na relação das cartas “encontra-se” ou “não se encontra” no município.

A utilização do termo pasto na descrição das paisagens das fotos 20 e 21 também correspondeu ao que se esperava. Nas fotografias 6 e 8, e até mesmo nas fotos 9 e 10, não havia como certificar ao entrevistado, somente através das fotografias, se há predominância de espécies de gramíneas nativas (Família *Gramineae* ou *Poace*), ou de espécies exóticas. A fotografia 7 (exposta abaixo), com predominância do capim barba de bode (*Aristida sp.*) e do Indaiá entre os elementos do primeiro plano que compõem a paisagem, foi elencada entre as demais para verificar justamente como eles a diferenciariam: utilizando os três termos definidos, ou com a sugestão de um novo.

Figura 26 - Fotografia nº 7 do álbum de vinte e quatro fotografias. Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Chama-se atenção na figura 26 para o mesmo padrão de relação entre área para produção e a área com vegetação nativa. Ainda que nesse caso, o pasto esteja ocupado predominantemente de espécies gramíneas nativas, como o capim barba de bode, entre outras, a vegetação nativa de porte arbóreo encontra-se no segundo plano da fotografia, ao fundo dela, onde há um curso d'água.

No grupo leste, a predominância para a foto 7 foi “cerrado”, “pasto” e depois “campo”. No grupo centro sul, a ordem foi “cerrado”, “campo” e “pasto”. Abaixo estão dois gráficos com a representação dos termos pasto e campo referentes à foto 7, nos diferentes grupos.

Gráfico 27 - Uso da carta “cerrado” na foto 7 nos seis grupos.

Gráfico 28 - Uso da carta “pasto” na foto 7 nos seis grupos.

Exceto no grupo leste, a fotografia 7 foi descrita mais vezes com a utilização da carta “campo” do que “pasto”. O termo campo, especificamente campo nativo, é muito

utilizado para indicar paisagens em Buri como a da fotografia em questão. Pasto nativo também, mas campo nativo foi escutado com mais predominância no dia a dia de Buri. Nesse sentido, considerando as paisagens das fotografias, o termo campo também se refere à vegetação nativa. Abaixo segue a mesma análise por bairros.

Gráfico 29 - Uso da carta "campo" na foto 7, por bairro.

Gráfico 30 - Uso da carta "campo" na foto 7, por bairro

Acima, estão contemplados os bairros em que houve alguma entrevista realizada, lembrando que o critério utilizado para direcionamento foram os seis grupos de paisagem determinados por Buri. Antes de iniciar as análises das outras cartas

(encontra-se/não se encontra e, julgamentos) para o mesmo álbum de fotografia, brevemente apresentam-se os resultados do uso da carta “desmatamento” e reflorestamento. A carta “desmatamento” (nos grupos e bairros com maior número de entrevistados) não apareceu ou é usada muito pouco (geralmente por um agricultor somente, dentro de cada grupo), para a descrição dos elementos presentes nas paisagens fotografadas. Esperava-se que ao menos nas fotografias 5 e 23 (expostas abaixo) a carta “desmatamento” ocupasse posição de destaque na descrição das paisagens.

Figura 27 - Fotografia nº 5 do álbum de paisagens.
Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

Figura 28 - Fotografia nº 23 do álbum de paisagens.
Fotografia de Daniel Stella Castro, 2014.

A carta “reflorestamento” aparece com destaque na descrição da fotografia 24 nos bairros e grupos com maior número de entrevistados, correspondendo ao que havia sido pensado para a utilização dessa paisagem no álbum de fotografia. A figura 29 apresenta a fotografia 24.

Figura 29 - Fotografia nº 24 do álbum de paisagens.
Fonte: Acervo de dados eletrônico público. Autor: Anônimo.

Na sequência seguem as análises referentes à existência ou não das paisagens no município, e o julgamento do agricultor sobre elas. Das vinte e quatro fotografias analisadas pelo agricultor, serão apresentados e discutidos os dados das fotografias 1, 4, 7, 19, 22, 23 e 24. Lembrando que as miniaturas dessas fotografias se encontram no terceiro capítulo, Metodologia. Estes dados, na sua forma original, também podem ser consultados nos Anexos I, II e III.

A escolha dessas fotos decorre que cada série de fotografias foi formada em função da existência de elementos comuns em suas paisagens (exceto as fotos 19, 22 e 24). Assim, em cada série, pode-se escolher uma fotografia para análise conjunta da descrição, localização fora ou dentro do município e julgamento dessa paisagem. Por sua vez, a série acima definida é resultado da discussão feita anteriormente na descrição das paisagens. A próxima sequência de análises e discussões refere-se aos dados de agrupamento por unidade da paisagem, sendo que são listadas todas as combinações escolhidas pelos agricultores daquela unidade. Nota-se que, as cartas escolhidas, combinadas lado a lado, podem demonstrar um tipo de enunciado, não pronunciado pelo agricultor, mas revelado nas escolhas das cartas.

Foto 1, grupo centro:

- Floresta, mata e rio; encontra-se no município (47% dos entrevistados);
- Floresta, mata e rio; não se encontra no município (47% dos entrevistados);
- Floresta, mata e rio; certo, bom, favorável e necessário.

Foto 1, grupo centro sul:

- Floresta, mata, rio; encontra-se no município (51% dos entrevistados);
- Floresta, mata e rio; não se encontra no município (49% dos entrevistados);
- Floresta, mata e rio; certo, bom, favorável e necessário.

Apesar da carta “desnecessário” não se destacar, apenas dois agricultores (de trinta e sete) a usaram em conjunto com os quatro juízos positivos. Foi questionado o motivo do uso dessa carta e, os agricultores que a escolheram disseram que é desnecessária a presença de barco (para lazer, como descrito na carta que adicionaram à descrição da paisagem).

Foto 1, grupo oeste:

- Floresta, mata e rio; encontra-se no município (47% dos entrevistados);
- Floresta, mata e rio; não se encontra no município (47% dos entrevistados);
- Floresta, mata e rio; certo, bom, favorável e necessário.

Juntamente com a predominância das quatro cartas de juízos positivos, um pecuarista e um agricultor utilizaram a carta “errado”. Apesar deles não terem adicionado nenhuma carta à descrição da paisagem que tivesse relação com o juízo de valor negativo sobre a pesca, eles justificaram sua escolha dizendo que a presença do barco no rio, barco de pesca imaginados por eles, não estava positivo. Julgo que isso se deu pelo gosto da pesca que talvez eles tenham. Apesar deles não terem relatado o hábito da pesca durante a entrevista semiestruturada, no grupo anterior, os senhores Fernando e Marcos relataram que gostam de pescar. De qualquer maneira, a intenção imaginada para essa fotografia não era a análise da presença do barco ou lancha na paisagem. A sua presença foi pensada como referência de tamanho para as dimensões do rio e da floresta, considerando as pessoas que estão na lancha como referência.

Foto 4, grupo centro:

- Mata, floresta, cerrado, desmatamento, reflorestamento e estrada; encontra-se no município (100% dos entrevistados);
- Mata, floresta, cerrado, reflorestamento e estrada; certo, bom, necessário, favorável.
- Desmatamento; errado, desnecessário.

Foto 4, grupo centro sul:

- Mata, floresta, cerrado, desmatamento; encontra-se no município (100% dos entrevistados);
- Mata, floresta, cerrado; certo, bom, necessário, favorável.
- Desmatamento; errado, desnecessário.

Foto 4, grupo oeste:

- Floresta, mata, reflorestamento e estrada; encontra-se no município (84% dos entrevistados);

- Floresta, mata, reflorestamento e estrada; não se encontra no município (11% dos entrevistados);
- Floresta, mata, reflorestamento e estrada; certo, bom, necessário, favorável.
- Desmatamento (não se destaca na descrição da paisagem); errado (destaca-se, porém menos que os juízos positivos).

Foto 7, grupo centro:

- Cerrado e mata; encontra-se (67% dos entrevistados).
- Cerrado e mata; não se encontra (20% dos entrevistados).
- Cerrado e mata; bom, necessário, favorável.

As cartas de juízo negativo apareceram sem destaque em relação aos positivos. Elas se referem à descrição de desmatamento que não aparece em destaque na descrição da paisagem, em relação às outras cartas.

Foto 7, grupo centro sul:

- Cerrado, campo e mata; encontra-se (81% dos entrevistados).
- Cerrado, campo e mata; não se encontra (19% dos entrevistados).
- Cerrado, campo e mata; Bom (35%), favorável (27%), necessário (24%) e certo (19% dos entrevistados).
- Cerrado, campo e mata: desfavorável (16% dos entrevistados) e ruim (11% dos entrevistados), por julgarem que o campo não está cultivado, está sem uso adequado principalmente para a pecuária. Julgaram como se a área estivesse abandonada, segundo as justificativas dadas por eles ao escolherem os juízos de valor negativo.

Foto 7, grupo oeste:

- Cerrado; encontra-se (79% dos entrevistados);
- Cerrado; não se encontra (21% dos entrevistados);
- Cerrado; bom, favorável, necessário.

Foto 19, grupo centro:

- Área com plantação de eucalipto, área de produção agrícola, mata e pasto (o agricultor confundiu que a área de soja, no segundo plano da fotografia, era uma área de pasto); encontra-se no município (80% dos entrevistados);
- Área com plantação de eucalipto, área de produção agrícola, mata e pasto (o agricultor confundiu que a área de soja, no segundo plano da fotografia, era uma área de pasto); não se encontra no município (13% dos entrevistados);
- Área com plantação de eucalipto, área de produção agrícola, mata e pasto; certo, bom e favorável.

Foto 19, grupo centro sul:

- Área com plantação de eucalipto, área de produção agrícola, mata e pasto (também houve confusão com a área de soja, no segundo plano da fotografia com área de pasto); encontra-se no município (92% dos entrevistados);
- Área com plantação de eucalipto, área de produção agrícola, mata e pasto (também houve confusão com a área de soja, no segundo plano da fotografia com área de pasto); não se encontra no município (8% dos entrevistados);
- Área com plantação de eucalipto, área de produção agrícola, mata e pasto; certo, bom necessário e favorável.

Foto 19, grupo oeste:

- Área de produção agrícola, área de plantação com eucalipto, mata e pasto (confusão entre área de soja com pasto); encontra-se no município (84% dos entrevistados);
- Área de produção agrícola, área de plantação com eucalipto, mata e pasto (confusão entre área de soja com pasto); carta em branco (11% dos entrevistados);
- Área de produção agrícola, área de plantação com eucalipto, mata e pasto; certo, bom e necessário.

Foto 20, grupo centro:

- Pasto, mata e cerrado; encontra-se no município; necessário e bom (100% dos entrevistados).

Foto 20, grupo centro sul:

- Pasto e mata; encontra-se no município (100% dos entrevistados); necessário, bom, certo e favorável.

As cartas “ruim” e “desfavorável” também se destacam entre os juízos, mas na descrição da paisagem, a carta “desmatamento” aparece sem destaque, somente 11% dos entrevistados usaram essa carta para descrever a paisagem em conjunto com a predominância de pasto e mata.

Foto 20, grupo oeste:

- Pasto; encontra-se no município (100% dos entrevistados); certo, necessário, favorável e bom.

A carta “desnecessário” escolhida por 11% dos entrevistados foi usada para demonstrar uma preocupação em relação à mata que está no segundo plano da fotografia, no sentido que houve um desmatamento no passado e a mata representa o fragmento da vegetação que ali existia. Assim, ela não foi utilizada para julgar se ele acha positivo ou não a atividade pecuária representada na fotografia.

Foto 22, grupo centro:

- Área de produção agrícola, área de produção de eucalipto; encontra-se no município (100% dos entrevistados);
- Área de produção agrícola, área de produção de eucalipto; necessário, certo, bom e desfavorável e ruim.

Os juízos negativos se referem à plantação de eucalipto.

Foto 22, grupo centro sul:

- Área de produção agrícola, área de produção de eucalipto e mata; encontra-se no município (100% dos entrevistados); necessário, bom, favorável e certo.

Foto 22, grupo oeste:

- Área de produção agrícola, área de produção de eucalipto; encontra-se no município (100% dos entrevistados); necessário, bom, favorável e certo.

Foto 24, grupo centro:

- Reflorestamento e mata; encontra-se no município (67% dos entrevistados)
- Reflorestamento e mata; não sabe se há no município (20% dos entrevistados).
- Reflorestamento e mata; Necessário, bom, favorável e certo.

Foto 24, grupo centro sul:

- Reflorestamento e mata; encontra-se no município (78% dos entrevistados)
- Reflorestamento e mata; não se encontra no município (19% dos entrevistados).
- Reflorestamento e mata; Necessário, bom, favorável e certo.

Foto 24, grupo oeste:

- Reflorestamento e mata; encontra-se no município (74% dos entrevistados)
- Reflorestamento e mata; não sabe se há no município (21% dos entrevistados).
- Reflorestamento e mata: Necessário, bom, favorável e certo.

De maneira geral, nos dados acima apresentados, os juízos de valor são positivos para os termos que se referem-se à vegetação nativa, sobretudo, para as paisagens de Buri, reconhecidas nas fotografias (“encontra-se” no município).

A fotografia 7, retirada no distrito de Aracaçu, foi descrita pela maioria como cerrado e que se encontrava no município de Buri. Os juízos de valor foram majoritariamente positivos.

Obviamente o desmatamento foi analisado com juízos negativos (errado, ruim), mas chama-se atenção para o juízo negativo dado à produção de eucalipto na foto 22. Isso se repete em outras fotografias não consideradas na análise acima, mas que podem ser verificadas nos Anexo I, II e III. Nas outras fotografias, não expostas aqui, alguns agricultores julgaram de maneira negativa as áreas com plantação de Pinus. Alguns também trataram de maneira negativa a fotografia número 15, também não analisada no conjunto acima. Poucos produtores, em relação ao total de entrevistados, destacaram que a irrigação (por pivô central) produziu diminuição do volume de água em alguns rios e ribeirões do município. Para o eucalipto, alguns agricultores relataram uma possível relação negativa dele com a água disponível no solo. Entretanto, nesse grupo de agricultores, a escolha da carta com juízo negativo

para a área com eucalipto na paisagem tem relação à não contratação de mão de obra local. Relataram durante a entrevista semiestruturada que as empresas trazem equipes já contratadas de outros municípios, geralmente de empresas que prestam esse serviço para as grandes empresas do setor.

Até então, aproxima-se que os agricultores entrevistados entendem como possíveis signos da Natureza, dentro das opções apresentadas a eles por meio das informações contidas nas cartas dos baralhos, os termos mata, floresta, rio, água, cerrado. A maneira positiva como eles julgaram tais signos em função dos significados que as fotografias traziam a eles, de certa maneira, também denota tal aproximação.

De maneira geral, eles não reconheceram o termo silvicultura para as fotografias que apresentavam paisagens de plantação de pinus ou eucalipto. Muito menos a denominaram como florestas ou florestas plantadas. Principalmente os pequenos agricultores que encontram na produção de verduras e legumes uma alternativa econômica, julgaram negativamente tais fotografias.

Também não foi verificado nenhuma diferença nas escolhas dos termos mata, floresta e cerrado, em função da idade e grau de escolaridade do agricultor entrevistado, dentro de cada grupo de paisagem, ou mesmo dentro de cada bairro. Talvez, a aparente existência de um padrão encontrado nas repostas dos agricultores acerca do uso dos termos mata, floresta e cerrado, e seus julgamentos, apontem para a existência de um padrão na maneira como entendem a Natureza e, conseqüentemente, como percebem a vegetação nativa.

De qualquer maneira, a partir dos enunciados formados com o conjunto de respostas dos baralhos utilizados nas fotografias, afirma-se que a visão de Natureza dos agricultores assenta-se num pensamento em que o homem está dissociado dela, e que, de certa maneira, a concebem sob uma ótica utilitarista.

Na sequência, seguem os resultados das avaliações feitas pelos agricultores sobre as plantas nativas ou não nativas presentes no álbum de vinte e uma fotografias, lembrando também que as miniaturas delas estão expostas no terceiro capítulo, Metodologia.

A fotografia número 1 (araucária), do álbum para análise das plantas nativas ou não nativas, foi interpretada como planta nativa pela maioria dos agricultores.

A fotografia número 2 (pinus) todos reconheceram como planta não nativa. Para a foto da plantação de milho e soja, também não houve dúvida em reconhecê-las como não nativas.

Das fotografias de plantas nativas de Buri, somente aquelas que representam o pequi (*Caryocar brasiliense*) e o indaiá (de porte pequeno) receberam algumas vezes cartas “não nativas” e “dúvida”. Com o buriti também, planta que não é nativa em Buri.

Assim, não restou dúvida ou questionamento sobre o discernimento dos agricultores de Buri acerca do que é planta nativa e não nativa. Este resultado elimina qualquer confusão que poderia ser feita sobre o processo investigativo em relação a vegetação nativa e os agricultores.

Referente aos desenhos de propriedade agrícola realizados pelos entrevistados, houve uma predominância da escolha da imagem que apresenta o curso d’água deslocado para a lateral da área (figura 30), para fazer o desenho de implantação de uma área de produção.

Figura 30 - Tabuleiro com a representação de curso d’água deslocado para a lateral do terreno

Esse fato era revelado em função da praticidade de organização da área, e também, diversas vezes foi enunciado que assim sobraria mais área para a produção.

Deve-se lembrar que os três tabuleiros têm a mesma dimensão e isso era dito ao agricultor antes de iniciar a entrevista. Nesse sentido, o que sobressaía era a facilidade de organização da produção em uma mesma área. Poucos revelaram que se escolhessem a área com o curso d’água passando no meio da área, teriam de desmatar uma parte da beira do rio para construir uma ponte e que isso poderia ser complicado pois necessitava de licenças dos órgãos responsáveis. Esse é um detalhe importante, pois quase todos perguntavam antes de iniciar seu desenho da área:

“Mas pode desmatar?”

Nessa situação, era pedido para ele considerar a situação de que ele tinha perdido sua propriedade, não tinha mais onde plantar, exceto nessas três áreas, sendo que teria de escolher uma delas, caso ainda quisesse continuar na atividade agrícola. Após essa explicação, somente dois produtores, não fizeram nenhum desenho, alegando que iriam conservar a área inteira florestadas. Um deles relatou que mudaria de prática agrícola, e passaria a cultivar plantas que pudessem ser colocadas em meio à mata.

Tanto na situação dos dois agricultores que não desenharam, quanto nas de todos os outros, nota-se claramente que eles sabem sobre a Reserva Legal e APP. Isso ficou evidente nos desenhos da área de produção e também em suas repostas na entrevista semiestruturada. Quase todos, ao serem indagados sobre o que achavam do Código Florestal, relatavam que ele era bom, mas que tinha imperfeições, pois muitas vezes algumas regras não eram adequadas ao tipo de produção ou à forma que se costuma produzir. Geralmente, eles estavam se referindo não ao novo Código Florestal. Poucos disseram que tinham mais conhecimento sobre as regras do antigo, e sobre o novo, que ainda não tinham consultado ou procurado se informar. Mas, relataram que não havia grandes alterações nas regras.

Entretanto, ao observar algumas propriedades dos agricultores entrevistados, na imagem de satélite, e posteriormente em visita local, não foi possível identificar áreas de conservação de vegetação nativa que pudessem ser caracterizados como Reserva Legal e APP, ou seja, dentro do tamanho exigido em lei, mesmo porque não fazia parte dos objetivos dessa pesquisa realizar tal investigação. De qualquer maneira, tanto na imagem de satélite, quanto em visitas locais, foi possível constatar áreas com vegetação nativa, geralmente de porte arbóreo, muitos até caracterizando-se como fragmentos florestais, contíguas às matas ciliares, destacando-se em pequenas áreas recobertas por vegetação nativa. Em poucas situações, foi verificado a inexistência de mata ciliar nos cursos d'água dentro da propriedade, e áreas com concentração de vegetação nativa de porte arbóreo. Entretanto, açudes ou lagos sem vegetação nativa ao redor é um elemento comum na paisagem agrícola, não somente em Buri.

Deve-se destacar também, que a entonação da sua enunciação se alterava quando ele revelava sua opinião sobre o Código Florestal. O uso da partícula “mas” nesses enunciados era bastante aplicada. Além de sinalizar a mudança da ideia no enunciado, entendo que eles também a usavam com a intenção de suavizar a crítica à

essa lei geral, pois seu discurso era direto e não velado acerca de sua insatisfação das diretrizes tomadas pelo Estado sobre a conservação e preservação do meio ambiente. Lembrando que nesses momentos o pesquisador era diretamente visto pelo agricultor como um interlocutor. Assim, nesse momento da entrevista era comum surgir um discurso apresentando uma primeira parte que não desconstruía, mas ao mesmo tempo não afirmava a importância do Código Florestal, e na sequência o seguinte enunciado:

“ [...] mas, o Governo incentivava o desmatamento! ”

Acredita-se que isso represente claramente um exemplo de discurso polifônico. Assume-se que nele é possível verificar a existência de várias vozes, mas que não se reconhece mais a individualidade/identidade de cada. Pode-se notar esses discursos em diversas localidades brasileiras, as vezes nas salas de cooperativas, as vezes nas lojas de insumos agrícolas, e também as vezes no diálogo entre os profissionais que prestam assistências técnica com os produtores agrícolas.

Assume-se também que tal discurso faça parte de uma memória coletiva, e que a partir dela, considerando a conceituação estabelecida por Merleau-Ponty (2011 [1945]) na relação percepção e memória, essa maneira de entender as ações do Estado no contato com suas atividades, no que tange a conservação e preservação atual exigidas em lei, revele a maneira como ele se relaciona em seu cotidiano com a vegetação nativa.

De qualquer maneira, o fato que pode ser afirmado é que nas respostas dos agricultores sobre esta etapa da entrevista encontrou-se um padrão de representação gráfica de organização de área de produção agrícola, seguindo as regras do Código Florestal acerca da APP, e junto a ela, no outro lado do rio, a Reserva Legal. Também pode-se afirmar que esse desenho se assemelha às formas de organização das áreas de produção encontradas nas paisagens agrícolas de Buri, como já mencionada anteriormente. Seja na análise da imagem de satélite, seja nas visitas locais.

Figura 31 - Desenho simples de uma área de produção com vegetação nativa ao redor da casa.

Figura - 32: Desenho simples de uma área de produção sem vegetação nativa ao redor da moradia.

Durante a entrevista semiestruturada, algumas perguntas (apresentadas na Metodologia) foram feitas ao agricultor, no sentido de investigar sua relação com a vegetação nativa. O termo vegetação muitas vezes não era entendido por ele. Entretanto, quando era perguntado sobre exemplos de plantas nativas, diversos nomes de espécies vegetais arbóreas apareciam. Geralmente, havia exceções, quanto mais velho o agricultor, mais nomes de árvores nativas ele listava, como:

gorocaia (*Parapiptadenia rigida*), jivú (espécie que relacionam à solos bons para produção agrícola), saraguagi (*Colubrina glandulosa*), usada no esteio para a casa, guaiuvira (*Patagonula americana*), usada para cabo de ferramenta, guatambu (*Aspidosperma parviflorum*), também para fazer cabo de ferramenta. Essas espécies também relatavam que já não encontravam mais facilmente na paisagem, com exceção ao cambará, que também poderia ser usado para mourão de cerca.

Sobre o hábito de comer frutas silvestres, a mais citada era a gabioba (*Campomanesia xanthocarpa*), sendo que, atualmente, dificilmente se encontra nas áreas do município de Buri um pé de gabioba que não fora plantado pelo homem.

Nomes de plantas arbustivas, rasteiras, não lenhosas, etc, relataram muito pouco, exceção feita ao jerivá e ao indaiá, muito presentes na paisagem atual de Buri.

Inúmeras vezes ao serem questionados sobre o que é natural, respondiam que era a Natureza. Na sequência vinha a pergunta:

“E o que é Natureza? ”

Em alguns casos, um silêncio de alguns segundos reinava sobre o diálogo, quando, depois, o agricultor quase sempre vinha com alguma resposta. Praticamente ninguém respondeu:

“Não sei! ”

As respostas não eram muito variadas. Abarcavam enunciados como:

“É tudo o que nos vemos”;

“É a água, a chuva, as plantas”.

Traço marcante em todas as respostas é a não consideração de que o Homem seja Natureza, pelo menos nesse primeiro momento do questionamento.

Poucos agricultores demonstraram não ter noção sobre o termo paisagem. Mas quase todos não tinham noção, ou tinham uma ideia muito vaga do termo Ecologia. Pode-se afirmar que durante a entrevista semiestruturada, ao relatar técnicas de cultivo agrícola, grande parte dos agricultores demonstraram conhecimento acerca do uso do plantio direto sobre a palha, e dos benefícios decorrentes dessa técnica sobre os aspectos de redução da erosão do solo, manutenção e melhoria de características químicas do solo. Assim, nas entrevistas era comum aparecerem enunciados genéricos como:

“[...] as terras são mais arenosas, com o plantio direto melhorou muito [...]”

Entretanto, não apresentaram um conhecimento sobre os aspectos biológicos envolvidos nessa relação. Demonstrando assim um exemplo de fragmentação do conhecimento sobre técnicas agrícolas e conservação ambiental.

Especificamente sobre a vegetação nativa, foi percebido nos enunciados dos agricultores mais velhos, significados de uso econômico dentro de sua lógica de produção econômica derivada da prática agrícola, sobretudo para as espécies arbóreas. Tal lógica é estruturada pela relevância aos requisitos mínimos necessários para estabelecimento e, mais importante, manutenção de seu modo de sobrevivência (econômica e financeira) na sua prática agrícola. Requisitos esses que nos enunciados dos agricultores com menos de sessenta anos, na maior parte das vezes, não é explicitado na sua relação com a prática agrícola, apesar dessa ideia estar presente nas entrelinhas de suas outras falas. Não seria um discurso velado. Mas, esses enunciados revelados pelos mais velhos, estão implícitos na ideologia dos mais novos. Entre agricultores de diferentes idades dentro da mesma família, isso é facilmente revelado, no caso dos agricultores entrevistados em Buri.

Com exceção da senhora Elisabete Rafaelli, do Senhor Alfredo Migray, e o senhor João Carlos Del Poço, os agricultores considerados como mais velhos nessa pesquisa, têm o grau máximo de instrução formal escolar até a quarta série do Ginásio, o que equivaleria hoje à quarta série do ensino fundamental I.

Somente a senhora Elisabete Rafaelli e o senhor Alfredo Migray, e mais dois agricultores do outro grupo por idade, apresentaram noções ecológicas acerca das relações entre espécies da fauna e flora. Curiosamente, o senhor Alfredo Migray relatou que seu pai, imigrante húngaro, praticava agricultura orgânica, em Buri.

6 – Conclusão

Em relação ao uso de material visual, o tabuleiro trouxe a contribuição de verificar que a ideia que o agricultor faz acerca da composição e disposição das áreas, assemelha-se ao que é observado nas paisagens agrícolas de Buri, de certa maneira, confirmando também os resultados encontrados na análise da imagem orbital do município de Buri, de agosto de 2012, acerca da cobertura de vegetação nativa referentes à figura 15, Uso e ocupação da terra no município de Buri. Os desenhos no tabuleiro também mostram que há um conhecimento coletivo acerca da Reserva Legal e da APP. Conhecimento este que foi criticado sob o aspecto da posição do Estado, no que diz respeito à fiscalização e penalização, ou seja, uma crítica direta à política de comando e controle estabelecida no setor ambiental.

Com exceção dos senhores Migray, Eduardo Gomes Grandal e João Paulo Antunes de Moraes, em nenhum momento da entrevista, e depois, assistindo à gravação e realizando as análises, foi percebido concretamente que os agricultores tivessem construído discursos que demonstrassem uma aproximação do conhecimento deles, dentro da prática agrícola, às questões envolvidas na conservação e preservação ambiental. Não foram percebidas nessas enunciações, ideias ou conceitos que pudessem ter alguma ligação com noções e conceitos, por exemplo, da Ecologia, como o de cadeias tróficas.

Talvez, com algum grau de parentesco distante ao que foi mencionado acima sobre a Ecologia, é percebido no enunciado deles que, nas práticas agrícolas que exigem em algum momento o revolvimento do solo para posterior plantio em grandes extensões, a presença da técnica do plantio direto na palha é fundamental. Essa lógica é sedimentada sobretudo em preceitos da dinâmica física e química do solo. Questões biológicas do solo não são evidentes em seus enunciados. Deve-se lembrar que, em grande parte, a difusão dessa prática nas áreas de produção brasileira, se deu pelo contato estabelecido entre as faculdades de Agronomia e Centros de pesquisa com os agricultores, por meio de visitas técnicas de Agrônomos, ou seja, os principais interlocutores dos agricultores. Entretanto, basta caminhar pelas inúmeras áreas de produção para encontrar diversos açudes e margens de rio sem qualquer tipo de vegetação nativa, como apresentado, por exemplo, na fotografia nº 23 do álbum de

vinte e quatro fotografias, em que claramente em um lado do açude o pasto (com espécies de gramíneas nativas e exóticas misturadas e concorrendo por água, luz e nutrientes) chega até a beira do mesmo.

Nesse sentido, nas práticas agrícolas de grande parte dos agricultores entrevistados, por meio também de seus enunciados, é percebido que os conhecimentos acerca dos aspectos da conservação do meio ambiente, estejam fragmentados, e outros não estão presentes nos enunciados. Talvez, toda essa pesquisa pudesse ter sido pautada na coleta e análise de água dos ribeirões e rios, para avaliar a quantidade de elementos químicos nocivos à saúde dos seres vivos, com posterior levantamento dos produtos usados nas propriedades, para depois também verificar que os enunciados sobre conservação do meio somente se referem a questões do plantio direto, e os benefícios para a produção. Demonstrando assim, um conhecimento fragmentado, bem como a ausência de outros, acerca da conservação e preservação ambiental. Porém, avaliar o conhecimento do agricultor (entrevistado) segundo o pensamento e a pesquisa acadêmica em função de teorias científicas não era o objetivo deste trabalho.

Deve-se lembrar que, por tratar-se de uma pesquisa no campo disciplinar da Geografia, buscou-se privilegiar as técnicas já utilizadas e desenvolvidas em tal área para os estudos da percepção. Contudo, em função da complexidade tanto semântica quanto prática de se investigar a percepção, e por isso, a escolha de se analisar o percebido dentro do campo disciplinar da Geografia, como apresentado no segundo capítulo dessa pesquisa (Referencial Teórico), prescindiu-se de técnicas do campo disciplinar da Psicologia, no máximo tangenciando-se alguns conceitos e ideias empregadas na Psicologia Social. Doravante, considerando a escolha do método fenomenológico, e, sobretudo, com a justificativa apresentada no item 1.4 do primeiro capítulo, fazia parte dos objetivos desse trabalho, através da análise do percebido pelo pesquisador, apontar o conhecimento que o agricultor apresenta acerca do tema vegetação nativa na relação com área de produção agrícola.

O uso do álbum de fotografias trouxe muita informação e possibilidades de formação de enunciados, indiretamente, da atenção do agricultor aos elementos que compunham a paisagem na fotografia. Então, considerando as fotografias por eles analisadas no momento da entrevista, foi percebido da relação carta/fotografia que o agricultor notava as áreas com vegetação nativa buscando cartas correlatas que

significassem sua identificação na paisagem. Nesse sentido, o uso do termo mata tem significado genérico. Termos como floresta e cerrado são mais abrangentes.

Sobre o termo floresta como signo, pelo fato específico deste elemento não fazer parte das paisagens presentes no cotidiano dos agricultores entrevistados, assume-se que houve uma certa incerteza na correspondência dele como signo, nas fotografias que poderiam trazer significado a eles.

A análise da paisagem, combinando visitas à área de estudo com descrições da forma do relevo, plantas nativas que se repetem na paisagem, entendimento da paisagem agrícola em função da topografia e, muitas vezes de características pedológicas, além do uso de fotos aéreas, ou, no caso dessa pesquisa, imagens orbitais, é um importantíssimo elemento de investigação do aspecto do meio, quando se quer estudar a relação do homem com seu meio. Nessa pesquisa, as informações da análise da paisagem agrícola foram essenciais para o desenvolvimento da entrevista. E os enunciados provenientes dela, colaboraram para entender alguns processos de formação e transformação da paisagem rural em Buri, predominantemente agrícola atualmente.

As paisagens agrícolas atuais de Buri têm um padrão que pode ser caracterizado pela sua forma, ou seja, pela composição e arranjo dos elementos que compõem a área de produção agrícola, na relação área destinada à produção com área destinada à conservação e preservação da vegetação nativa. Esse padrão pode ser reconhecido não somente em Buri, mas em outros municípios e regiões vizinhas de Buri.

Assim, pode-se dizer que existem seis padrões de paisagem agrícola em Buri, caracterizadas também pelos tipos de atividades agrícolas inseridas nelas. As pequenas propriedades com estufas; as pequenas propriedades de produção de leite, que se confundem na paisagem, com as áreas de criação de gado para corte; as áreas de produção de grãos (soja, milho, feijão e trigo); as áreas de produção de grãos irrigados por pivô central, grande parte localizada mais ao norte do município, quase no limite com Paranapanema e as áreas com silvicultura. Vale lembrar que a produção de grãos tem aumentado sua área no município, por meio de arrendamentos de terra.

Acredita-se também, que através dos profissionais que fazem a interlocução da faculdade e centros de pesquisa com as áreas de produção agrícola, seja fundamental realizar o trabalho de educação ambiental para gerar a possibilidade de unir alguns conhecimentos fragmentados do agricultor, além de suprir a ausência de

outros, acerca da conservação ambiental. E que esses conhecimentos façam sentido na lógica de produção dos agricultores entrevistados. Um caminho é que as escolas de Agronomia invistam em disciplinas fundamentais com base teórica na Ecologia, se ainda não fazem.

O conhecimento fragmentado do agricultor (entrevistado) sobre o seu meio, pode ser constatado nos enunciados sobre a paisagem. Aos que respondiam à pergunta “o que é paisagem”, o significado desse termo relacionava-se à questão do belo, de um ponto de vista estético deles, com predominância do visual sobre as outras sensações. Nesse sentido, como já afirmado por Hellpach (1967), os agricultores (entrevistados) não enxergam sua área de produção como uma paisagem, quando muito, a “vista bonita” refere-se ao resultado de suas ações nessa área, representadas, por exemplo, num campo de trigo em sua granação. As memórias envolvidas nessa predileção, de maneira geral, estão relacionadas às atividades de lavrar a terra, do esforço em tornar uma área produtiva no que se refere à agricultura. O seu campo visual de referência para a “vista bonita” não é expandido a um ponto que possibilite um campo visual maior, que possibilite abarcar outros elementos, mesmo que das áreas de produção, na formação da sua “vista bonita”, da sua visão, daquilo que poderia ser entendido, em função do conceito na geografia, como paisagem. Não há memória, predileção ou valores estéticos para a vegetação nativa, em sua área de produção. Para lagos, açudes, locais de pesca sim.

Contudo, deve-se ressaltar que foi a partir dos enunciados relacionados à vegetação nativa e à conservação do meio, que foi deduzido o conhecimento fragmentado e ausência de outros. O conhecimento mesmo, ou ausência dele sobre a conservação do meio, nos agricultores entrevistados, ou seja, avaliar o conhecimento do agricultor não era o foco dessa pesquisa, como já mencionado anteriormente.

O percebido no agricultor, em seu olhar sobre a vegetação nativa é que ela tem valor de uso utilitário, econômico para o agricultor, em função da sua prática agrícola, assim como os outros elementos que compõem a paisagem, seja ela já transformada para a atividade agrícola ou não. Os valores ecológicos não permeiam seus enunciados, seus discursos e, em última instância, sua ideologia. Portanto, pautado nessa afirmação, considera-se que exista um padrão na maneira como eles se relacionam com a vegetação nativa. Padrão esse refletido na forma como a vegetação nativa se dispõe na paisagem agrícola. Se de fato, é “a cultura, a convenção e a

cognição que formam” o desenho que em nossas percepções experimentamos como o belo, os determinantes que permeiam a ideologia do agricultor são bem distantes da ideologia dos profissionais que trabalham com a conservação do meio ambiente (SCHAMA, 1996, p 22). Muitas vezes parece que nestes, algumas noções sobre Natureza trazem algum tipo de semelhanças com as ideias de Natureza mágica, ou Natureza humanizada. Neste sentido, diminuir as distâncias, das ideias construídas sobre a Natureza, entre as pessoas que lidam diretamente com o meio ambiente (agrícola) e as que atuam na conservação e preservação ambiental, talvez seja também um caminho para assumir a natureza real de nossa cultura comum, e doravante, definir planos reais que possam atender aos objetivos necessários da vida em comunidade.

O exercício de se refletir, na pesquisa, sobre a percepção e o percebido, ao menos serve para repensar e revelar, que tipo de verdade busca-se investigar e, conseqüentemente, que tipo de informação e conhecimento busca-se construir. Ao menos o percebido pode ser sustentado, nem que seja semanticamente, por um momento que está materializado numa relação dada a partir de uma entrevista. Mesmo que num minuto depois, no dia seguinte, seis meses depois, os enunciados sobre um tema específico, geralmente de caráter distinto aos interesses presentes no cotidiano do grupo estudado, sejam diferentes. Acredita-se que tanto a discussão apresentada no Referencial Teórico, quanto no item 5.2 do quinto capítulo confirmam tal assertiva.

Não se optou por uma apresentação detalhada e análise exaustiva dos enunciados dos entrevistados, mesmo que considerando somente o grupo dos agricultores com sessenta anos ou mais, pois o propósito desta pesquisa não estava centralizado na análise do discurso, mas sim utilizar-se dos enunciados como ferramenta auxiliar ao processo de análise da paisagem. Nesse sentido, de maneira sintética, foram escolhidos e apresentados enunciados que representavam tal proposta. Obviamente, não foi constatado pelo pesquisador enunciados nos relatos dos agricultores entrevistados que demonstrassem idéias e significados contrários aos escolhidos como exemplos para apresentação no item 5.2 do quinto capítulo. Caso tais enunciados existissem, também seriam apresentados e analisados, sendo colocados em perspectivas com os outros que carregam ideias e significados distintos.

Nesse sentido, mais uma vez justifica-se a escolha das obras de Merleau-Ponty (2006 [1995]; 2011 [1945]) em que tratam da complexidade do tema acerca da

percepção, do percebido e da viabilização da instrumentalização de processos investigativos em que seja possível dissociar, por exemplo, no momento na análise do processo perceptivo, e também depois, o Eu pensante, do Eu pensado, do Tu pensante, e do Tu pensado. Provavelmente outros autores da Geografia, da Psicologia Social, entre outros campos disciplinares, com trabalhos mais recentes já desenvolvidos, por exemplo no século XXI, devem apresentar informações e técnicas acerca de tal complexidade, mas infelizmente no curso do tempo necessário para o desenvolvimento da presente tese, dentre as obras dos autores consultados e apresentados no segundo capítulo Referencial Teórico, foram as obras de Merleau-Ponty que apresentaram uma preocupação e discussão sobre tal questão. Husserl (2006 [1913]) também aponta para tais questionamentos, mas nessa pesquisa basicamente apropriou-se das noções de Merleau-Ponty acerca da percepção e do percebido.

Tecer afirmações seguras sobre a possibilidade de dedução da percepção de outrem, a partir de elementos percebidos pelo sujeito percipiente, até o presente momento, ainda é algo inconclusivo. Todavia, afirma-se que os elementos resultantes da metodologia testada no estudo de caso em questão apresentam informações concretas com correlações razoáveis em relação às escolhas dos termos instituídos como signos para a representação dos significados presentes nas fotografias de paisagens. Nesse sentido, as respostas encontradas nas análises das informações coletadas, a partir da metodologia apresentada na presente pesquisa, apontam para a existência de um padrão de determinadas respostas dos agricultores ao descreverem as paisagens das fotografias e ao representarem seus desenhos de área de produção agrícola sobre os tabuleiros.

Acredita-se também que um aprofundamento do estudo sobre signo/significado possa influenciar positivamente na melhor adequação das paisagens apresentadas nas fotografias, bem como nas informações presentes nas cartas dos baralhos, consequentemente, melhorando os resultados dos testes de correlações entre tais variáveis.

Por fim, acredita-se que a maneira como um indivíduo ou um grupo social entende a Natureza tem relação direta com suas atitudes no mundo vivido.

7 – Referências Bibliográficas

AB' SABER, A. Um plano diferencial para o Brasil. **Revista do Insituto de Estudos Avançados**, v.4, n.9, São Paulo, p. 19 – 62,1990.

ABREU, A. A. de. Notas em sala de aula da disciplina: A paisagem terrestre: da natureza à cultura, do empírico ao ideológico. 2011.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Ed. Presença, 1980. 120 p.

ALVES, L. I. F.; SILVA, M. M. P.; VASCONCELOS, K. J. Visão de comunidades Rurais em Juazeirinho/PB referente à extinção da biodiversidade da Caatinga. **Revista da Caatinga**. Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação. Mossoró, v.22, n.1, p.180-186, janeiro/março de 2009.

AMÉRICO, J. H. P.; CARVALHO, S. L. de; GONZAGA, M. de. L. Condições Ambientais de propriedades agrícolas e percepção ambiental de produtores rurais do município de Dobrada, São Paulo, Brasil. *Holos Environment*. v. 12. n. 2, 2012. p. 241 – 249. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/holos/article/view/5361/4943>>. Acesso em 29 de outubro de 2013.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e estética**. A teoria do Romance.Trad. A. F. Bernardi et al. 3ª ed. São Paulo, 1993 (original, 1924/1973) p. 13 - 70.

BAKHTIN, M. M. Problemas da poética de Dostoiévski. Trad. Paulo Bezerra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997 (original, 1963), p. 181 - 272

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (original 1979), p. 3 – 192; 261-306.

BAKHTIN, M. M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução do francês de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2010. (original 1929). 203 p.

BALÉE, W. Contingent Diversity on Anthropic Landscapes. **Diversity** (2). Basel, Switzerland: (2), p. 163 – 182. 2010.. Disponível em: < <http://www.mdpi.com/1424-2818/2/2/163>>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

BASTIÉ, J. Algumas reflexões sobre a pesquisa em Geografia Humana. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: 32 (234) p. 47-54. 1973.

BECK, R. Spatial meaning, and the properties of the environment. In LOWENTAHAL, D. (ed). **Environmental perception and behavior**. Chicago: Department of Geography. The University of Chicago, 1967. p. 18 – 41.

BESSE, J. M. A terra como paisagem: Brueghel e a Geografia. In: **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p.17 - 42.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed, 1999 (original 1896). p 2 - 58, 210 - 220.

BOSI, A. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 11 – 82.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (original 1973), p. 9 -70.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: editora da Unicamp, 2ª ed. 2004. 6ª reimpressão, 2011 (original 1991). 117 p.

BRUNET, R. **Analyse des paysages et sémiologie**: éléments pour un débat. In ROGER, A. (org). La théorie du paysage en France, 1974-1994.1995. p. 7 – 20. Disponível (trechos) em: <http://books.google.com.br/books?id=ki7yH0EvxU8C&pg=PA5&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11 de outubro de 2013.

BUDIKO, M. I. The evolution of the Biosphere. Translated from the Russian by M. I. Budiko, S. F. Lemeshko and V. G. Yanuta. Dordrecht Boston: Reidel Pub. Co. 1986. p. 294 – 330.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010. 336p.

CARVALHO, E. B. de; NODARI, E. S. A Percepção na Transformação da Paisagem: Os Agricultores no Desflorestamento de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1948-1970. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007. p. 269-287. Disponível em: <[CHAMBERS, R. Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory. **IDS Discussion Paper 311**. Brighton: Institute of Development Studies, 1992. 68 p. Disponível em: <<http://mobile.opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/123456789/774#.VvxqGvIjnlV>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.](http://link.periodicos.capes.gov.br/sfxlcl41?ctx_ver=Z39.88-2004&ctx_enc=info:ofi/enc:UTF-8&ctx_tim=2013-10-28T15%3A12%3A12IST&url_ver=Z39.88-2004&url_ctx_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:ctx&rft_id=info:sid/primoxgroup.com:primox3-Article-scopus&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:article&rft.genre=article&rft.atitle=A%20Percep%C3%A7%C3%A3o%20na%20Transforma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Paisagem%20Os%20Agricultores%20no%20desflorestamento%20de%20Engenheiro%20Beltr%C3%A3o-Paran%C3%A1%2C%201948-1970&rft.jtitle=Historia&rft.btitle=&rft.aulast=de%20Carvalho&rft.auinit=E.B.&rft.auinit1=&rft.auinitm=&rft.ausuffix=&rft.au=de%20Carvalho%2C%20E.B.&rft.aucorp=&rft.date=20071201&rft.volume=26&rft.issue=2&rft.part=&rft.quarter=&rft.ssn=&rft.spage=269&rft.epage=287&rft.pages=&rft.artnum=&rft.issn=01019074&rft.eissn=&rft.isbn=&rft.sici=&rft.coden=&rft_id=info:doi/&rft.object_id=&svc_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:scih_svc&rft.eisbn=&rft_dat=%3Cscopus%3E2-s2.0-46649093595%3C/scopus%3E&rft_id=info:oai/&svc.fulltext=yes>. Acesso em: 29 de outubro de 2013.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 125 p

CHAUÍ, M. Natureza, Cultura e Patrimônio Ambiental. In **Meio Ambiente**: Patrimônio Cultural da USP. São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial, 2003, p 47-55.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis: UFSC, 1999. 453 p.

CLAVAL, P. Apresentação. In: In: KOZEL, S.; SILVA, J. da C.; FILHO, S. F. G. (orgs.). **Da percepção e cognição à representação**: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo: Terceira Margem, 2007. p. 9-14.

DANSEREAU, P. **A terra dos homens e a paisagem interior**. Trad. Carlos Vaz e Rosa Acevedo. Belém, NAEA/UFPA, 1999. 156 p.

DARBY, H. C. The process of landscape change: Bicultural implications. In: ENGLISH, P. W. & MAYFIELD, R. C. **Man, space and Environment**. New York: Oxford University Press, 1972. p. 28-41.

DEAN, W. **A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das letras, 1996, 484 p.

DEL RIO, V. Cidade da mente, Cidade Real: percepção e revitalização da área portuária do RJ. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996, p.3-22.

DESCARTES, R. **Meditações**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os pensadores), 1983a (original 1641). p. 92 – 138.

DESCARTES, R. **As paixões da alma**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os pensadores), 1983b (original 1649). p. 224 – 230.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2003, p 9 – 50.

EHRARD, J. **L'idée de nature en France dans la première moitié di XVIII^e siècle**. Paris: Bibliothèque de L'Evolution de l'Humanité, 1994 (original 1963). p. 11-22.

EMBRAPA. Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. 2ª ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA – SPI, 2006. 306 p.

ENGLISH, P. W. & MAYFIELD, R. C. **Man, space and Environment**. New York: Oxford University Press, 1972. p. 3-9.

FELS, E. Consecuencias espirituales de la intervención del hombre em la economia y las comunicaciones. In: **El Hombre economizante como estructurador de la Tierra**. Barcelona: Ediciones Omega, 1955, p. 258-291.

FERRAREZE, D. S. W. Percepção sobre APPs – Áreas de Preservação Permanente, e de RL – Reserva Legal: Um estudo de caso com uma família de agricultores familiares no município de Constantina, RS. Trabalho de conclusão de curso.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Curso de graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. 2011. 55 p.

FUNDAÇÃO SEADE. Banco de dados Informações dos municípios paulistas (IMP). 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.

FURLAN, S. A. **Lugar e cidadania**: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental. 2000. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982. 252 p.

GRIGORYEV, A. A. The theoretical fundaments of modern physical geography. In the interactions of Sciences in the study of the earth. Moscow: Progress Publishers, 1968, p. 77-91.

GRILLO, S. V. C. Esfera e campo. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin**: outros conceitos chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 133-160.

GUIMARÃES, S. O.; PAULA, A. de. Análise da percepção ambiental de produtores rurais do assentamento Amaralina, Vitória da Conquista, Bahia. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, N.16; 2013. p. 1662 – 1680. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2013a/agrarias/analise%20da%20percepcao.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2013.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990 (original 1950). 189 p.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz, Orlando Vitorino e Antônio Pinto de Carvalho. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural (coleção Os pensadores), 1985 (original 1807). p. 3 – 72 e p. 159 – 203.

HELLPACH, Willy. Geopsique (O homem, o tempo e o clima, o solo e paisagem). São Paulo: Edições Paulinas, 1967.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: Introdução geral à fenomenologia pura. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias e Letras, 2006 (original 1913), p. 59-72; 201-208.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Geociências.** Mapa de Vegetação. 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#MAPAS> Acesso em: 26 de outubro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=350800&idtema=3&search=sao-paulo|buri|censo-agropecuário-2006>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Geociências.** Malhas digitais municipal 2010a. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 26 de outubro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Cidades.** São Paulo. Buri. Informações completas. 2010b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350800&search=sao-paulo|buri>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Agregados.** Sistema IBGE de recuperação automática. Sidra. Área plantada, área colhida e produção, por ano da safra e produto. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=26&i=P&c=1618>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados Cidades.** São Paulo. Buri. Histórico do município. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=350800&search=|buri>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Catálogo de Imagens.** 2012. Disponível em: <<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>>. Acesso em: 19 de novembro de 2013.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Relatório Técnico dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica – período 2011-2012. Fundação SOS Mata Atlântica, Ministério da Ciência e Tecnologia e INPE. São Paulo, 2013. Disponível em: <www.inpe.br>. Acesso em: 4 de setembro de 2013.

KRUEGUER, S. P. **Florestamento e reflorestamento no Brasil**: uma análise do Projeto Floram. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LACOSTE, Y. A quoi sert le paysage? **Herodote** nº 7. Paris: Librairie François Maspero, p. 3-41, 1977.

LAGNEAU, J. Célèbres leçons et fragments. Paris: Presses universitaires de France, 1950.

LAROUSSE. **Grande dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999.

LENOBLE, R. **História da ideia de natureza**. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 2002 (original 1968). 367 p.

LIBAULT, A. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. Métodos em Questão. São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1971.

LOCKE, J. **Ensaio acerca do entendimento humano**. Trad. Anuar Aiex e E. Jacy Monteiro. 3ª ed. São Paulo: Editoria Abril (coleção Os pensadores), 1983 (original 1690). p. 174-176.

LÖEFGREN, A. **Serviço florestal de particulares**. São Paulo: Typografia do Diário oficial, 1903, 33 p.

LÖEFGREN, A. Contribuição para a questão florestal da região nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923, 131 p.

LOWENTHAL, D. In In LOWENTHAL, D. (ed). Environmental perception and behavior. Chicago: Department of Geography. The University of Chicago, 1967. p. 1 - 4.

LOWENTHAL, D. and PRINCE, H. C. English Landscape Tastes. In: ENGLISH, P. W. & MAYFIELD, R. C. **Man, space and Environment**. New York: Oxford University Press, 1972, p. 81-112.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Max contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia. São Paulo: Busca Vida, 1991. 210 p.

LUCENA, M. M. A. de; FREIRE, E. M. X. Percepção Ambiental sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pela Comunidade Rural do Entorno, Semiárido brasileiro. **Educação ambiental em ação**. n. 35. 2011. Disponível em: <<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=991&class=02>>. Acesso em: 29 de outubro de 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001. p. 9 – 28.

MAINGUENEAU, D. Initiation aux méthodes de l'analyse du discours. Paris: Hachette. 1976. p. 5-16 e 151 -182.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, 520 p.

MERLEAU-PONTY, M. **A natureza**: curso do Collège de France. Texto anotado por Dominique Ségla. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006 (original 1995), 448 p.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011 (original 1945), 662 p.

MIKESSEL, M. W. Landscape. In: ENGLISH, P. W. & MAYFIELD, R. C. **Man, space and Environment**. New York: Oxford University Press, 1972. p. 9-15.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998 (original 1952). 392 p.

MONBEIG, P. Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa. **Novos estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, p. 5-25, 1957.

MOURA-VIEIRA, M. A. O freudismo: uma crítica à ideologia psiquiátrico- psicanalítica. In: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin e Círculo**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 49-72.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**, vol. 1: as matrizes clássicas originárias. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 188 p.

OLIVEIRA, L. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (orgs.). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 187-212.

OLIVEIRA, M.; ALMEIDA, J. Percepções Sociais e Formas de Exploração do Meio Natural em Áreas de Fronteira Agrária na Amazônia Oriental. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, 4, Brasília. 2008. **Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade**. Brasília: ANPPAS, 2008. 11 p.

PEIRCE, C. S. Semiótica. Tradução de João Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977. 337 p.

PERROTA, M. M et al. Mapa geológico do estado de São Paulo, escala 1:750.000. Programa Geológico do Brasil – PGB – CPRM, São Paulo, 2005.

PHILADELPHO MACHADO, L. M. C.. A serra do mar paulista: um estudo de paisagem valorizada. 1988. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia do instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Tradução de Francisco Silva. Porto: Portucalense, v. 1, 1971a. 221 p.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais do Estado capitalista**. Tradução de Francisco Silva. Porto: Portucalense, v. 2, 1971b. 223 p.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução de Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª ed., 1985. 307 p.

RAFFESTIN, C. Du paysage à l'espace. **Herodote** nº 9. Paris: Librairie François Maspero, p. 90-104, 1978.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, vol. 4, nº 7, p. 1 – 25. 1979.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 172 p.

ROSS, J. L. S. O Registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da Taxonomia do relevo. **Revista do departamento de Geografia**, n 6, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1992, p. 17-29. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47108/50829>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

ROSS, J. L. S; MOROZ. I. C. (orgs.). **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. Laboratório de Geomorfologia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1993.

ROUGERIE, G; BEROUTCHACHVILI, N. L. **Géosystèmes et paysages**. Bilan et méthodes. Paris: Armand Colin, 1991. p. 125-261.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. 2 ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007. 272 p.

SANTAELLA, L. **A percepção**: uma teoria semiótica. São Paulo: Experimento, 1993. 120 p.

SANTOS, M. De la Societé au paysage. **Herodote** nº 9. Paris: Libraire François Maspero, p. 66-73, 1978.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 13-46.

SCIACCA, M. F. **História da Filosofia**. Do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962. p. 1-60.

SILVA, M. P da. LUI, G. H.; MOLINA, S. M. G. Água, solo e elemento arbóreo segundo a percepção ambiental de moradores de bairros rurais do município de Joanópolis/SP. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, 4, Brasília. 2008. **Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade**. Brasília: ANPPAS, 2008, 19 p.

SONNENFELD, J. Environmental perception and adaptation level in the Arctic. In LOWENTAHAL, D. (ed). **Environmental perception and behavior**. Chicago: Department of Geography. The University of Chicago, 1967. p. 42-59.

SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. p. 9 – 65.

TEILHARD DE CHARDIN, P. The antiquity and world expansion of human culture. In THOMAS, W. L. J. (ed). **Man's role in changing the face of the earth**. Chicago, the University of Chicago Press, 1956. p. 103 – 112.

TUAN, Yi-Fu. Discrepancies between environmental attitudes and behavior: examples from Europe and China. In: ENGLISH, P. W. & MAYFIELD, R. C. **Man, space and Environment**. New York: Oxford University Press, 1972, p. 68-80.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S. A., 1980. p. 1-147.

WHITEHEAD, A. N. **The concept of nature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1930.

WHYTE, A. V. T. Guidelines for field studies in environmental perception. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Unesco, MAB Technical Notes 5, 1977. 119 p.

ZILLMER-OLIVEIRA, T.; MANFRINATO, M. H. V. Percepção ambiental sobre “meio ambiente” e “educação ambiental” de seringueiros no sudoeste da Amazônia, Mato Grosso, Brasil. **Biotemas**, 24 (3). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. p. 119 – 128, 2011. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/2175-7925.2011v24n3p119>>. Acesso em: 31 de agosto de 2013.

Anexo I - Consolidação dos dados do grupo centro sul– Descrição da paisagem.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
área de produção agrícola	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	8%	11%	92%	92%	68%	97%	97%	65%	78%	76%	8%	5%	57%	3%	11%
área com plantação de eucalipto	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	3%	5%	76%	0%	19%	81%	0%	0%	78%	70%	49%	5%	0%	51%	0%	0%
área com plantação de pinus	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	3%	73%	43%	3%	3%	59%	8%	0%	0%	3%	3%	3%	3%	0%	5%	0%	0%
campo	0%	0%	0%	0%	3%	0%	27%	8%	14%	0%	14%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	11%	19%	8%	0%	16%
cerrado	0%	3%	11%	8%	8%	54%	68%	3%	11%	0%	11%	3%	0%	0%	5%	3%	3%	0%	0%	11%	5%	5%	30%	3%
desmatamento	0%	0%	0%	14%	8%	16%	8%	3%	3%	0%	19%	8%	5%	0%	5%	5%	14%	3%	0%	11%	5%	3%	8%	3%
floresta	54%	43%	38%	35%	30%	5%	11%	32%	19%	14%	8%	0%	0%	0%	0%	19%	8%	0%	8%	8%	24%	3%	8%	3%
mata	51%	57%	57%	54%	68%	3%	27%	51%	16%	22%	19%	19%	5%	0%	3%	27%	30%	11%	65%	27%	49%	24%	51%	24%
pasto	0%	3%	0%	0%	0%	32%	5%	51%	11%	46%	3%	3%	0%	8%	3%	8%	8%	19%	22%	76%	92%	0%	22%	0%
reflorestamento	3%	0%	3%	3%	5%	0%	5%	5%	3%	5%	14%	0%	8%	8%	0%	3%	8%	14%	11%	0%	0%	16%	0%	65%
silvicultura	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	3%	3%	3%	0%	14%	5%	14%
açude	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	11%	0%
banhado	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
lavoura	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
tiguera	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
rio	24%	27%	32%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
agropecuária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	3%	0%	0%	0%
plasticultura (estufa)	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%
branca	0%	3%	3%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	3%	0%	3%	3%	3%	0%	0%	0%	0%	8%	5%
várzea	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%
água	3%	11%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	14%	0%
lagoa	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%
lago	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%
ribeirão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
estrada	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%
linha de alta tensão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
araucária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
irrigação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
coqueiros	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
capim nativo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
folhas secas no chão	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
pinheiro araucária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
estufas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%
mata em regeneração	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
lazer	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
plantação de árvores nativas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%
pinheiro	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
céu	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
APP	3%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
mata ciliar	3%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Anexo I - Consolidação dos dados do grupo centro sul – encontra-se/não se encontra

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
encontra-se no município	51%	43%	86%	97%	92%	46%	81%	95%	95%	89%	92%	97%	95%	84%	95%	92%	95%	95%	92%	97%	92%	95%	86%	78%
não se encontra no município	49%	51%	14%	3%	8%	54%	19%	5%	5%	11%	3%	3%	5%	11%	3%	5%	5%	3%	8%	3%	8%	3%	14%	19%
branca		5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	5%	3%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	3%

Anexo II - Consolidação dos dados do grupo centro – Descrição da paisagem

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
área de produção agrícola										7%	27%	100%	93%	80%	100%	93%	73%	93%	73%	7%	7%	87%	20%	7%
área com plantação de eucalipto									7%	7%	80%	7%	27%	73%	0%	7%	87%	93%	87%	0%	7%	87%		
área com plantação de pinus								7%	73%	73%	0%	7%	53%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	7%		
campo					7%	33%	13%	0%	0%	7%	0%	0%	0%	0%	0%	13%	0%	7%	13%	13%	7%	0%	20%	
cerrado				20%	27%	67%	67%	7%	0%	7%	13%	7%	7%	0%	0%	13%	7%	0%	7%	20%	7%	13%	13%	
desmatamento				7%	7%	0%	13%	7%	13%	0%	0%	0%	7%	0%	7%	7%	0%	0%	7%	7%	7%	13%	7%	
floresta	53%	27%	33%	33%	47%	7%	7%	33%	0%	0%	13%	13%	0%	0%	7%	13%	7%	0%	7%	0%	27%	13%	7%	
mata	53%	73%	67%	47%	33%	7%	33%	60%	53%	47%	47%	33%	20%	0%	40%	53%	40%	33%	60%	40%	47%	20%	87%	40%
pasto					7%	27%	7%	67%	7%	27%	0%	0%	0%	13%	0%	0%	7%	7%	27%	87%	93%	0%	7%	7%
reflorestamento				7%	0%	0%	0%	0%	33%	7%	0%	0%	7%	0%	0%	0%	7%	0%	0%	0%	0%	7%	0%	80%
silvicultura									7%	7%	13%	0%	7%	13%	0%	0%	0%	0%	7%	7%				
branca						7%																		
rio	33%	40%	40%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	7%	
céu		7%																						
açude																							7%	
banhado																							7%	
lagoa																							13%	
estrada				7%																				
reserva																							7%	

Anexo II - Consolidação dos dados do grupo centro – encontra-se/não se encontra.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
encontra-se no município	47%	40%	100%	100%	100%	67%	67%	87%	93%	93%	100%	100%	93%	93%	93%	93%	87%	87%	80%	100%	100%	100%	93%	67%
não se encontra no município	47%	47%	0%	0%	0%	20%	20%	13%	0%	7%	0%	0%	7%	0%	0%	0%	13%	7%	13%	0%	0%	0%	7%	13%
branca	7%	13%	0%	0%	0%	13%	13%	0%	7%	0%	0%	0%	0%	7%	7%	7%	0%	7%	7%	0%	0%	0%	0%	20%

Anexo II - Consolidação dos dados do grupo centro – julgamentos.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
certo	33%	33%	33%	20%	13%	20%	13%	20%	27%	20%	13%	13%	7%	20%	20%	33%	27%	20%	33%	13%	33%	20%	13%	47%
bom	47%	47%	60%	27%	33%	47%	40%	47%	20%	13%	13%	20%	33%	20%	13%	20%	13%	13%	20%	27%	33%	27%	33%	33%
favorável	20%	20%	7%	27%	27%	20%	20%	13%	13%	33%	27%	20%	7%	27%	13%	20%	13%	27%	33%	7%	7%	7%	27%	20%
necessário	60%	53%	53%	47%	60%	13%	33%	47%	33%	20%	20%	33%	53%	33%	53%	53%	33%	27%	33%	40%	40%	33%	33%	40%
desnecessário	0%	0%	7%	7%	7%	20%	7%	7%	13%	20%	20%	0%	13%	13%	7%	0%	20%	20%	7%	7%	7%	7%	7%	7%
desfavorável	0%	0%	0%	0%	0%	7%	7%	7%	13%	7%	13%	0%	13%	7%	13%	0%	13%	13%	7%	7%	0%	20%	7%	0%
ruim	0%	0%	0%	0%	0%	13%	0%	0%	0%	7%	13%	7%	0%	7%	0%	0%	13%	13%	0%	7%	0%	13%	7%	0%
errado	0%	0%	0%	7%	0%	0%	7%	0%	7%	7%	13%	7%	7%	0%	7%	7%	7%	0%	0%	7%	0%	0%	7%	0%
branca	0%	0%	7%	0%	0%	7%	7%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Anexo II - Consolidação dos dados do grupo centro – nativa/não nativa.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
nativa	100%	0%	0%	87%	100%	100%	93%	100%	87%	87%	67%	60%	80%	53%	73%	87%	87%	93%	93%	0%	47%
não nativa		100%	87%	7%	0%	0%	0%	0%	7%	7%	13%	13%	13%	20%	13%	7%	7%	7%	7%	93%	47%
branca			13%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	7%	7%	7%	27%	13%	7%	0%	0%	0%	0%	7%	7%

Anexo III - Consolidação dos dados do grupo oeste – Descrição da paisagem

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
área de produção agrícola				5%	0%	0%	5%	0%	0%	5%	0%	95%	79%	47%	95%	100%	53%	84%	74%	5%	0%	58%	5%	5%
área com plantação de eucalipto										5%	68%	0%	11%	68%	0%	5%	79%	68%	47%	0%	0%	58%	0%	0%
área com plantação de pinus									79%	68%	16%	0%	58%	11%	0%	0%	5%	5%	0%	0%	0%	5%	0%	0%
campo				0%	0%	26%	16%	11%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	5%	0%	5%	0%	11%	5%	0%	0%	0%
cerrado		5%	11%	0%	11%	42%	79%	0%	5%	0%	32%	5%	11%	0%	0%	11%	16%	5%	5%	5%	11%	16%	16%	0%
desmatamento				5%	11%	5%	0%	5%	5%	0%	5%	0%	5%	5%	0%	5%	11%	11%	0%	11%	0%	0%	5%	0%
floresta	58%	47%	37%	42%	47%	0%	5%	21%	11%	16%	5%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	11%	0%	0%	26%	5%	21%	16%
mata	42%	42%	37%	37%	37%	0%	11%	58%	21%	21%	26%	0%	5%	0%	5%	26%	16%	11%	26%	11%	37%	16%	47%	11%
pasto					32%	5%	53%	5%	26%	0%	0%	0%	5%	5%	0%	11%	0%	0%	26%	63%	89%	0%	11%	11%
reflorestamento			11%	16%	5%	0%	0%	5%	5%	11%	5%	5%	5%	5%	5%	0%	0%	11%	11%	5%	5%	0%	0%	58%
silvicultura													5%	5%	0%	0%	5%	5%	0%	0%	0%	11%	0%	5%
branca															5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%
çaivá																	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
estufa																						11%		
água	5%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%
planta que dá na beira d'água e estende por cima do rio			5%																					
coqueiro e outras árvores						5%																		
pinheiro												5%												
córrego			11%																					
estufas																						11%		
banhado																							5%	
açude																							21%	
plantação de árvores																								5%
rio	16%	32%	16%																					
céu		5%																						
estrada				11%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	0%
planta nativa						5%																		
gado																				5%	5%			
lago																							5%	
árvores																								5%
samambaia					5%																			
Araucária												5%												
soja															5%	5%								
represa																							5%	

Anexo III - Consolidação dos dados do grupo oeste – encontra-se/não se encontra.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
encontra-se no município	47%	37%	79%	84%	89%	68%	79%	79%	100%	95%	89%	89%	89%	95%	89%	95%	89%	89%	84%	100%	95%	89%	84%	74%
não se encontra no município	47%	53%	21%	11%	11%	26%	21%	11%	0%	0%	5%	5%	5%	0%	0%	5%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%
branca	5%	11%	0%	5%	0%	5%	0%	11%	0%	5%	5%	5%	0%	5%	5%	0%	5%	5%	11%	0%	5%	5%	16%	21%

Anexo III - Consolidação dos dados do grupo oeste – encontra-se/não se encontra.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
certo	26%	26%	37%	42%	21%	21%	11%	32%	11%	16%	11%	21%	16%	11%	26%	26%	32%	32%	26%	26%	26%	26%	5%	26%
bom	32%	47%	21%	32%	53%	53%	32%	26%	37%	21%	21%	26%	21%	11%	21%	21%	16%	42%	16%	21%	37%	47%	21%	
favorável	26%	16%	21%	11%	11%	11%	26%	21%	21%	11%	21%	5%	11%	21%	5%	21%	16%	11%	11%	21%	21%	16%	37%	
necessário	42%	32%	32%	26%	16%	11%	16%	16%	26%	42%	32%	42%	53%	53%	63%	42%	26%	47%	37%	26%	32%	42%	26%	32%
desnecessário	0%	0%	0%	0%	0%	5%	5%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	5%	0%	0%	11%	5%	0%	0%	0%
desfavorável	0%	0%	0%	0%	0%	11%	0%	11%	0%	5%	0%	5%	0%	5%	5%	0%	11%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
ruim	0%	0%	0%	0%	5%	5%	5%	5%	11%	0%	16%	11%	11%	0%	11%	5%	11%	11%	0%	5%	0%	0%	5%	5%
errado	11%	0%	0%	11%	0%	0%	5%	0%	11%	16%	16%	0%	11%	0%	0%	0%	11%	11%	0%	11%	0%	5%	0%	
branca	0%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	5%	5%	11%	0%	0%	0%	5%	0%	0%	0%	5%	0%	5%

AnexoIV – Comparação na série 1 a 5 de fotografias, o uso das cartas floresta, cerrado e mata.

Fotos – Cartas – Floresta	1	2	3	4	5
Alexandre - Marco - Rinaldo					
Antunes De Moraes		x	x		x
Alfredo Migray	x	x			x
Antonio Coelho					x
Arnaldo José Antunes De					
Morais	x	x			
Edinelson Albuquerque Riello	x	x		x	
Elisabete Raffaeli	x	x	x	x	x
Faz Monjoliniho - João Carlos					
Braz Da Silva	x		x		
Fazenda Tucano - Célio e					
Carla	x	x	x		x
Fernando Antunes Moraes		x		x	
Francisco Antunes Filho				x	
Francisco Jurenir De Souza	x	x			
Gerson Ferreira Do					
Nascimento	x		x		
Humberto Rodrigues Dos					
Santos (Lucas)				x	
João Brazílio Ramos Júnior	x	x	x	x	x
João Domiciano Gomes			x	x	
Fotos - Cartas - João Paulo		x		x	x
José Padovan			x		
Luiz Antonio Antunes		x	x		x
Marcelo Comeron Albuquerque x					
Marcos Pezzoni		x		x	
Mario Muniz	x				
Mizael Pezzoni			x	x	
Nicolau Paslar	x				
Roberto Pezzoni	x				
Rodolfo Augusto Santiago	x	x	x	x	x
Roque	x	x	x		
Rubens De Oliveira	x	x	x	x	
Rubens Marques	x				x
Santino Comeron Albuquerque					
- Andrea Cristiana Albuquerque					
- Irineu Pescheu Júnior				x	x
Santo Bueno					
Sinésio	x				
Vanderlei Ferreira Magalhães	x		x		
William Manfredo	x	x			

Fotos – Cartas - Mata	1	2	3	4	5
Alexandre - Marco - Rinaldo					
Antunes De Moraes				x	
Alfredo Migray			x	x	
Amauri Dario Da Silva - Mailleia					
Aparecida Da Silva	x	x		x	x
Antonio Coelho	x	x		x	
Arnaldo José Antunes De Moraes			x		
Edinelson Albuquerque Riello					x
Elisabeta Raffaeli					
Faz Monjoliniho - João Carlos					
Braz Da Silva				x	x
Fazenda Tucano - Célio e Carla	x	x	x	x	x
Fernando Antunes Moraes	x		x		x
Francisco Antunes Filho	x	x	x		x
Francisco Jurenir De Souza			x		x
Gerson Ferreira Do Nascimento		x		x	
Humberto Rodrigues Dos Santos					
(Lucas)	x	x	x		x
João Brazílio Ramos Júnior	x	x	x	x	x
João Domiciano Gomes	x	x	x		
João Paulo	x		x		x
José Padovan	x	x		x	x
Luiz Antonio Antunes	x				
Marcelo Comeron Albuquerque		x	x		x
Marcos Catai	x	x	x	x	x
Marcos Pezzoni	x		x	x	
Mario Muniz		x			x
Mizael Pezzoni	x	x			x
Nicolau Paslar				x	x
Roberto Pezzoni		x	x		
Rodolfo Augusto Santiago	x	x	x	x	x
Roque				x	x
Rubens De Oliveira					x
Rubens Marques				x	
Santino Comeron Albuquerque -					
Andrea Cristiana Albuquerque -					
Irineu Pescheu Júnior	x	x	x		
Santo Bueno	x	x	x	x	x
Silas Contabilista	x	x	x	x	x
Sinésio		x	x	x	x
Sisto Sidnei Pigioni	x	x	x	x	x
Vanderlei Ferreira Magalhães		x		x	x
William Manfredo			x		x

Fotos – Cartas - Cerrado	1	2	3	4	5
Alexandre, Marco, Rinaldo					
Antunes De Moraes					
Alfredo Migray					
Amauri Dario Da Silva,					
Maisléia Aparecida Da Silva			x		x
Antonio Coelho			x		
Arnaldo José Antunes De					
Morais					
Edinelson Albuquerque Riello					
Faz Monjoliniho, João Carlos					
Braz Da Silva		x			
Fazenda Tucano, Célio e					
Carla					
Fernando Antunes Moraes					
Francisco Antunes Filho			x		
Francisco Jurenir De Souza					
Gerson Ferreira Do					
Nascimento					
Humberto Rodrigues Dos					
Santo					x
João Brazílio Ramos Júnior					
João Domiciano Gomes					
João Paulo					
José Padovan					
Luiz Antonio Antunes					
Marcelo Comeron					
Albuquerque				x	
Marcos Catai					
Marcos Pezzoni			x	x	
Mario Muniz					
Mizael Pezzoni					
Nicolau Paslar					
Roberto Pezzoni					
Rodolfo Augusto Santiago					
Roque					x
Rubens De Oliveira					
Rubens Marques					
Santino Comeron					
Albuquerque					
Santo Bueno					
Silas Contabilista					
Sinésio					
Vanderlei Ferreira					
Magalhães					
William Manfredo				x	